



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA

ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto
Mucajá, em Macapá (AP).

MACAPÁ – AP
2020

CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA

ATRAVESSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto
Mucajá, em Macapá (AP).

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Amapá, como requisito para obtenção do
título de bacharel.

Orientadora: Profa. M^a. Danielle Costa Guimarães

MACAPÁ – AP

2020

CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA

ATRAVESSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL

Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em
Macapá (AP).

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Amapá, como requisito para obtenção do
título de bacharel.

Orientadora: Profa. M^a. Danielle Costa Guimarães

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. M^a. Danielle Costa Guimarães
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
Orientadora

Prof^o. Dr^a. Patrícia Orfila Barros dos Reis
Examinadora convidada

Prof. M^a. Louise Barbalho Pontes
Examinadora convidada

MACAPÁ – AP

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

Oliveira, Chrys de Araújo.

Atravessamentos entre gênero e habitação social: arquitetura do cotidiano para as mulheres chefes de família do conjunto mucajá, em Macapá (AP). / Chrys de Araújo Oliveira; Orientadora, Danielle Costa Guimarães. – Macapá, 2020.

20 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

1. Arquitetura de habitação. 2. Arquitetura de interesse social. 3. Arquitetura e mulheres. 4. Mulheres - Condições sociais. I. Guimarães, Danielle Costa, orientadora. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

711.4 O48a
CDD. 22 ed.

Mãe, Thaís, Pai. Que meu esforço se torne o orgulho de vocês. Obrigada por nunca soltarem minha mão em nenhum momento dessa caminhada que chamamos de vida. Dedico cada palavra dessas à minha família, que me ensinou o poder da fala, do diálogo e do argumento.

AGRADECIMENTOS

Eu queria ser breve dizendo que agradeço a todos que tornaram essa caminhada menos solitária, aos que ouviram meus cotidianos lamentos e compartilharam as felicidades genuínas que também tive. Mas, prolixa como sou, uso desse espaço para falar primeiro que agradeço mamãe, Dona Rosana, chefe da família que chamo de minha, por ter sido o principal sustento de todos nós no lugar que chamamos de lar, além de ser protagonista da criação das possibilidades de eu ter tido uma boa educação. A amo incondicionalmente. Palavras não são suficientes para expressar isso. Depois agradeço Alex, meu pai, que sempre plantou em nossas mentes a semente da curiosidade e da dúvida, da sede de descobertas e dos diálogos horizontais que me fizeram querer andar lado a lado com as pessoas que surgem em minha vida, nunca acima. E, ao dizer “nós”, me refiro a quem faz de mim uma pessoa plural, sem ela não teria “eu” ou “ela”. Thaís é motivo de minha inspiração da vida e onde arranjo forças pra qualquer coisa. À minha irmã, agradeço a partilha da vida desde o ventre e desejo que sigamos lutando por nós e pelos outros.

Agradeço também meus amigos que me acompanharam nessa jornada por este território desconhecido. Na mesa do café ou na mesa do bar, nos banhos de rio e até nos de mar eles estiveram comigo. Finalmente posso dizer a eles que não tenho mais o que reclamar, pois fecho este ciclo e já vislumbro que com eles comemorarei a conclusão deste trabalho.

Disso tudo, digo que essa pesquisa é fruto de inquietações surgidas no mar de morros que cortou o meio do meu mundo, fruto das andanças que me propus a fazer no caminho da vida e das vezes que só parei para observar ao meu redor. Sou grata ao mundo por tudo que ele me deu de inquietude. E agradeço cada pessoa e coisa que surgiu no meu caminho para me ajudar a ter forças a continuar e terminar esta pesquisa, principalmente em meio à pandemia que ainda acontece enquanto escrevo estas palavras.

Por fim, minha maior gratidão é ter tido a oportunidade de experimentar de uma Universidade pública e completamente gratuita que me proporcionou experiências incríveis: um centro acadêmico, monitoria ao lado de professores incríveis, semanas de arquitetura, Emergir coletivo, comitê de saúde mental, mobilidade em outra universidade, nos congressos que apresentei pesquisas e nisso tudo, ainda ganhei

companhias que me acompanham cotidianamente e tornam mais leve o fardo da vida. Aproveitei tudo o que tinha que aproveitar. Não desperdicei um minuto sequer da experiência da graduação.

No mais, torço para que esta pesquisa contribua para que outras mentes se inquietem e queiram mudar o mundo pra melhor (do jeito que der).

E VIVA A PESQUISA! Esse foi só meu primeiro passo.

RESUMO

A investigação levantada neste Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu estudar a construção do espaço urbano e de habitação que parte de uma visão androcêntrica que não contempla as mulheres em suas concepções projetuais e de planejamento, em relação às suas demandas cotidianas específicas, tornando necessária a discussão do ponto de vista feminino sobre a casa e a cidade. Desta forma, o objetivo desta monografia foi criar subsídios teórico-projetuais para se pensar a Habitação de Interesse Social pela ótica de gênero e entender como o Estado e suas políticas públicas em relação à moradia continuam a reproduzir uma arquitetura que não reflete estas necessidades femininas e, principalmente, das mulheres chefes de família, sendo este o recorte de estudo deste trabalho, uma vez que a relação “mulheres chefes de família” e “habitação social” traz consigo a ideia de intersecção entre gênero e classe, fundamental para compreender como estas políticas públicas são pensadas. Como local que materializou as ideias apontadas, escolheu-se o Conjunto Habitacional Mucajá como objeto empírico de investigação, onde ocorreu como principal procedimento metodológico, além da discussão teórica, a aplicação de formulários que indicaram a veracidade do assunto discutido, gerando bases para guiar a elaboração do projeto urbano-arquitetônico que buscou traduzir as necessidades femininas no Conjunto estudado, além de propor equipamentos que facilitam a vida das mulheres deste local.

Palavras-chave: Urbanismo Feminista. Arquitetura Androcêntrica. Mulheres Chefes de Família. Habitação de Interesse Social. Conjunto Mucajá.

ABSTRACT

The investigation pointed in this Final Graduation Work intended to study the construction of the urban space and the housing that parts from an androcentric view that does not contemplate women in their projectual conception and planning, in relation to their specific daily demands, making necessary the discussion from the female point of view about the house and the city. In this way, the goal of this monograph was to create the theoretical-projectual allowance to think the Social Housing by the gender optics and understand how the State and their public politics about housing still reproducing an architecture that does not reflect these female demands and, especially, women heads of families, this being the study cut of this work, once the relation "women heads of families" and "social housing" brings itself the idea of intersection of gender and class, fundamental to comprehend how these public politics are thought. And, as place that materialize the ideas pointed here, there is Conjunto Habitacional Mucajá as empirical object of investigation, where it occurred as the main methodological procedure, beyond theory, the application of forms that indicated the veracity of the subject discussed, what created the basis to guide the elaboration of the urban-architectural project that translated the female needs in that place and proposed equipments to make the life of these women easier.

Keywords: Feminist Urbanism. Feminist Urbanism. Androcentric Architecture. Women Heads of Families. Social Housing. Conjunto Mucajá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese dos pontos discutidos no capítulo.	24
Figura 2 - Distâncias entre o Bairro Central, Perpétuo Socorro e o Conjunto Mestre Oscar Santos.....	28
Figura 3- Diagrama síntese do capítulo.	33
Figura 4 - Diagrama de trajetos feitos pelas mulheres nas cidades.....	45
Figura 5 - Diagrama síntese do capítulo.	46
Figura 6 - Modulor; a figura masculina na arquitetura.....	48
Figura 7 - Torre Agbar, Barcelona.	51
Figura 8 - Diagrama síntese do capítulo.	52
Figura 9 - Diagrama síntese do capítulo.	58
Figura 10 - Orla do bairro Santa Inês na década de 80.....	59
Figura 11 - Localização do Conjunto Habitacional Mucajá; sem escala.....	60
Figura 12 - Blocos do Conjunto Habitacional Mucajá.	61
Figura 13 - Mapa de usos do solo do entorno do Conjunto Mucajá.	62
Figura 14 - Lanchonete na esquina da Rua Jovino Dinoá e Av. dos Galibis.	63
Figura 15 - Setorização da Área de Intervenção.	65
Figura 16 - Formulário aplicado no Conjunto Mucajá.	70
Figura 17 - Infiltração em um bloco do Conjunto Mucajá.	76
Figura 18 - Varais improvisados no Conjunto Mucajá.....	77
Figura 19 - Academia ao ar livre.....	78
Figura 20 - Ponto de serviço na área externa dos blocos do Conjunto Mucajá.....	79
Figura 21 - Equipe do Coletivo Punt 6.....	87
Figura 22 - Mapeamento de dinamização comunitária e estudos de investigação.	88
Figura 23 - Frauen Werk Stadt I.	90
Figura 24 - Corte do edifício.....	91
Figura 25 - Diferentes tipologias de apartamentos do Frauen Werk Stadt I.	92
Figura 26 - Layout dos apartamentos.	105
Figura 27 - Volumetria das unidades habitacionais.....	105
Figura 28 - Galeria comercial, em azul.	106
Figura 29 - Implantação da creche.	109
Figura 30 - Volumetria da creche.	110
Figura 31 - Vista lateral da creche.....	110
Figura 32 - Área interna entre os blocos educacionais.....	111
Figura 33 - Planta baixa da Praça do Mucajá.....	112

Figura 34 - Volumetria da Praça do Mucajá.....	112
Figura 35 - Proposta para a área de descanso.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diretrizes para SL 2.....	66
Tabela 2 - Dimensionamento previsto na LUOS de Macapá.	66
Tabela 3 - Síntese do partido arquitetônico.	101
Tabela 4 - Programa de necessidades da Creche.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quem seria o principal responsável financeiro da casa?	71
Gráfico 2 - Essa pessoa seria quem comanda a casa/é o(a) chefe de família?.....	72
Gráfico 3 - Qual o estado civil do(a) chefe da família?	72
Gráfico 4 - Quantas mulheres têm na casa e quantos homens têm na casa?.....	73
Gráfico 5 - Tem crianças em idade escolar ou de creche?.....	74
Gráfico 6 - Alguém na casa é pessoa com deficiência?.....	75
Gráfico 7 - Você usaria equipamentos coletivos dentro do Conjunto? (ex: lavanderia, depósito, garagem).....	75
Gráfico 8 - O que você acha da diversidade de usos no bloco? (ex: comércio, serviços, moradia).....	78
Gráfico 9 - Você acha importante pensar a casa e a cidade pelo olhar das mulheres?.....	79
Gráfico 10 - Recebe bolsa família ou algum outro auxílio?.....	80
Gráfico 11 - Qual a renda familiar?	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CESEIN - Centro de Medida Socioeducativa de Internação Masculina

CF/88 - Constituição Federal de 1988

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GPA - Associação de Habitação de Empregados Privados

HIS - Habitação de Interesse Social

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outros

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

UBS - Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PERCURSO TEÓRICO	17
1.1 A Cidade Moderna e Vestígios Androcêntricos.....	17
1.2 Rememória da Criação da Habitação Social.....	25
1.3 A Construção dos Papéis de Gênero e o Protagonismo Feminino no Urbano e na Habitação.....	34
1.4 Símbolos Androcêntricos nas Cidades e a Desvalorização das Mulheres	47
1.5 Residências Chefiadas por Mulheres: a Inserção delas nos Programas de Habitação Social.....	53
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	59
2.1 Panorama das Viventes Locais: resultados de pesquisa <i>in locu</i>	68
3 DELINEANDO A PROPOSTA PROJETUAL	84
3.1 Inspirações metodológicas e projetuais	86
3.2 Partido + Conceitos + Diretrizes Projetuais.....	99
4 A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
APÊNDICE I.....	120
APÊNDICE II	122
APÊNDICE III.....	123

INTRODUÇÃO

A inquietação trazida como tema central deste trabalho encontra bases na ideia de que há uma diferenciação da utilização da cidade e da habitação no que diz respeito ao gênero, mesmo que de forma velada, por meio de símbolos em sua materialização, visto que as mulheres têm uma menor influência no espaço urbano e pouco poder de fala sobre suas vivências neste local quando comparadas aos homens, que conseguem ter suas necessidades atendidas com mais facilidade e, também, ter sua figura representada na urbe.

Seguindo este raciocínio, as mulheres chefes de família foram usadas aqui como fonte motivadora e norteadora do que este estudo propôs, que seria observar como a mulher que têm duas, três ou mais jornadas de trabalho durante o dia não tem suas necessidades ouvidas, mesmo que sejam os sujeitos que mais percorrem a cidade e, sobretudo, fazendo trajetos poligonais e mais longos que os homens. Ademais, o viés sociológico deste trabalho, para além de um estudo arquitetônico e urbano, se comprometeu em entender que o espaço urbano se insere em um contexto de capitalismo androcêntrico e patriarcal que nutre e reitera a diminuta efetivação do direito das mulheres, seja política, social, econômica e educacionalmente; sendo ideias que tangenciaram a discussão aqui colocada, mesmo que não fossem pontos principais em pauta.

O recorte de gênero, dentro dos vieses supracitados, acompanhou o embasamento sobre como as políticas públicas visam à diminuição das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida das pessoas de baixa renda. Dessa forma, se chegou ao enfoque principal do apanhado feito: os programas de Habitação de Interesse Social (HIS) produzidos pelo Estado. Partiu-se do contexto de sua concepção arquitetônica e compreensão da estrutura social que envolve a vivência das mulheres neste espaço de habitação e se vislumbrou as diferenciações com o cotidiano masculino neste mesmo lugar, uma vez que a hipótese que fundamentou esta pesquisa se encontrou no fato de, na HIS, majoritariamente haver mulheres com filhos, comumente donas de casa ou que, quando trabalham, se empregam em casas de outras famílias para a reprodução dos afazeres domésticos, muitas vezes de maneira informal, o que diverge do cotidiano masculino quando nota-se que eles, ao se distanciarem da esfera doméstica, conseguem participar de mais camadas sociais da esfera pública do cotidiano. Ademais, essa situação acaba por perpetuar papéis de gênero sob a ótica de uma sociedade

patriarcal que se pretendeu compreender e descrever ao longo da monografia.

Problema

Sob a contextualização colocada, construiu-se o escopo teórico para a compreensão da temática abordada e, conseqüentemente, fundamentaram-se as resoluções projetuais vislumbradas no objetivo deste trabalho de conclusão de curso, portanto, questionamentos foram colocados como contribuição para ambas as etapas (teórica e prática) da pesquisa.

Dos questionamentos que apontaram o problema central deste estudo, perguntou-se: **é possível criar propostas de tipologias arquitetônicas e urbanísticas que visem mais equidade social? Quais seriam os elementos indispensáveis para o melhor usufruto das mulheres no espaço urbano do Mucajá? Em que medida as mudanças projetuais devem ocorrer para que a tipologia de habitação de interesse social contemple o gênero feminino?**

Objetivo Geral

As perguntas supracitadas, sobretudo, contribuíram para o delineamento do objetivo desta monografia, que visou **elaborar um projeto arquitetônico de habitação social coletiva e equipamentos para o Conjunto Mucajá, que se contextualizassem com as questões urbanas que envolvem a vivência feminina**. Importa esclarecer que não se entendeu aqui por *habitação social* apenas a moradia, como abrigo físico, uma vez que o habitar envolve diversos aspectos do *viver*. Logo, determinou-se como objeto conceitual, em um campo mais amplo, a pesquisa sobre habitação coletiva com recorte de gênero para compreensão da inserção das necessidades e desejos das mulheres no momento de moldar esses espaços, uma vez que também são protagonistas da vida cotidiana destes lugares, e o **Conjunto Habitacional Mucajá como objeto empírico da pesquisa**.

Dos objetivos específicos que contribuíram para a construção da pesquisa, buscou-se:

- Compreender as políticas públicas de criação de habitação popular e como se relacionam com a questão de gênero;
- Investigar a cristalização dos papéis de gênero no que diz respeito à relação público x privado;

- Descrever qualitativamente as demandas femininas identificadas dentro do Conjunto Habitacional Mucajá;
- Levantar o quantitativo de mulheres chefes de família do Conjunto;
- Criar um projeto arquitetônico e urbanístico pensado sob a ótica de gênero.

Metodologia

Em se tratando das formas de responder às questões acima elaboradas em relação ao estudo de gênero e espaço urbano e de habitação, se teve como ponto de partida o **método indutivo** como principal norteador para a investigação, uma vez que as hipóteses partiram de um viés empírico que analisou a sociedade patriarcal e a influência desta no zoneamento urbano androcêntrico e na arquitetura que reflete machismos cotidianos.

Gil (2008, p. 30) indica que o método indutivo passou a ser reforçado e apontado como “o método mais adequado para a investigação nas ciências sociais”, principalmente a partir das discussões positivistas, avançando para deixar de ser um método de observação para adquirir cientificidade por meio das técnicas de coletas de dados e dos instrumentos que tornam possível mensurar os fenômenos sociais, se podendo chegar a conclusões concretas. Ademais, o método indutivo foi trazido aqui juntamente com outro meio técnico de investigação: o **método observacional**. Como aponta Gil, este método é comumente utilizado em conjunto com outro, como aqui foi feito para observar o que leva as mulheres a se tornarem chefes de família e a morarem nos conjuntos habitacionais populares produzidos pelo Estado.

O tipo de pesquisa apontado neste trabalho se encontra no campo exploratório, uma vez que os procedimentos deste tipo de investigação “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2008, p. 46), além de formular os problemas de forma mais precisa para etapas mais aprofundadas de investigação, o que contemplou a ideia de levantar a discussão sobre gênero e espaço urbano dentro do Conjunto Habitacional Mucajá.

Analisou-se os fenômenos apontados observando-os por meio de **levantamentos bibliográficos, sendo esta a técnica de pesquisa inicial**, o que trouxe o aparato teórico que fundamentou as ideias discutidas ao longo deste trabalho e deu corpo ao objetivo final: o projeto urbano-arquitetônico. Assim, no primeiro momento, ocorreu a etapa de **aplicação de formulários quantitativos** para levantamento de

demandas, identificação e caracterização da população pesquisada, e **visitas de campo** que buscaram a análise do local estudado para o entendimento da estrutura social, econômica, cultural observadas pela ótica do recorte de gênero, e também da morfologia urbana do lugar (GIL, 2008) de forma a subsidiar a criação do projeto previsto para a segunda etapa desta monografia.

Os resultados da pesquisa de campo com a aplicação dos formulários são mostrados no capítulo *2.1 Panorama das Viventes Locais: resultados de pesquisa in locu*, em que são discutidas as motivações das perguntas feitas e as respostas obtidas, assim como foram utilizadas imagens para ilustrar o que foi informado pelos participantes nos diálogos ocorridos. Ressalta-se, sobretudo, que as informações adquiridas foram obtidas com o consentimento dos entrevistados, garantindo sigilo e anonimato para a utilização.

A metodologia e técnicas de pesquisa supracitadas visaram entender como a arquitetura se comporta em relação à questão de gênero, buscando uma contribuição para um urbanismo mais igualitário, dentro da perspectiva das lutas urbanas que, para além de conquista da cidade, é uma luta feminina e feminista. Ademais, foi possível compreender como as atuais políticas públicas de produção de habitação social enxergam a questão de gênero na materialização destes conjuntos habitacionais populares por meio de análise e crítica do programa que originou o Conjunto Mucajá.

Como ressalva em relação à metodologia utilizada, tinha-se como intenção a construção de uma abordagem feminista, com processos participativos e qualitativos em relação aos atravessamentos cotidianos das mulheres moradoras do local estudado, o que possibilitaria um processo projetual mais fiel às vontades femininas no Mucajá. Entretanto, não foi possível que esses processos participativos ocorressem tendo em vista a pandemia de Covid-19, ocorrida no ano de 2020, que prejudicou parcialmente as intenções metodológicas, porém não desmotivando seu encaminhamento com os conhecimentos e aprofundamentos já obtidos anteriormente.

Como resultado final do projeto desenvolvido, apresentou-se, por fim, a tradução das vontades e demandas femininas no Conjunto Mucajá, em uma leitura das necessidades apontadas por elas nos diálogos ocorridos nas visitas *in locu*.

Organização dos capítulos

Para abordar a temática desenvolvida nesta monografia, dividiu-se os capítulos nos seguintes momentos:

- **Percurso teórico:** esta parte da monografia aborda o que diz respeito à conformação das cidades modernas e as influências masculinas em sua construção, assim como o momento de criação da habitação de interesse social no Brasil, atravessado pelo androcentrismo e ideias patriarcais que permeiam este assunto. Em sequência, adentra-se no diálogo sobre a construção da mulher no espaço urbano e a construção dos papéis de gênero, ressaltando a importância da compressão sobre público x privado para, então, discutir os símbolos androcêntricos que acabam surgindo nas cidades. Esta ótica é vislumbrada pela ideia do protagonismo feminino no urbano e na habitação e também pela desvalorização da mulher nestes espaços. Por fim, o percurso teórico finaliza pontuando a existência das mulheres chefes de família no Brasil, o que visa dar suporte para a compreensão do segundo capítulo.

- **Caracterização da área de intervenção:** discute-se no segundo capítulo as questões urbanas da área escolhida como objeto empírico, o Conjunto Habitacional Mucajá, onde se analisou a legislação vigente, observações encontradas no local e seu entorno. Neste momento, se trouxe também os resultados da pesquisa de campo e da aplicação dos questionários *in locu*.

- **Percurso projetual:** em que se buscou analisar as inspirações para o projeto urbano-arquitetônico proposto, por meio de projetos análogos ao que se propôs nesta monografia, assim como apontou-se as diretrizes, partido e conceitos para a intervenção escolhida.

- **Apresentação da proposta:** por fim, se mostra os resultados alcançados após todos os estudos feitos, com a apresentação do projeto final e suas características e definições.

Os momentos acima descritos se dividiram em quatro capítulos com seus respectivos subtópicos para melhores aprofundamentos. Portanto, tem-se como primeiro capítulo **1 Percurso Teórico**, com seus subcapítulos 1.1 A Cidade Moderna e Vestígios Androcêntricos, 1.2 Rememória da Criação da Habitação Social no Brasil, 1.3 A Construção dos Papéis de Gênero e o Protagonismo Feminino no Urbano e na Habitação, 1.4 Símbolos Androcêntricos nas Cidades e a Desvalorização das Mulheres e, por fim, 1.5 Residências Chefiadas por Mulheres: a Inserção delas nos Programas de Habitação Social.

Seguiu-se com os estudos da área de intervenção no capítulo **2 Caracterização da Área de Intervenção**, em que também se encontra o subcapítulo 2.1 Panorama das

Viventes Locais: resultados de pesquisa *in locu*.

No capítulo 3, se trouxe o que tange as inspirações que nortearam o projeto final, sendo mostrado em **3 Delineando a Proposta Projetual**, 3.1 Inspirações metodológicas e projetuais e 3.2 Partido + Conceitos + Diretrizes Projetuais. Por fim, os resultados finais do projeto alcançado são mostrados em **4 A Proposta de Intervenção**, em que se descreve cada elemento do projeto urbano-arquitetônico da monografia.

Dos resultados da pesquisa, foi possível identificar a existência do protagonismo feminino no Conjunto Habitacional Mucajá, tornando factível a discussão colocada neste trabalho e a urgência de se pensar o recorte de gênero juntamente com a arquitetura e o urbanismo. Nesse sentido, definiu-se como proposta final uma intervenção urbano-arquitetônica, que visou reorganizar espacialmente o Conjunto Habitacional Mucajá; propor outra tipologia de habitação que, mesmo não sendo revolucionária, buscou traduzir no projeto as vontades das mulheres do conjunto e suas demandas; propor o projeto de uma creche, como elemento fundamental para a vivência das mulheres chefes de família do local e, por fim, pequenas áreas de lazer cotidiano.

1 PERCURSO TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é abordar as inquietações que permeiam a discussão sobre a construção dos papéis de gênero e como a mulher tem suas vivências construídas na sociedade, vinculando esta compreensão ao espaço urbano e doméstico.

Para tanto, ressalta-se que a bibliografia utilizada tem bases na transversalidade necessária para compreensão da temática em questão, visto que o debate de gênero perspassa diversos campos de conhecimento. Portanto, este trabalho caminha das políticas públicas à sociologia, adentrando o urbanismo e arquitetura, e, sobretudo, focalizando na leitura de *autoras*.

Na linearidade do pensamento construído, a seguir se dialoga sobre os aspectos que influenciam a vida das mulheres e chefes de família atualmente, além de suas experiências que são permeadas pelo androcentrismo cotidiano e desvalorização feminina no espaço urbano.

1.1 A Cidade Moderna e Vestígios Androcêntricos

Ao se observar os conjuntos de Habitação de Interesse Social, sejam os verticais ou os horizontais, notam-se diversas questões que permeiam a vivência neste tipo de espaço e, dentre elas, um ponto pertinente a se pensar é o fato de haver um predomínio de residências chefiadas por mulheres, fato que ocorre tanto nas HIS produzidas pelo Estado, como aponta Santos (2017), quanto na produção informal de moradias, conhecidas como favelas, como abordam Cúnico e Arpini (2014).

Santos (2017), com o intuito de entender a emancipação da mulher e o "caráter sexuado" dessa construção da responsabilização feminina para a identificação da família, disserta sobre a titularidade das mulheres em programas sociais federais como o Bolsa Família e também avalia a inserção delas no Programa Minha Casa Minha Vida. A autora observa esta questão sob uma ótica que compreende a sociedade patriarcal que ainda existe atualmente, assim como a realidade das mulheres que vivem nestes conjuntos habitacionais populares produzidos pelo Estado.

Cúnico e Arpini (2014) trazem as concepções de famílias que têm mulheres como chefes nas periferias urbanas do interior do Rio Grande do Sul, e entendem este contexto por meio de entrevistas semiestruturadas que visam a compreensão sobre a configuração familiar de uma composição monoparental do lar. A pesquisa das autoras teve como principal critério de análise o fato de as entrevistadas serem mães e comandarem sozinhas suas casas, sendo elas escolhidas a partir de consultas no cadastro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Nesta perspectiva que abrange as mulheres chefes de família, no início do século XX, por volta dos anos de 1940, se observa na habitação social uma ideia de moradia que convergia para a premissa de preservação da família e, conseqüentemente, das mulheres, visto que, implicitamente pautada nas relações patriarcais, a ideia era mantê-las dentro de casa (BONDUKI, 1997).

Rememorando um texto de 1942 de Francisco de Paula Ferreira, Bonduki (1997) contextualiza como, de certa forma, havia a privação de um convívio social que pudesse expor as mulheres à promiscuidade, utilizando a moral como bem maior da família. Nesse sentido, Ferreira (1942) coloca que:

Observando o cortejo dos malefícios da habitação coletiva para a morada familiar, vamos encontrar o grande inimigo do pudor e do recato feminino. Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtém na habitação individual (FERREIRA, 1942, p. 173).

Ferreira (1942) tem como parâmetro a família de ordem operária de meados dos anos de 1940, a qual tem sua própria casa, individual, e compõe a tradicional família de esposa, marido e filhos, imaginando como deveria ser a habitação para esta composição específica. Sob este aspecto, essa narrativa baseia-se em virtudes e ideias de moralidade provindas da união conjugal de homem e mulher e esta mulher, portanto, com sua moral feminina, é recatada, do lar, clemente às lições religiosas e do pudor referentes à época, assim como fiel a todas as unidades do matrimônio e, principalmente, à família.

A crítica colocada pelo autor vem de um debate ocorrido em 1942 sobre habitação econômica dentro do viés de habitação social produzida pelo Estado que, em seu texto, é visto de uma forma apenas negativa, principalmente no que diz respeito aos conceitos de família da época (FERREIRA, 1942), também desconsidera o que seria,

então, um molde materializado de casa para esta mulher que seria a principal responsável pelos cuidados domésticos, segundo os preceitos da época.

Nesse sentido, Ferreira (1942) aponta em específico as más condições de moradia da habitação coletiva, onde várias famílias podem dividir alguns espaços em comum, como algo que, seguindo seus valores morais, "conspira contra a estabilidade do lar" (FERREIRA, 1942, p. 172). Contudo, ao contrário da referida época desta fala, atualmente entende-se que a habitação social vem sendo um meio de garantia de cidadania para as novas tipologias de famílias, principalmente as que têm mulheres como apoio central do lar, seja financeira ou emocionalmente. E, também, garantia de direitos previstos pela Constituição Federal de 1988 para moradia e habitação, mesmo que ainda se encontrem falhas nesta estrutura de apoio do Estado.

Compreende-se, então, que se antes a família era composta por mãe, pai e filhos, como descreve Ferreira (1942), hoje se tem a família monoparental (FRANCO, 2016) em que apenas um membro familiar sustenta sua prole e, não obstante, é característico que este sustento se atribua a uma mulher, sendo ela a chefe de família.

Pontua-se, também, que a ideia de promiscuidade rememorada por Bonduki (1997) é embebida no entendimento sobre o que é público e privado, em que historicamente a sociabilidade no âmbito público é predominantemente masculina. Já o privado é caracterizado pela mulher inserida no espaço da habitação, a casa, e cristalizada de forma a ser quem toma conta dos afazeres domésticos, sendo o gênero feminino podado da utilização e pertencimento do/ao espaço urbano e público.

Essa concepção do espaço privado traz consigo, também, as experiências do período inicial da arquitetura do Movimento Moderno dos anos 40, período em que se começou a pensar na habitação coletiva como uma possibilidade de reformulação do modo de morar e da vida na cidade (BENEVOLO, 2001).

Para colocar em pauta este movimento, é necessário explicar que o Modernismo caracterizou-se por novos pensamentos sobre a arquitetura, difundidos por meio de escolas que disseminavam características e modos de projetar baseados nos ideais do período das máquinas, com a inserção de racionalismo, sobriedade, funcionalidade e utilização de materiais feitos em larga escala e com certa tecnologia, visando à utilização principalmente do vidro e do ferro (BENEVOLO, 2010).

Neste período, se discutiram também diversas reformulações para a cidade e seus processos de formulação foram, mais uma vez, fortemente pontuados de forma a

padronizar o modo de vida dos cidadãos da época, principalmente os europeus. Pensou-se não apenas em espaços públicos como, também, na tipologia das residências da época. Sendo assim, as ideias iniciais do modernismo partem da vontade de arquitetos e urbanistas por reformas nas concepções projetuais da cidade e do espaço construído em geral, de forma a reorganizar tanto as políticas quanto a materialização da arquitetura desde o século XIX, quando já se vinha pensando em recriar a cidade a partir da concepção industrial de vivência que vinha ocorrendo na época (BENEVOLO, 2001).

Além da contribuição de Benevolo (2001), para se entender o Modernismo Frampton (2003) traz o percurso e história da arquitetura moderna em uma cronologia que demonstra que o Modernismo se configurou de diferentes formas em diferentes lugares e, também, acabou por criar um movimento de disseminação de ideias propagada pelo *International Style*, ou Arquitetura Internacional. Essa forma de projetar era baseada em efeitos de volume e superfícies planas para evidenciar esses efeitos, com uma arquitetura densa e cubista, criados a partir de materiais considerados modernos e partes modulares padronizadas, visto a facilidade de fabricação e construção dos materiais que seguiam a lógica industrial para serem feitos (FRAMPTON, 2003).

Esses ideais tinham uma hipotética possibilidade de trabalhar flexivelmente a planta livre e supostamente se adaptar às condições climáticas, econômicas e, segundo Frampton (2003), até mesmo culturais de diferentes localidades. Entretanto, arquitetonicamente é difícil notar uma preocupação com adaptações com cada contexto, visto essa tentativa de homogeneizar os ideais do modernismo.

Sob a égide da homogeneização do Modernismo, é notório compreender que ocorreram, também, palpáveis e contraditórias consequências para as pessoas a partir do contexto urbano, visto as condições precárias de habitabilidade e espaços da cidade para os trabalhadores operários do setor industrial. Nesse sentido que se deu o pontapé para as iniciativas de intervenções modernistas no urbanismo, visando à melhoria das cidades europeias com enfoque na higiene e saúde. O que é muito retratado por autores literários como Charles Dickens por meio da ótica da pouca salubridade, em que descreve Londres, por exemplo, com características de poluição e falta de saneamento, como recorda Benevolo (2001) devido à existência de aglomerados urbanos que resultavam em cortiços de pouca higiene, ocupados por operários da indústria.

Engels (1975) também se atentou à questão da qualidade de vida desses operários e analisou suas condições de vivência e moradia frente ao crescimento

desordenado das cidades, que criou condições de pouca salubridade nos espaços menos abastados das cidades, os quais costumavam ser bastante adensados. O que era baseado, também, na lógica dos princípios do capital, que gerava condições atrativas para o trabalho, porém em uma situação de subempregos que, somados a este forte adensamento populacional e concentração de renda que se voltava apenas às classes mais ricas, propiciou a existência de cortiços no subúrbio das cidades europeias em um contexto de moradias precárias e com poucas condições de habitabilidade.

O autor descreve os bairros proletários do período de fomento das técnicas fabris dissertando sobre a sujidade, a falta de infraestrutura, saneamento, esgoto, iluminação, ventilação, espaçamento ou qualquer tipo de preservação ambiental, assim como higiene, fatores que passaram a se refletir na forma de socialização nesses cortiços, visto que a maneira com que as pessoas se expunham em ambientes insalubres e de pobreza tornava propícia questões como a falta de necessidade de privacidade ou práticas criminosas (ENGELS, 1975).

Desta maneira, os movimentos de reformulação urbanísticos que surgiram desde o século XVII foram necessários, primeiramente, para uma melhoria sanitária das cidades e habitações da época. Ainda dentro desta ótica, para além do embelezamento que foi fortemente discutido por Georges-Eugène Haussmann e colocado em prática em Paris, Benevolo constata que:

[...] a atenção dos reformistas limita-se a alguns setores e sua ação volta-se para a eliminação de alguns determinados males: a insuficiência de esgotos, de água potável, a difusão das epidemias. Se, ao se intervir sobre um problema, outros problemas vêm à tona, isso ocorre, por assim dizer, involuntariamente. A construção dos esgotos e dos aquedutos exige um mínimo de regularidade, planimétrica e altimétrica, nas novas construções; a manutenção das instalações urbanas comporta um novo arranjo dos órgãos técnicos da comunidade e a faculdade de obrigar os proprietários a determinadas prestações. A execução de algumas obras públicas, como estradas, ruas e ferrovias, exige novos processos de expropriação do solo, e uma série de novos instrumentos técnicos, entre os quais uma cartografia precisa (BENEVOLO, 2001, p. 91).

Portanto, ao se analisar os aspectos de reformulação das cidades modernistas, retoma-se a ideia de Bonduki (1997) sobre a situação da habitação para famílias de baixa renda no século XX, que também era precária, mesmo que dentro de outro contexto, visto a insalubridade das ocupações irregulares que surgiram como reflexo da

falta de emprego e poucas condições de sobrevivência dentro da cidade, principalmente em grandes metrópoles como São Paulo, por exemplo.

Compreende-se, então, que estas opressões urbanas ocorrem até os dias atuais e atingem diversificados indivíduos, mas, principalmente, as mulheres, devido a outros fatores que também se somam no cotidiano feminino. Portanto, para identificar como as condições de desigualdade atingem as mulheres, foi necessário apreender o que tange a *interseccionalidade*, pois se pensa que pelo viés da intersecção é possível compreender como atuam estas opressões, possibilitando imaginar um ambiente urbano mais justo na atualidade.

Assim, o termo *interseccionalidade* fundamenta-se no que diversas autoras, como Patrícia Hill Collins (1986) e Wendy Hulko (2009) chamam de “entrelaçamento de opressões”, como explica Carlos Eduardo Henning (2015). Também, mesmo que não de forma explícita ou utilizando este termo, Bonduki (1997) discorre sobre a situação de precariedade dos cortiços paulistanos e suas origens que relacionam classe e raça no espaço urbano, ou seja, duas matrizes em que ocorrem opressões com determinados indivíduos.

Estes entrelaçamentos, que podem também ser chamados de intersecções, trazem consigo o entendimento de que diversas problemáticas podem existir paralelamente e se influenciam entre si, como pode ser visto com a narrativa de Benevolo (2001) em que o autor já discutia as opressões que coexistiam no momento inicial de concepção das ideias que iriam motivar as modificações nas cidades do período industrial na Europa. Apesar de não utilizar o termo “entrelaçamento” ou “intersecção”, ele já entendia uma coexistência dos fatores que influenciariam os ideais modernos. Essa narrativa de Benevolo (2001) sobre a história da arquitetura moderna mostra que o autor compreendia, também, um importante entrelaçamento em seu momento: a classe e territorialidade no espaço urbano. Estes dois pontos são de fundamental importância para compreender como os ideais arquitetônicos e urbanísticos modernistas reverberaram na vivência do cidadão daquela época e como até hoje são influentes. Assim como agora essa intersecção e compressão do contexto mostrado pelo autor também são importantes para se juntar e corroborar com o entrelaçamento com gênero proposto neste trabalho.

Com estas informações, entende-se que, naquele momento, não houve uma relação sobre a arquitetura moderna e as opressões de gênero para concepção

ideológica do Modernismo, o que pode ter ocorrido devido ao forte pensamento patriarcal da sociedade existente no período em questão, tornando mais difícil o protagonismo da mulher em diversos espaços; tampouco houve intersecção entre as opressões que ocorrem relacionadas à raça e à classe, visto a clara hegemonia da parcela branca e abastada nas decisões que tangem o funcionamento econômico e social das cidades, o que é visto até hoje em diversos locais. Sendo assim, se pondera sobre como estas variáveis se relacionam atualmente e se coloca em pauta outras problemáticas que, mesmo secundárias, atuam na coexistência dessas matrizes de opressão que se refletem na vivência urbana da mulher.

Parte-se da problemática de que ainda há uma forte associação entre a mulher e o espaço de habitação, cristalizando este local aos cuidados femininos, partindo dos princípios androcêntricos apontados por autoras como Nancy Fraser (2001) ao discutir a segunda onda do feminismo e suas reivindicações; particularmente o reclamar das mulheres por emancipação social em relação à casa e ao cuidado com os filhos, com os pressupostos de serem atividades majoritariamente femininas, e ao trabalho, anteriormente caracterizado por predominância masculina, sendo estas algumas das opressões que acometem às mulheres antes mesmo de estarem no espaço urbano

Ademais, rememoram-se também questões pontuadas por Davis (2016) ao discutir que estas opressões de gênero e as reivindicações acima pontuadas partem predominantemente de mulheres brancas, colocando as mulheres negras e racializadas um degrau abaixo na hierarquia social, uma vez que as mulheres brancas em liderança dos movimentos feministas lutavam por uma emancipação da casa, por exemplo, esta emancipação ainda era feita sobre as costas das mulheres negras, que ficavam no encargo de cuidar da casa e filhos destas mulheres brancas que queriam reivindicar direitos.

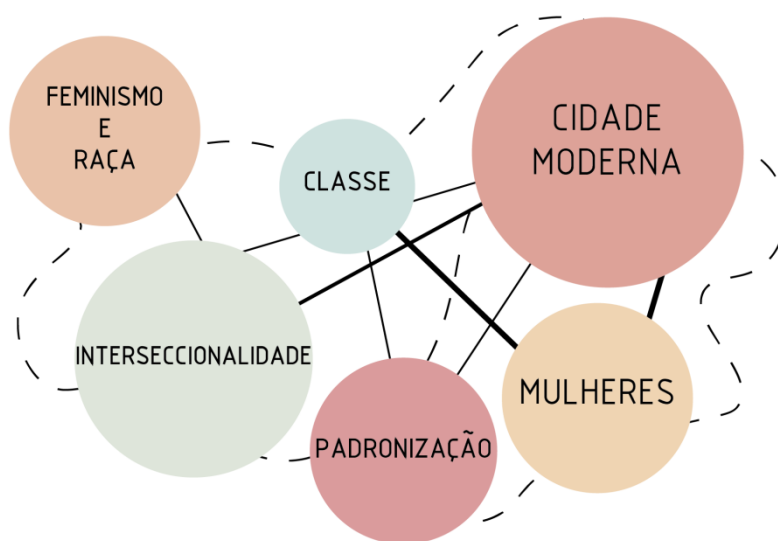
No que diz respeito à classe, as mulheres brancas de classe média dos Estados Unidos, desde o período escravagista e até mesmo após estes sombrios tempos, não vislumbravam as condições das mulheres trabalhadoras de classes mais baixas e suas precárias condições para sobrevivência e insalubres condições de trabalho, fossem brancas ou negras, além de não observar as condições das próprias mulheres negras escravizadas, tanto no Sul quanto no Norte do país (DAVIS, 2016), o que mostra visível destituição do entendimento da necessidade de se entrelaçar raça e classe naquele período.

Dito isso, após se compreender a necessidade de atravessar raça e classe no discurso que aqui se construiu, voltou-se à habitação social que, guiada por uma visão de gênero, surgiu para contrapor os ideais patriarcais da forma de projetar, contabilizando o *habitus* feminino como comportamentos que devem ser vislumbrados como parte construtiva da sociedade (BOURDIEU, 1989), como de fato são, assim como a sociedade influencia no próprio cotidiano feminino, portanto devendo-se considerar estas mulheres no constructo da cidade para que elas possam melhor viver.

Entretanto, essa troca de relações sociais refletidas na materialização arquitetônica acabou não sendo proporcionada pelo Modernismo, visto que não apenas não se pensava sobre a inserção feminina no espaço, mas, sim, se buscou uma padronização arquitetônica que continua sendo difundida atualmente pelo próprio modelo de oferta de moradia do Estado, que se mantém importando ideias que pouco se encaixam nos variados contextos brasileiros.

Para se entender melhor estas questões, buscou-se aprofundamentos no sentido da criação da habitação social em seu contexto político no Brasil, assim como se observou a ideia de negação dos espaços da cidade para as mulheres em prol da cristalização delas dentro da habitação, o que torna, portanto, fundamental entender o pensamento brasileiro sobre estes discursos. Em síntese sobre as questões que tangem a discussão abordada sobre a cidade moderna e seus vestígios androcentricos, têm-se na figura 1 os principais pontos a se ter em mente.

Figura 1 – Síntese dos pontos discutidos no capítulo.



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

1.2 Rememória da Criação da Habitação Social no Brasil

Para entender o contexto da criação e produção da habitação de interesse social no Brasil, é necessário fazer uma retrospectiva da conjuntura social vigente quando se começou a pensar neste tipo de moradia, sempre dialogando com o recorte de gênero para entender suas influências e impactos na vivência feminina no espaço urbano dos dias de hoje.

Primeiramente, entende-se que a habitação social no Brasil passou a ser pensada em um momento de retomada da atuação do Estado dentro de diversas pautas, como economia, educação, saúde e, também, na promoção de moradia popular por meados da década de 1930. Nesse sentido, essa maior inserção do Estado nas pautas supracitadas tinham o intuito de propiciar avanços nas condições de vida dos cidadãos e do bem-estar coletivo por meio da melhoria econômica da população e maior participação do Estado na sociedade (BONDUKI, 1997).

Entretanto, mesmo que as propostas e intervenções feitas pelo Estado tivessem intenção de melhorar a qualidade de vida das pessoas, criaram-se, também, bases que fundamentaram problemáticas sociais que, conseqüentemente, também atingiram o urbano. Isto é, após um período de ascensão econômica, uma preocupante crise financeira assolou o país, gerando uma série de pessoas desempregadas que passaram a viver em condições urbanas depreciadas, o que Lúcio Kowarick (2000) chama de "espoliação urbana".

Uma das principais conseqüências desta crise foi o desemprego, que propiciou um cenário em que as pessoas passaram a não conseguir manter suas formas de viver e de morar, tendo em vista a dificuldade das pessoas de manter suas habitações, devido a questões como o aumento do preço da terra, somadas à dificuldade do Estado em oferecer suporte às pessoas, visto que o país estava economicamente impotente para reduzir a taxa de desemprego, enquanto o déficit habitacional apenas crescia (BONDUKI, 1997). Esse déficit habitacional hoje tendencia fenômenos como a conurbação ou gentrificação¹, frente às tentativas da população para obter moradia ou conseguir se manter. O que ocorre, principalmente, em grandes regiões metropolitanas como em São Paulo.

¹ Gentrificação diz respeito a mudanças ocorridas em centros urbanos antigos que acabam por elevar o status do local, fazendo com que habitantes de menor renda tenham que se deslocar para outros lugares da cidade, devido este aumento do preço do solo e do custo de vida do local. O termo foi usado primeiramente como gentrification por R. Glasse em seu estudo sobre Londres em 1964 (BATALLER, 2012).

Por essa razão, o surgimento e crescimento de favelas se intensificou, fazendo as instituições públicas voltarem sua atenção para esta questão, iniciando um momento de se pensar propostas em relação à habitação social e moradias que viessem a melhorar a qualidade de vida das pessoas (BONDUKI, 1997), visto que os reflexos dessa crise econômica criaram consequências sociais que, até hoje, não se resolveram de forma positiva e, ademais, esta questão "não se trata de uma oscilação ocasional, fruto de momentos recessivos, mas de características estruturais do capitalismo brasileiro destas últimas décadas" (KOWARICK, 2000, p. 20).

Por estas razões, novas soluções projetuais para moradia haviam de ser pensadas. Assim, com a ascensão do Movimento Moderno no século XX, a habitação social coletiva se tornou uma possibilidade, uma vez que havia viabilidade de executar este tipo de edificação, visto os ideais de padronização e materiais como concreto e vidro que propiciavam uma tipologia arquitetônica que poderia ser reproduzida e difundida, dentro dos sentidos de padronização que a Arquitetura Internacional propunha. Ademais, o investimento industrial em materiais de rápido preparo propiciava o baixo custo desse tipo de moradia. Entretanto, a consequência notória na atualidade é a baixa qualidade dessas edificações (BONDUKI, 1997).

No âmbito do espaço urbano público, sob a lógica do Modernismo, Bonduki (1997) disserta de forma a se entender que, para os ideais da época, as áreas livres das cidades seriam priorizadas e pensadas sob o aspecto da salubridade e como um ambiente de divertimento, se tornando propícias para novas sociabilidades e formas de evitar a "promiscuidade" existente nos pequenos cortiços que se formaram nas periferias e, principalmente, nas regiões metropolitanas. "Promiscuidade" essa que está relacionada com a preservação do corpo feminino dentro do espaço privado, reforçando os papéis de gênero dentro da sociedade e do espaço urbano, onde a cidade e o público são locais pertencentes ao homem, e a casa e o privado devem ditar a vida das mulheres, como colocam Karen Ferreira e Gleyton Robson da Silva (2017).

Sobre a questão da privação da mulher em relação ao espaço urbano, tem-se que ocorre um impedimento simbólico à participação social delas em campos capazes de modificar as estruturas sociais que comumente as limitam, como dizem Ferreira e Silva (2000, p. 4): "Ao passo que não participam da vida pública, as mulheres não contribuem para a política, admitindo-se assim, que o referencial do Direito é masculino". E é justamente por esse referencial masculino que se entende o androcentrismo, sob a ótica

patriarcal que coloca o homem em uma centralidade que dilui a presença feminina e seu poder de fala, criando vestígios de um machismo cotidiano que, como discute este trabalho, se reflete no espaço urbano.

Essa situação é reiterada pelo constante complexo de inferioridade das próprias mulheres sobre sua capacidade de opinar, pautado em um fator histórico de apagamento feminino dos espaços de poder decisório, como assinalado por Salomão (2009). Sobretudo, este apagamento da presença das mulheres segue de forma a legitimar o domínio masculino nestes campos políticos, cultuando o patriarcado até mesmo nas estruturas do Estado. Portanto, a inserção das mulheres nas decisões políticas sobre o urbano se mostra necessária de fato, uma vez que, por meio do levantamento de suas demandas específicas, pensadas com este recorte de gênero ao se ouvir as mulheres, o sistema do Estado poderá observar que não apenas a moradia importa, pensando no contexto privado no qual a mulher comumente é inserida, mas outros equipamentos também são necessários para a manutenção da vida cotidiana delas e que estas devem estar presentes nos espaços públicos.

Deve-se não apenas ouvir as mulheres, mas observar como a manutenção dos papéis de gênero impõe tarefas específicas que se refletem em suas vivências, pautadas na sociedade patriarcal que ainda se mantém nos dias atuais e a qual perpetua uma divisão do trabalho de forma colocar a mulher em uma posição em que utilizam determinados equipamentos mais vezes do que os homens e, portanto, acabam também sendo os indivíduos que mais percorrem as cidades (FERREIRA, 2017).

Dito isso, a visão cuidadosa com recorte de gênero não deve se ater a intervenções pontuais, tampouco deve olhar a mulher de forma vitimizadora, mas sim de uma maneira que gere autonomia a elas, de forma a também desconstruir os elementos que propiciam determinadas percepções na vivência urbana feminina, assim como para outros grupos vulneráveis, como os LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Interssexuais, Assexuais e mais). E mais ainda, que se permita a diluição das percepções de medos ou inseguranças, fundamentados na urbe com a existência de lugares escuros, sem movimento, sem permeabilidade visual e outros fatores que geram esses sentimentos, transformando-os em lugares receptíveis e acolhedores (PUNT 6, 2019).

Juntamente com essa questão, contextualizada na necessidade da mulher, e outros grupos vulneráveis, por certos equipamentos públicos, têm-se conjuntos

habitacionais populares distanciados dos centros urbanos, desprovidos destes equipamentos e de serviços básicos como escolas ou creches, assim como postos de saúde ou serviços de mobilidade urbana (BONDUKI, 1997).

A problemática é que, apesar de se fazer presente nas políticas de moradia, o Estado dissocia o morar de outras necessidades básicas; necessidades essas que tangem o cotidiano doméstico que também se relaciona com o urbano, agregando tarefas que, comumente, são feitas por mulheres. Assim, como exemplo da espoliação urbana percorrida por Kowarick (2000), se tem o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (figura 2), no ponto 3, como exemplo em seu distanciamento entre a moradia e os locais de serviços básicos e equipamentos públicos, seja de saúde, lazer e educação e do próprio centro da cidade, onde geralmente se encontram esses serviços, como mostrado no mapa no ponto 1.

Figura 2 - Distâncias entre o Bairro Central, Perpétuo Socorro e o Conjunto Mestre Oscar Santos.



Fonte: produzido pela autora com base do google maps, 2019.

O exemplo acima mostra o fator “distância” e como este afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e em como estas pessoas se apropriam e se locomovem nas cidades, o que Kowarick (2000) aponta como espoliação urbana, que é justamente distanciar a população do acesso aos principais serviços básicos, como reitera Bonduki (1997). Esta espoliação tem completo vínculo com a relação capitalista de trabalho e relações sociais, sendo assim, é válido reafirmar que espoliação:

...é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2000, p. 22).

Esta espoliação urbana acaba por isolar, principalmente, camadas sociais mais baixas longe do centro (KOWARICK, 2000), geralmente em locais de pouca infraestrutura e serviços públicos, acarretando novas problemáticas, mesmo que solucionando a questão da moradia; no caso deste trabalho, por meio dos programas de habitação. Em síntese, a problemática sucede do fato de que o Estado é responsável pelo ordenamento urbano e pela garantia dos direitos na cidade, porém não tem conseguido ser capaz de suprir as demandas que surgem em determinados locais e acaba por criar uma notória segregação territorial que, antes mesmo de ser uma segregação urbana, é uma segregação entre classes, entrelaçando opressões que atingem majoritariamente classes baixas em relação ao espaço urbano (HENNING, 2015).

Desta forma, as distâncias geradas em consequência da espoliação urbana se associam à discussão de gênero quando se nota, por exemplo, a falta de equipamentos comunitários nestes locais periféricos, como uma escola ou creche. Problemática observada na vida das mulheres chefes de família que, quando não têm parceiros que contribuem no cotidiano do lar, por vezes não têm onde ou com quem deixar os filhos, conseqüentemente podem parar de trabalhar ou acabam deixando os filhos expostos a adversidades urbanas, como a violência, visto que ou trabalham para sustentar a família ou dão atenção a ela.

Nesta ótica, nota-se que ao passo que o Estado garante moradia com os projetos de habitação social, por vezes, também se aumenta a distância das pessoas com o lazer, saúde, educação e outras necessidades por se colocar um grupo social vulnerável para longe dos centros urbanos, se fazendo necessária a utilização de transporte público e mais esforços para se ter acesso a equipamentos públicos básicos; esforços estes que a população de baixa renda, muitas vezes, não consegue fazer (KOWARICK, 2000).

A problemática do transporte público colocada por Kowarick (2000) é que este, em determinadas situações, não atende com sucesso as áreas mais distantes da cidade, além de não adentrar em áreas urbanas irregulares. E essa falta de mobilidade urbana

para as classes de renda mais baixa geram, também, distanciamento com outras questões essenciais para a qualidade de vida, além da locomoção, como a distância entre a casa e o lazer e, como maior prioridade, até mesmo distanciamento entre o lugar de moradia e saneamento ou benfeitorias básicas, geralmente encontradas nos centros urbanos e não nas periferias. Sendo assim, o Estado tem o papel de ser responsável pelo funcionamento urbano e ser presente na função de oferecer serviços públicos de qualidade à sociedade e tudo o que tange o consumo coletivo, como os pontos acima citados, e tão falados por Bonduki (1997).

Uma tentativa de o Estado garantir as benfeitorias públicas devidas tem certo destaque na época do governo de Getúlio Vargas, em que ocorreu a investida da retomada à social democracia e a valorização desse Estado como provedor de salubridade e qualidade social. Porém, com o tempo, a presença institucional nas cidades foi perdendo a força e, conseqüentemente, a crise corroborou para essa diluição do poder público, se tornando cada vez menos efetivos na prática (BONDUKI, 1997).

A ausência dos poderes públicos em determinadas áreas ainda possibilitou a existência de fenômenos como a gentrificação, que se caracterizam pelo fomento de investimentos em determinada área, fazendo as pessoas não mais conseguirem se manter em dado local, propiciando uma visível segregação socioespacial (BONDUKI, 1997). Essa questão vai de encontro a tudo o que tange o direito à moradia, previsto na CF/88, o que envolve todo o contexto urbano de vivência cidadã, uma vez que não se garante a salubridade no habitar das pessoas e ainda as distanciam das possibilidades de sociabilidade que uma cidade deve ter (KOWARICK, 2000). Ademais, pouca atenção foi dada a essa sociabilidade urbana, uma vez que no período do Modernismo não se pensava na imprevisibilidade das relações e necessidades humanas específicas quanto a gênero, raça ou classe, até mesmo outros recortes e intersecções de opressões, visto que o ato projetual de pensar a arquitetura e as cidades era feito em uma concepção que contabilizava um homem ideal, não considerando as diferenças entre os indivíduos dentro de um espaço por racionalizar seus movimentos e ações (BONDUKI, 1997).

Um exemplo deste homem ideal pode ser visto na forma em que Le Corbusier pensou o Modulor, no século XX, de forma a criar parâmetros de proporção que se refletiam na geometria da arquitetura, embebido na tentativa de uma melhor forma de padronização, considerando, visivelmente, os materiais que começaram a ser usados na época com as novas tecnologias industriais (POSSEBON, 2004). Apesar de se considerar

aqui que o Modulor teve importante participação e influência na produção arquitetônica moderna, se vislumbra que padronizar as proporções humanas e moldá-las a todos não seria a solução final para se fazer arquitetura. Assim, dentro do entendimento que padronizar o ser humano dificulta enxergá-lo como um indivíduo com necessidades específicas, os recortes sociais são necessários, pois, quando se observa algo por uma ótica privilegiada, por exemplo, perdem-se diversos aspectos vividos por quem passa por mais dificuldades ou enfrenta outros desafios (FERREIRA, 2017). Neste âmbito, nota-se o descompasso das políticas públicas em relação a observar estes grupos que precisam de mais atenção, assim como os recortes que precisam ser discutidos, tendo-se aqui o gênero como foco principal, uma vez que se percebe a pouca influência feminina nos debates políticos e nos levantamentos de questões dentro do espaço urbano e, visto a baixa inserção das mulheres neste campo de discussão, a diferença dos sexos na urbe e o usufruto feminino são pouco discutidos (FERREIRA, 2017), tornando plausível interseccionar a mulher e sua relação com a cidade, a fim de se tomar conhecimento de suas demandas específicas.

Dessa forma, quando se discute intersecção, geralmente se aponta para o entrelaçamento de opressões que variam em suas categorias, podendo ir desde o racismo, a questões de gênero, homofobia e determinados tipos de preconceito que acometem um sujeito que tem todas as suas subjetividades particulares, entrelaçando essas opressões com uma identidade que diz respeito, por exemplo, à cor, raça, classe, gênero ou idade, entre outros. Estes fatores em confluência têm o intuito, geralmente, de se encontrar formas de justiça social para estes grupos que se mostram vulneráveis dentro de uma hierarquia, tendo em vista que essa hierarquia é justamente a opressão de um grupo sobre o outro (JOSEPH, 2015).

Estes entrelaçamentos também podem ser uma forma de encontrar uma identidade para os sujeitos oprimidos que, vivendo em um sistema de hierarquia social, ganham identidades pré-concebidas sobre si, por muitas vezes dadas pelo próprio opressor por meio de instrumentos que deslegitimam a fala de tal indivíduo (JOSEPH, 2015), como neste trabalho, que demonstra que as mulheres foram historicamente diminuídas em relação aos homens; sendo eles, os potencializadores da estrutura patriarcal e privilegiados dentro deste sistema. Por este fator que se nota a necessidade de compreender a intersecção. Quando se coloca o sujeito em confluência com suas opressões (JOSEPH, op. cit.), há maior possibilidade de entendê-lo, podendo sempre se

rever a forma de análise, o que torna capaz de, inclusive, visualizar se as opressões, com o tempo, diminuem ou não. Quando um sujeito se encontra em uma vivência de entrelaçamentos de opressões, essa violência também se potencializa, visto que os aspectos apontados, como preconceito de raça, classe, gênero ou outros, não atuam de forma isolada. Quanto mais cruzamentos dessas matrizes houver, mais opressão, ou privilégio, pode ocorrer (SANDENBERG, 2015).

Recorda-se, porém, que a intersecção estudada neste trabalho visa apontar as estruturas de opressão, não de privilégio, do sistema de entrelaçamentos entre gênero, raça e classe, contextualizando este entendimento com o espaço urbano e doméstico da habitação. Sendo assim, parafraseando Sandenberg (2015, p. 61), o que se entende aqui por intersecção, de modo geral, se resume no apontamento sobre "sistemas de dominação que se baseiam em doutrinas sobre a superioridade de determinados grupos ou categorias sociais em relação a outros", o que gera um contexto de desigualdades sociais fundamentadas na história e contextos passados que fazem a manutenção das opressões do recorte aqui colocado: a mulher na cidade e na habitação.

Mesmo que não tenha sido intenção deste trabalho o aprofundamento desta questão, lembra-se brevemente que, para além da opressão do sistema patriarcal sobre a mulher, um pertinente catalisador das violências femininas aqui apontadas está embebido nas concepções capitalistas de construção do espaço, além da própria construção da ideia de propriedade privada, que resulta na opressão sofrida pelas mulheres no território urbano androcêntrico, ou seja, pensado por homens e para os homens, como demonstra Sandenberg por meio das teorias marxistas:

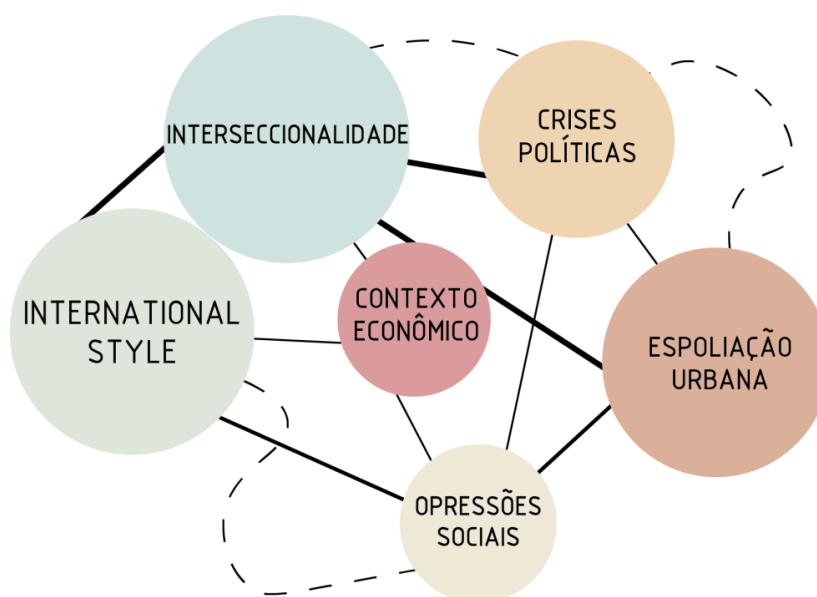
Engels argumentou ter o surgimento da propriedade privada minado a ordem tribal, tornando a família uma unidade econômica, o que em tempo deu margem ao surgimento de desigualdades no acesso aos meios de produção e, assim, às classes sociais e, por fim, à exploração da mulher na família (SANDENBERG, 2015, p. 64).

Ao se vislumbrar esta ideia em que a mulher é colocada como sujeito oprimido dentro de um sistema social construído historicamente, entende-se então a necessidade de se fazer o recorte de gênero no espaço urbano e, também, interseccioná-la com outros fatores que modificam suas vivências tanto na cidade quanto em sua própria habitação, levando-as a lutar e reivindicar por seus espaços na sociedade. Em síntese, as reivindicações partem de um prospecto político, econômico e social que, por um longo

tempo, tem colocado a mulher distante dos locais de visibilidade, de forma a não discutir profundamente suas reais necessidades.

Para ter estas questões em vista, elaborou-se o diagrama (figura 3) que resume o panorama dos pontos abordados neste capítulo, de forma a se discutir o contexto de criação da habitação social e suas influências e diálogos com o recorte de gênero aqui abordado.

Figura 3- Diagrama síntese do capítulo.



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

Dito isto, deve-se entender mais especificamente a luta das mulheres e porque suas reivindicações são tão importantes na busca por cidades e vivências mais igualitárias e justas.

1.3 A Construção dos Papéis de Gênero e o Protagonismo Feminino no Urbano e na Habitação

Atualmente observa-se que, dentro das famílias brasileiras, as mulheres têm tido uma posição crucial de liderança e ponto de sustento de sua prole, sendo responsáveis pela educação dos filhos, saúde, alimentação e diversos outros itens básicos de sobrevivência, tornando-as, assim, o que se chama de “chefes de família”, sendo responsáveis, também, pelos chamados “trabalhos de reprodução”, fundamentados nas tarefas domésticas que contribuem para a manutenção e continuidade do cotidiano familiar.

Esse papel de liderança feminina dentro da casa é aqui discutido a partir da perspectiva das mulheres de baixa renda, que se desdobram em diversas jornadas de trabalho, remuneradas ou não, para a manutenção familiar e dignidade da casa como um bem material. Estas jornadas, por vezes, diminuem as possibilidades do usufruto da cidade e criam barreiras entre elas e os acessos a direitos básicos, como, por exemplo, o lazer, ou aperfeiçoamentos pessoais que influenciam na saúde mental, bem-estar e autoestima destas mulheres.

Anteriormente à ótica do espaço urbano como fator de relevância para o constructo da narrativa aqui proposta, tem-se o espaço da habitação como foco principal deste trabalho, em seu sentido *stricto sensu* para melhores aprofundamentos, uma vez que a casa, ou habitação, é o lugar materializado onde, em primeira instância, ocorrem as sociabilidades construídas no seio da família, que vive o âmbito privado e toda a esfera reprodutiva do cotidiano, o que Pierre Bourdieu (1989) aponta como *habitus*². O reflexo do *habitus* no cotidiano da mulher e da família reverbera na habitação como materialização dessas vivências e das trocas entre os indivíduos de uma sociedade, sendo um espaço que, arquitetonicamente, não é pensado com um recorte de gênero em que se pontuem as questões femininas, mesmo que, quando se discute o espaço público e o espaço privado, se tenha, historicamente, a ideia de que o público é o local de livre passagem para os homens e o espaço privado, portanto a habitação, é o lugar da mulher,

² Entende-se *habitus* como a articulação entre a sociedade e indivíduos presentes nela, sendo dois agentes que não se dissociam um do outro, uma vez que interagem entre si para se criar uma práxis social que molda costumes e hábitos coletivos por meio de individualidades. Bourdieu indica estes dois atores como agentes sociais, que são produtores de comportamentos que influenciam a sociedade como um todo, e estrutura social, que seria a sociedade, que também depende das ações e costumes individuais para acontecer. Portanto *habitus* é uma ação recíproca na criação e reprodução de comportamentos entre indivíduo e sociedade para existir (BOURDIEU, 1989).

como apontam Ferreira e Silva (2017).

Jurgen Habermas (2003), ao trabalhar a ideia do público, demonstra que este local diz respeito às coisas e pessoas que têm direito de aparecer e, principalmente, que o público é local onde os eventos são acessíveis a todos. Ademais, ao apontar que a esfera pública é um princípio organizacional da sociedade, também traz consigo a ideia do *bio politikos* (op. cit., p.15), termo que se traduz em “vida política”; ou seja, a possibilidade de se ter um poder decisório.

Quando se fala deste poder decisório por parte das mulheres, assim como quando se discute esfera pública e esfera privada e a cristalização dos papéis femininos e masculinos nesses espaços, é notável um apagamento da opinião da mulher. Como aponta Salomão (2009), a falta de poder decisório das mulheres em campos políticos tudo tem a ver com a sociedade patriarcal na qual vivemos e constata que, segundo a lógica de quem pode usufruir de determinados locais, a autora afirma que "um número considerável de mulheres nos espaços de poder só opinam ou decidem quando são chamadas pelos homens a fazê-los" (op. cit., pg. 1). Portanto, a fala de uma mulher só é ouvida quando é conveniente aos homens.

Não obstante, se observa que as políticas neoliberais vinculadas ao capitalismo patriarcal acabam por reduzir os esforços de grupos de mulheres que tentam fazer mudanças políticas, visando à manutenção da ótica conservadora que pretende perpetuar, voluntariamente ou não, as hierarquias de gênero. Foi nesse sentido que o grupo *Matrix Feminist Design Co-operative* tentou promover mudanças, entre o período de 1980 a 1990 no Reino Unido, porém acabou se dissipando, provavelmente devido às políticas neoliberais de Margaret Thatcher (PUNT 6, 2019, pg. 42).

Conjuntamente aos fatos acima descritos, ainda quando ouvida, a mulher é vista sob a ótica da feminilidade, o que a descaracteriza de sua competência e inteligência, e diminui a força de sua opinião por meio da perpetuação da ideia do que seria o papel feminino na sociedade: um papel de subserviência. Salomão (2009) volta-se à questão de os homens pouco saberem compartilhar estes espaços de poder, o que gera neles um tipo de "crise de identidade" que reverbera em um complexo de inferioridade quando observam a mulher ganhar espaço de opinião, sentindo-se ameaçados em sua forma de exercer poder.

Nesse sentido, as formas de inserção feminina nos espaços decisórios devem romper com narrativas hierárquicas para evitar que se abram portas para os homens

exercerem discursos violentos e excludentes, como descreve o Coletivo *Punt 6* (2019, pg. 142) ao apontar que “un proceso participativo feminista tiene que realizarse de manera que se rompan los privilegios y dinámicas mediante los que los hombres blancos heteronormativos monopolizan el debate y minimizan o ridiculizan otras aportaciones (mansplaining)”, isto é, o discurso feminista e feminino surge para evitar que as falas das mulheres sejam diminuídas, a fim de não possibilitar a manutenção da discriminação com *elas* e enfrentar as formas de contraposição da ascensão feminina em espaços de decisão e de relações políticas, uma vez que, junto a esse fato, o homem se defende agressivamente quando sente seu poder ameaçado. Ainda, Salomão afirma que as mulheres precisam fazer mais esforços para ganhar a confiança nestes locais de formação política, enquanto os homens não, visto que um homem “se autodenomina e a sociedade o confirma” (SALOMÃO, 2009).

No sentido de feminilidade, é válido ressaltar que opressões ainda maiores ocorrem com mulheres negras e racializadas. Visto que, como discorre Angela Davis (2016), a mulher negra desde o período escravagista teve sua condição de gênero negada, uma vez que as mulheres escravizadas eram vistas, igualmente aos homens, como uma força de trabalho desvinculada às condições de gênero. Não obstante, as condições como “fêmea” só surgiam para estas mulheres quando as punições sofridas por elas, além das mesmas que atingiam os homens, como açoites, se constituíam, também, de punições sexuais como estupro e coersões. Desta maneira, a feminilidade foi uma característica atribuída às mulheres brancas de classe média por ideologias do século XIX que não englobavam as mulheres escravizadas nas Américas. E, até hoje, as mulheres negras ainda são subjugadas sob o fundamento da raça, diminuindo de diversas formas suas condições de gênero, inclusive suas vozes e vontades políticas (DAVIS, 2016).

Outro fator que propicia o diminuto poder decisório delas está engendrado na forma como a sociedade impede a inserção feminina nesses campos. Salomão (2009) assevera como as mulheres são cobradas no âmbito privado, o lar, quando se envolvem em questões relativas à vivência pública e política de opinião, ou quando divergem do cotidiano da casa e suas das atividades laborais e de cuidado.

Neste aspecto, ao ocorrer esse “impedimento” da inserção das mulheres nos espaços de poder, surgem, em contraponto, os movimentos feministas e de mulheres que lutam por causas sociais, a fim de mudar a visão de serventia feminina e de

acomodação por parte delas, visando ganhar seu local de fala e assim poder pontuar suas reivindicações e discutir suas demandas, para quebrar um silêncio feminino que prejudica fortemente e, em especial, as mulheres que vivem em condições de pobreza (SALOMÃO, 2009).

Ao se dar voz às mulheres nestes espaços de poder, as demandas femininas podem ser mais bem ouvidas, visto que se torna possível tomar uma postura ativa sobre suas exigências. Ao vislumbrar as lutas femininas e a necessidade de inserção delas nos campos de poder, o Estado, enquanto agente institucional que legitima ações políticas, se vê obrigado a “reconhecer a importância da participação política das mulheres e seu acesso à tomada de decisões como fator central do empoderamento e autonomia”, sendo este fator um passo a mais para a igualdade entre os sexos, como discorre Salomão (2009). Portanto, a pertinência de se questionar a ausência feminina nos espaços de poder em seu viés político se dá, também, devido ao fato de que, mesmo que haja uma pouca inserção de mulheres em campos decisórios, as cidadãs compõem a maior presença de votantes na esfera de eleição de representantes, como Casimiro (2017) explica, e, em conjunto a este aspecto, mesmo sendo a maioria, historicamente a sociedade faz a própria mulher questionar suas capacidades de decisão, fazendo-a duvidar de seu poder, o que propicia uma manutenção da ausência de mulheres nestes espaços e torna diminuta a garantia dos direitos femininos (SALOMÃO, 2009).

Neste contexto, as reivindicações femininas vislumbram violências que atingem as mulheres no espaço público e urbano, que intrinsecamente se tornam lugares de opressão (SILVA, FARIA, PIMENTA, 2017), o que faz necessário reconhecer uma perspectiva de gênero que aborde um melhor viver a cidade por parte das mulheres. E não apenas isso, outros direitos devem ser assegurados, principalmente por instâncias institucionalizadas.

Portanto, em posição de mediador das reivindicações dos cidadãos e criador de alternativas para a efetivação da garantia de direitos, o Estado deve assegurar o cumprimento do que está previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88) em relação aos direitos sociais dos cidadãos. Por este aspecto, foca-se, então, no direito à moradia, que tange toda a vivência do indivíduo na cidade, não apenas em relação à habitação, mas um conjunto de fatores que devem ser assegurados para a qualidade de vida urbana dos cidadãos (BRASIL, 1988).

Seguindo os preceitos fundamentados na CF/88, como aponta Salomão (2009),

os movimentos sociais e movimentos feministas surgem como suporte para exigir que esses e outros direitos, principalmente das mulheres, sejam cumpridos institucionalmente, tendo em vista as opressões cotidianas que ainda existem na sociedade atual e que ainda reiteram uma forma patriarcal de viver.

Ao que tange à qualidade urbana que deve ser assegurada aos cidadãos, o direito à cidade, termo conceituado por Henri Lefebvre (2001) contribui para a compreensão da necessidade de priorização da vida cotidiana, fundamentada nas atividades de reprodução da vida que, sobretudo, ainda são feitas por mulheres. Ademais, compreender a vitalidade da cidade, sob a ótica deste termo, tem como objetivo discutir a cidade como uma obra, carregada de valor de uso como algo material que compõe um cenário de vivências e que, com isto, absorverá um valor de troca; ou seja, se cria a potência do melhor viver na cidade.

Contudo, salvo a relação cidade e capital, ou mercadoria, estabelecidos em uma perspectiva econômica da construção da cidade, o ensinamento deixado por Lefebvre também diz respeito às práxis sociais existentes no espaço urbano. Para entender aqui que as mulheres têm direitos e especificidades comuns apenas a elas, utiliza-se Lefebvre (2001) para vislumbrar, primeiramente, que o ser humano tem a necessidade da troca, da conversa, de degustar e de ter suas percepções refletidas em um mundo, como o autor afirma:

Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades especificadas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam a divisão parcelar dos trabalhos (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

Portanto, a questão supracitada traz consigo o entendimento de poder usufruir da cidade como local feito a partir de vivências sociais, a práxis, e da necessidade de manifestação do indivíduo como ser único. O direito à cidade só ocorre quando se tem esse *direito à vida urbana*, que se realiza de uma forma prática-sensível de se utilizar e se apropriar de um lugar (LEFEBVRE, 2001).

Nesse sentido, o Coletivo *Punt 6* (2019) traz contribuições sobre a necessidade de se valorizar a vida cotidiana como fundamento principal da criação das cidades, pois dessa forma se colocam as vivências e práticas sociais no foco desta construção da urbe.

Juntamente com a necessidade de se *desmercantilizar* os espaços urbanos para que a qualidade de vida das pessoas surja sob a ótica de uma arquitetura fundamentada no dia a dia e respeite as vivências de um determinado local, sem padronizar o cotidiano.

Ao se considerar esta questão prática e sensível, por meio do recorte de gênero, se torna possível compreender a vivência feminina no espaço urbano e apreender o que é necessário para não construir ambientes de opressão para elas, propiciando locais de manifestação das particularidades e simbologias femininas, que visem representatividade e ruptura com as lógicas das desigualdades que ocorrem na urbe.

Nesta perspectiva, pensa-se a representatividade feminina na cidade, pois:

Cada atuação, pública ou privada, marcada majoritariamente pela visão cultural masculina provoca, na vida da mulher urbana, a negação da sua segurança física e psíquica, do seu bem-estar, provoca dificuldades nos processos pessoais e coletivos de desenvolvimento (CASIMIRO, 2017, p.11).

Essa negação diz respeito ao direito de ir e vir da mulher na cidade. Não apenas em relação às suas possibilidades de locomoção no espaço urbano, mas também no aspecto de ter sua mobilidade reduzida ao ter que pensar em outros aspectos ao sair de casa, como o assédio, seja sexual ou moral, que as mulheres sofrem nas ruas e a dificuldade de ter suas necessidades atendidas na cidade (CASIMIRO, 2017).

Não apenas o ir e vir, este direito à vida urbana engloba outros fatores conceituados Lefebvre (2001), como a festa e a sociabilidade, sendo variáveis que não precisam ser recortadas em relação ao gênero para julgar necessários no cotidiano. Mas nota-se uma retirada desses direitos para as mulheres, as quais são podadas de suas vivências urbanas, visto que, diferentemente de como ocorre com os homens, que temem perdas apenas no sentido material quando são vítimas de alguma violência, como a possibilidade de roubos e assaltos, para as mulheres o temor ocorre em relação à sua integridade física e o risco de ser corporalmente violada, desde assédio sexual ou o próprio estupro, visto que diversos espaços da cidade contribuem para ataques às mulheres, seja pela baixa iluminação nas ruas seja pela falta de segurança existente e ausência de outras infraestruturas (CASIMIRO, 2017).

Nesta questão, a segurança pública se mostra um ponto a se pensar cuidadosamente em relação às mulheres. Para tanto, os apontamentos de Jane Jacobs, em *Morte e Vida nas Grandes Cidades*, contribuem para se entender que tanto quanto

policiamento e patrulhas por entidades institucionais, são necessários, também, os “olhos da rua” (JACOBS, 2000), que dizem respeito à forma como se pode sempre ter à vista os acontecimentos da cidade quando há uma mistura de usos eficaz em criar movimentação dos usuários da rua, gerando uma vigilância indireta que contribui para a maior segurança nos espaços públicos.

Este ponto corrobora com a ideia de Casimiro (2017) quando a autora disserta sobre se pensar o espaço urbano na ótica feminina, que não seria o fato de pensar uma cidade apenas para mulheres, mas também ter o “reconhecimento da diversidade como protagonista na conquista do bem comum” (CASIMIRO, 2017, p. 10), portanto vantagem para todos os cidadãos e, principalmente, para as minorias. Porém, o apagamento feminino continua a acontecer na conformação da cidade e está estritamente relacionado com o fato de haver pouca influência das mulheres nas tomadas de decisões políticas que regem o bem-estar coletivo, mesmo que as cidadãs sejam a maior presença de indivíduos votantes, como Casimiro (2017) aponta.

Também, segundo Salomão (2009), o apagamento das mulheres nestes espaços se fundamenta por três vieses principais. Primeiramente, tem-se a cultura patriarcal que ainda segue uma ideologia que prega o fato de o espaço público-político não ser lugar para as mulheres, seguido pelo complexo de inferioridade sentido por elas, embebido no fato de, por um longo período até a atualidade, a mulher ter sido convencida de ser um indivíduo menor e menos importante que o homem, internalizando, então, sua incapacidade de opinar e reduzindo sua presença ao ambiente privado, onde seria “seguro” atuar. E, por fim, o tempo que as mulheres dedicam à política e à vida pública, que, tendenciosamente, é diminuído em virtude de suas “obrigações” com as atribuições do lar.

Portanto, historicamente a mulher foi moldada para se sentir mais confortável dentro do ambiente da casa e, mesmo assim, contraditoriamente, também não consegue ter suas necessidades atendidas dentro da habitação e do espaço privado de seu convívio. Como explica Schettino (2012), esse protagonismo feminino no espaço do lar ainda era contraditório do ponto de vista construtivo sobre este local, que são elas que mais usam, e não os homens, e isto se mantém acontecendo até os dias atuais. Parte-se do princípio de que, no século XX, ainda eram os homens que idealizavam a casa e a construam. Tanto que, no ano de 1869, Catherine e Harriet Beecher Stowe levantaram questões sobre a casa da mulher americana por meio de uma publicação em que

propunham uma tipologia de cozinha que se aproximava de uma linha de montagem industrial, visando eficiência para o cotidiano feminino, pois eram justamente elas que sabiam o funcionamento deste lugar da casa.

Nesse sentido, apesar de ainda haver uma visível manutenção dos papéis de gênero na questão abordada por Schettino (2012), lembra-se que discutir questões do lar e internalizar o pertencimento das mulheres neste espaço era comum à população feminina do século XX, portanto, elas tentavam lutar para ter melhores vivências dentro do lar, seu ambiente de pertencimento, e ter um funcionamento dentro da casa baseado na personalidade da vivência feminina neste local, que era usado mais por elas, visto sua acomodação no espaço privado baseado na sociedade patriarcal.

Sobre o homem ainda ter mais poder de fala que as mulheres dentro do espaço da habitação, até mesmo nas áreas de estudo sobre esta questão, Schettino aborda que:

Diferente dos demais livros sobre arquitetura doméstica, os de Beecher eram voltados para as mulheres e, desta forma, abordavam questões que os exemplares voltados para os homens não faziam, como cozinhas confortáveis e espaços necessários em armários. Enquanto a versão masculina tratava de moda e ornamentação, o livro feminino lidava com o funcionamento da casa e não com a sua aparência (SCHETTINO, 2012, p. 76).

Nota-se que até mesmo quando se discute o espaço o qual as mulheres são socialmente colocadas, o espaço privado e a habitação, elas ainda são pouco ouvidas, portanto ainda precisam se esforçar mais para ter suas demandas atendidas, mesmo que sejam protagonistas das provisões de reprodução do lar e tomem conta da vida cotidiana da casa. Entretanto, é necessário compreender que a mulher cada vez mais está ganhando autonomia em relação ao espaço privado e à habitação, e isto se nota principalmente nos movimentos de luta por moradia, o que já é uma questão antiga e muito discutida pelas mulheres nesses espaços de conflito e reivindicações (VELOSO, 2017), visto que estas mulheres buscam, até hoje, ter suas necessidades atendidas, mesmo que não no sentido acima colocado pelas mulheres do século XX.

Compreende-se, então, que são as mulheres periféricas que reivindicam o atendimento das demandas femininas e, não obstante, lutam por outras questões que visam favorecer a coletividade de um local. Não é à toa que, ao se lutar pela moradia, se luta por uma creche, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e outros direitos coletivos de uma sociedade (VELOSO, 2017), pois *elas* entendem que o habitar não é apenas abrigo

físico, mas também as vivências em uma esfera maior de socialização e utilização da cidade.

Essa luta feminina por emancipação (ou autonomia) em relação à casa também se correlaciona ao fato de as violências contra as mulheres, como assédio sexual ou feminicídio, não ocorrerem apenas nas ruas, mas também dentro do lar, como atualmente é muito comum de ser noticiado (VELOSO, 2017). Associado a este fator, a casa surge também como um meio emancipador para as mulheres em relação às situações abusivas que lhes ocorre, principalmente com parceiros violentos, quando elas conseguem sua casa própria ou saem do ambiente de abuso. Sendo assim, a luta por moradia tem a mulher como um sujeito que luta por uma urbanidade igualitária e vivências seguras, assim como também discute a forma como o corpo feminino ocupa esses espaços e aponta que a segurança pública é uma pauta essencial para as mulheres (VELOSO, 2017).

De acordo com as colocações acima, em relação à violência feminina sofrida, antes de tudo, dentro de casa, se tem, também, as políticas públicas de moradia como meio emancipador dessas violências sofridas. Emancipador não no sentido atualmente discutido sobre empoderamento feminino, mas como meio de garantia de pequenos avanços na vida cotidiana, como aponta Nascimento (2016) em seu trabalho sobre o programa Bolsa Família, mostrando que as mulheres se sentem mais seguras quando auxiliadas pelo Estado.

Vale ressaltar que a participação das mulheres nas lutas por moradia e pelo espaço urbano é protagonizada por mulheres não brancas e geralmente periféricas, pois ainda são elas, as mulheres negras, que sofrem com os preconceitos estruturais que reduzem sua mobilidade na cidade (MAESTRO, 2017). A intersecção de gênero e raça, além de classe, é necessária aqui uma vez que existe o fato de as mulheres negras e periféricas serem as mais oprimidas e que isto parte de um viés histórico em que o androcentrismo social, ou seja, a sociedade pautada no comando do homem sobre a mulher, desde a época escravagista, mercantiliza seus corpos e anula sua presença, seja nos espaços privados seja nos espaços públicos.

Para tanto, Angela Davis (2016) atravessa essas três matrizes dissertando sobre as lutas femininas das mulheres negras desde o período escravagista nos Estados Unidos, apontando inclusive como se deu a participação das mulheres brancas nessa busca por emancipação das mulheres que, ao menos no período que permeia os séculos

XIX e XX, não vislumbravam a necessidade de uma luta antirracista, visto a pertinência de se discutir a questão histórica de mercantilização e objetificação dos corpos negros femininos.

Além disso, Davis (2016) aponta a estrutura familiar negra no período escravagista e disserta sobre a relação igualitária existente na esfera familiar das pessoas escravizadas, visto que havia a necessidade de cuidar de seu próprio povo, uma vez que quem explorava, torturava e subalternizava esta população era o homem branco, criando matrizes de opressão que, até hoje, ainda que com modificações em sua estrutura, reproduzem novas formas de escravidão.

Assim, considerando estes fatores, é necessário se pensar uma cidade que se organize territorialmente a partir do olhar das mulheres, principalmente as mais vulneráveis e racializadas, rememorando o que diz Maestro (2017) que se pode:

[...] afirmar que as mulheres cumprem um papel fundamental nos territórios onde estão inseridas e que ajudam a organizar e mover, para que elas, seus filhos e sua comunidade possam ter melhores condições de vida. (MAESTRO, 2017, p. 49).

Em relação à conformação urbana dos dias atuais, pode-se dizer que as influências do Movimento Moderno colaboraram para consolidar os ideais de cidades feitas por homens e para homens, como Marques disserta em seu texto *Cidade, serás feminista!* (2017), trazendo a capital brasileira, Brasília (DF), como exemplo de cidade feita para ser percorrida de carro³, seguindo a ideologia nos anos dos séculos XIX e XX os quais foram marcados pelo aumento das produções tecnológicas e melhorias dos transportes movidos a álcool.

Esta priorização dos automóveis nas cidades modernistas gera maior vulnerabilidade em relação aos pedestres (MARQUES, 2017) e, neste sentido, diversas pesquisas, como a de Rosa (2007), sobre mulheres, cidades e habitações, mostram como as mulheres são os indivíduos que mais percorrem as cidades, seja para trabalho seja para seus afazeres como idas a médicos e outras atividades de reprodução do lar, enquanto os homens percorrem trajetos mais lineares como casa-trabalho.

Assim, ressalta-se também que, na época da inserção do automóvel eram os

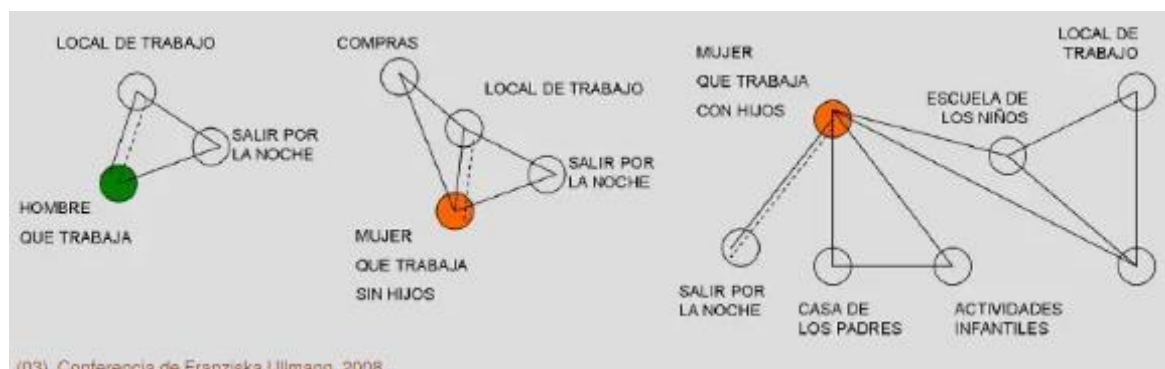
³ Uma autora a também discorrer sobre o assunto é Ermínia Maricato em seu texto “O Automóvel e a Cidade” no qual ela discute a necessidade de individualização e a questão da rápida mobilidade nas cidades pós industrialização, considerando as consequências da democratização do automóvel em relação ao usufruto da cidade (MARICATO, 2008).

homens que dirigiam, inviabilizando esta oportunidade para as mulheres tanto por questões da sociedade patriarcal quanto no sentido financeiro, uma vez que a mulher não se inseria no mercado de trabalho para ter uma renda que não viesse do “homem provedor”. Então se retrata aqui não apenas pedestres, mas mulheres que andam a pé e não têm renda para comprar ou manter um automóvel e, por vezes, também não tem recursos para pagar até mesmo pelo transporte coletivo, uma vez que, até hoje, o sustento do lar é a prioridade.

Essa priorização do lar por parte das mulheres é observada por Coradin (2010), em suas pesquisas sobre cidades e gênero em que pontua a mobilidade feminina nas urbes, no sentido de trajetos percorridos por elas. A autora propõe um diagrama (figura 4) que visa analisar e explicar como ocorrem as dinâmicas de uso do espaço seguindo a perspectiva de mulheres e seus trajetos cotidianos, implicando em diversos usos no urbano que vão além das atividades entre casa-trabalho, um percurso masculino, visto que são elas, as mulheres, que comumente são responsáveis pelas questões reprodutivas do lar, para além do contexto apenas da habitação.

Dividido em três diagramas de pontos conectados, o primeiro mostra uma dinâmica em que se têm dois trajetos, o local de trabalho e saídas noturnas, sendo um percurso feito por homens que trabalham. O segundo diagrama aponta o cotidiano de uma mulher que trabalha, mas não tem filhos, o que a faz percorrer caminhos entre casa, trabalho, saídas noturnas e compras. E, por fim, a mulher que trabalha e tem filhos, a qual se divide em diversas tarefas, criando uma trama poligonal de locomoção na cidade, pois ela precisa ir ao trabalho, buscar e levar as crianças na escola, reservar o tempo para as atividades infantis de lazer, sair para o lazer próprio, fazer visitas aos pais, compras, entre outros trajetos em seu dia a dia fora de casa, mas, majoritariamente, vinculados à reprodução da vida cotidiana com os filhos (CORADIN, 2010).

Figura 4 - Diagrama de trajetos feitos pelas mulheres nas cidades.



Fonte: CORADIN, 2010.

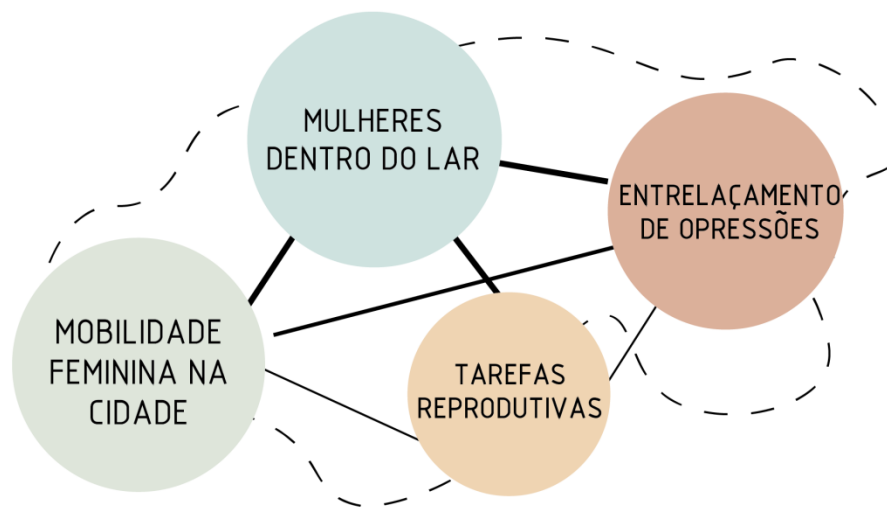
Seguindo essa perspectiva, nota-se que a vida da mulher não se limita ao âmbito privado, ainda que seu cotidiano se vincule aos afazeres domésticos e familiares, uma vez que as questões reprodutivas do lar não se restringem ao ambiente físico da habitação, mas necessita de diversos equipamentos e pontos na cidade para que o cotidiano aconteça.

Nesse sentido, o Coletivo *Punt 6* (2019) deixa explícita a necessidade de reformulações radicais nas cidades que transpassem antigos ideais de zoneamento urbano, uma vez que as setorizações existentes – áreas residenciais, áreas comerciais, áreas industriais, áreas de lazer, entre outras – não comportam um cotidiano de reprodução social pautado em diversas tarefas que criam trajetos poligonais, principalmente para as mulheres. Estas áreas monofuncionais nas cidades não contemplam as múltiplas jornadas femininas e desvinculam a materialização urbana dos fazeres cotidianos, da criação de cidades próximas e realmente funcionais no dia a dia. Dessa maneira, se propicia um espraiamento urbano que gera, também, outras consequências, como a ideia de necessidade de automóvel particular, tendo em vista a comum depreciação dos meios de transportes coletivos. Para além, *Punt 6* (2019) ainda aponta os privilegiados como as pessoas que mais percorrem as cidades, uma vez que tem mais facilidade para isso.

Em suma, este capítulo (figura 5) buscou relatar a construção do papel social da mulher no espaço urbano e na habitação e como são elas que têm o protagonismo no cotidiano dos afazeres de reprodução do lar, sob uma perspectiva de lutas feministas e femininas para a conquista do espaço urbano pela ótica das mulheres e de suas demandas e potências de representação nas cidades.

Ademais, foi possível observar os pontos que tangem a locomoção das mulheres nas cidades e a forma como o cuidado com o lar faz as mulheres se espriarem no espaço urbano, de forma que se torna necessária a compreensão de um recorte de gênero na construção urbana e não apenas isso, deve-se reiterar entrelaçamentos como raça e classe, para que se encontre igualdade para os indivíduos que protagonizam o cotidiano: as mulheres.

Figura 5 - Diagrama síntese do capítulo.



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

1.4 Símbolos Androcêntricos nas Cidades e a Desvalorização das Mulheres

Ao que diz respeito às lutas urbanas das mulheres é necessário entender que, como coloca Pierre Bourdieu (2002), a desigualdade tem diversas faces e que nelas se está impetrada a desigualdade de gênero que se baseia em uma hierarquia social e desvalorização de determinado sujeito (MONTEIRO, 2019), que no caso deste trabalho são as mulheres.

A desigualdade que se busca entender, aqui, diz respeito a como o patriarcado está impetrado no espaço urbano e como se manifesta em relação ao gênero, criando ambientes distintos para os homens e para as mulheres. Critica-se também o racionalismo do zoneamento urbano - modernista - provindo desde o século XX, durante os anos de 1950, que engendra um pensamento hegemônico de produção da cidade, que acaba sendo feita para os homens, seguindo uma visão patriarcal e pouco abrangente sobre quem pode utilizar determinados espaços. Como os ambientes políticos de assembleia, por exemplo, que são tidos como predominantemente masculinos, como demonstrou Salomão (2009).

Anteriormente a este período da história, no século XIX, a igreja, por exemplo, era um dos únicos locais nos quais a mulher saía do confinamento do lar para experimentar um dos lazeres que o matrimônio ainda permitia à mulher ter em público, uma vez que as práticas religiosas eram aprovadas pela família e sociedade, elas eram permitidas, neste momento, a usufruir de algo que não fossem as tarefas domésticas (SCHETTINO, 2012). Dessa forma, nota-se um desigual usufruto do espaço público e urbano desde os períodos mais longínquos da história, o que propicia essa construção social de longa data refletir na atual produção neoliberal do espaço que cria uma matriz de segregação que, para além do gênero, ainda faz um recorte de classe que diminui muito mais a utilização do espaço urbano para as mulheres pobres, devido à valorização de terras que não se distribuem entre as classes mais baixas e, corroboram, assim, para a ideia de desigualdade espacial existente no espaço urbano (MONTEIRO, 2019).

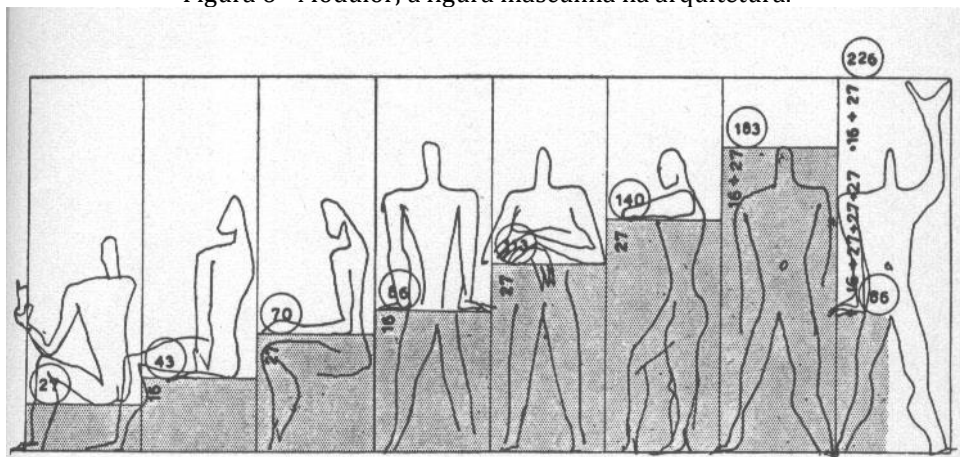
Ademais, Fraser (2001) assevera que são estas questões que propiciam a existência de políticas androcêntricas na práxis social cotidiana, o que significa dizer que estas políticas ainda se caracterizam pelo homem ser o centro de grandes pautas da vida social e do próprio cotidiano familiar no lar, assim como no âmbito do trabalho, visto que o homem costumava ser o responsável pela provisão da manutenção financeira da família, de modo geral, enquanto a mulher seria apenas dona de casa, responsável pelos

afazeres domésticos, reforçando os papéis de gênero dentro de uma sociedade dos anos 1950, principalmente nos Estados Unidos, como coloca Fraser (2001):

Seguiu-se que a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado visualizava o cidadão de tipo ideal como um trabalhador masculino pertencente à maioria étnica – chefe e homem de família. Foi amplamente suposto, também, que o salário deste trabalhador deveria ser o principal, se não o exclusivo, sustento econômico de sua família, enquanto quaisquer salários ganhos pela sua esposa deveriam ser meramente suplementares (FRASER, 2001, p. 16).

O tipo ideal em que Fraser (2001) se debruça pode ser observado nos ideais modernos como quando Le Corbusier pensou o Modulor (figura 6), que, em seu sentido inicial, tinha como objetivo criar sistemas métricos capazes de compor uma geometria e gerar uma padronização harmoniosa para a arquitetura. E, de fato, Corbusier tinha como intenção tornar os padrões exequíveis na prática por profissionais da construção civil, visto que, caso tivesse chegado ao mercado, o Modulor seria composto por “uma fita com 89 polegadas contendo as duas escalas, um quadro numérico com as medidas das duas séries e um manual de instruções” (POSSEBON, 2004, p. 73).

Figura 6 - Modulor; a figura masculina na arquitetura.



Fonte: google imagens, 2020.

O sistema de proporções criado por Le Corbusier, considerando o homem ideal, visava uma padronização baseada em um indivíduo do gênero masculino, com média de altura de 1,75m (POSSEBON, 2004) o que, por exemplo, já mostra uma perda de sentido em haver uma importação desses ideais para o Brasil, uma vez que o país é diverso e não dialoga com os ideais do homem europeu. Também, se propõe aqui pensar: como

discutir gênero com os ideais da arquitetura que hoje ainda carregam a herança modernista da padronização, mas que não mais fazem sentido nas atuais demandas existentes?

Nesta ótica, quando se admitiu, naquele momento, que era possível pensar um tipo ideal de indivíduos, características específicas foram desconsideradas de forma a não contabilizar a mulher, dona de casa, que precisava trabalhar, entre outras características e que tampouco se encaixam nos parâmetros métricos masculinos e, de forma mais profunda, também não se encaixariam em parâmetros brasileiros.

Essa padronização do homem ideal montou um cenário no período moderno que reflete até hoje em desigualdades na prática projetual em diversas culturas no mundo e esta desigualdade ecoa no trabalho de Monteiro (2019) quando a autora muito bem pontua sobre a relação de trabalho para as mulheres que, antes mesmo de qualquer emprego remunerado, já trabalhavam. Ideia que provém do fato de elas terem diversas jornadas que começam, antes de tudo, dentro do lar, sem salário algum. Sendo assim, esta remuneração surge muito depois, quando a entrada das mulheres no mercado de trabalho se mostra necessária para a manutenção familiar, porém, ainda de forma secundária e desfavorecida, como Fraser (2001) aponta. Neste aspecto, se ressalta aqui a necessidade de ponderar sobre o fato de a casa ser lugar de trabalho para a mulher e que, no presente estudo, se busca dar visibilidade à questão, visto o protagonismo feminino no espaço de habitação.

A pertinência de compreender a secundarização da existência feminina no lar, ainda que as mulheres sejam vinculadas ao espaço privado, provém de vislumbrar que determinados autores, principalmente homens, pouco compreendem a necessidade do recorte de gênero ao se discutir o cotidiano, especialmente o do lar. Como se pode observar na fala de Certeau (2013, p. 205) sobre as vivências e cotidiano dentro da casa, em que pontua que: “Neste espaço privado, via de regra, quase não se trabalha, a não ser o indispensável: cuidar da nutrição, do entretenimento e da convivialidade que dá forma humana à sucessão dos dias e à presença do outro”.

É necessário ressaltar que Certeau (2013) escreve estas ideias no ano de 1980 e que, enquanto homem, o autor não se apropriou do fato de que cuidar da casa exige um esforço que comumente é feito pelas mulheres e que, em um olhar mais minucioso, estes são pensamentos que hoje não mais podem ser tolerados, visto a mudança de contextos e a necessidade de crítica aos ideais machistas que devem ser expostos de forma a lutar

contra essa desigualdade entre sexos, uma vez que a mulher continua sendo o sujeito oprimido na sociedade e que ainda não se quebrou a cristalização de papéis de gênero.

Novamente, ao apontar a nutrição, o entretenimento e a convivialidade, Certeau (2013) esquece-se dessas práticas femininas no ambiente doméstico, e continua: “Aqui os corpos se lavam, se embelezam, se perfumam, têm tempo para viver e sonhar” (op. cit., p. 205). Na ótica masculina, é plausível que o autor não compreenda as dificuldades femininas atreladas ao lar e como, na verdade, ao ter que tomar conta de tudo o que rege o funcionamento da casa, a mulher esquece-se de si mesma, de seu bem-estar e sua autoestima, imprescindíveis para se ter qualidade de vida.

Portanto, é notório que a cultura patriarcal está presente em diversos aspectos do cotidiano feminino. Por mais sutil que seja, muitas vezes ainda é o sujeito homem, branco, hétero e livre que materializa este androcentrismo na cidade, para além de apenas o espaço privado da habitação com os machismos cotidianos e a cristalização do lugar da mulher vinculada à casa, o cotidiano ainda traz o empoderamento masculino e reforço de sua imposição no espaço urbano, também. Não obstante apenas com a práxis social hegemônica, os símbolos arquitetônicos passam a surgir para reiterar a questão aqui colocada.

Não apenas os arranha-céus, como característica marcante da materialização desse capitalismo androcêntrico e evolução patriarcal na arquitetura, marcada pela Revolução Industrial, têm-se exemplos visualmente simbólicos do que seria a masculinidade materializada na cidade. Ressalta-se aqui a Torre Agbar (figura 7), iniciada em 1999 e finalizada em 2005, em Barcelona, em sua arquitetura inegavelmente fálica.

Figura 7 - Torre Agbar, Barcelona.



Fonte: google imagens, 2019.

Para reiterar essa questão, Bourdieu discorre justamente sobre as metáforas fálicas na cidade, apontando que: "Compreende-se que o falo, sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável, concentre todas as fantasias coletivas de potência fecundante" (BOURDIEU, 2002, p. 9). O que quer dizer que, mesmo de uma forma sutil, a imposição e virilidade masculina estão inseridas na sociedade, dando sentido à imagem mostrada (figura 7) em que, claramente, o falo é representado por meio da arquitetura.

Anteriormente à lógica do falocentrismo arquitetônico, representado pela figura acima, quando se impõe este tipo de imagem na cidade, para além da percepção visual causada pelos grandes e imponentes arranha-céus, se está falando de *poder*. Para tanto, Byung-chul Han (2019) demonstra que a *linguagem* é o principal representante da expressão do poder, tendo em vista que se trata da forma de expressão perante o outro e *sobre o outro*. Principalmente quando se pondera sobre a construção do significado das coisas para que algo faça sentido, o que se toma como exemplo para entender a construção do patriarcado em relação à diminuição das mulheres no espaço urbano atualmente.

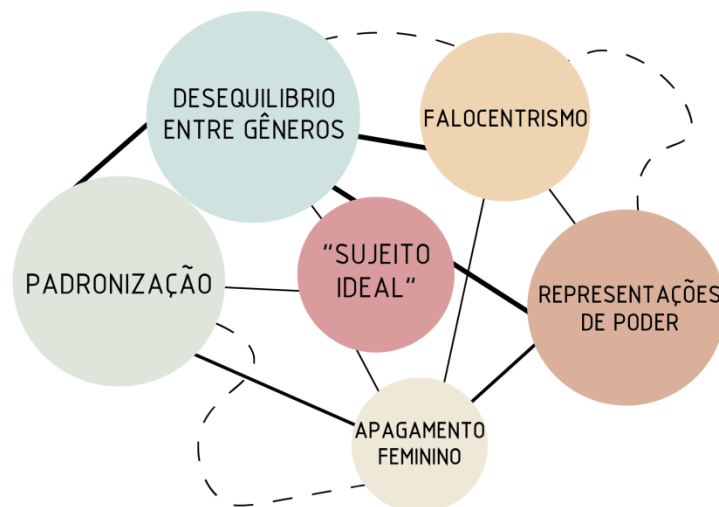
Desta forma, a arquitetura é a representação de uma linguagem que busca uma predominância que, para além de outras formas de comunicação e linguagem, consegue se materializar no espaço. E esta materialização, segundo Han (2019, p. 59), apoiando-se nas ideias de Nietzsche, é uma demonstração de como o poder se expressa nas formas e em seu modo mais eloquente de manifestação. Ademais, o autor aponta que a própria arquitetura é uma forma de expansão de um ideal quase individual, exemplificando que

o arquiteto *se* projeta ao projetar o espaço. O que significa que ele projeta a si mesmo e seus ideais no espaço urbano; ideais que partem do *self*, ou *eu*, dando uma continuidade ou, ainda, estendendo seu poder por meio da construção material da arquitetura.

Dessa forma, é possível entender por que a arquitetura ainda se volta para um contexto em que o homem é o sujeito dominante de determinado espaço, visto que, até hoje, se tem grande influência do zoneamento urbano modernista e da arquitetura da mesma época, principalmente por meio da difusão do *Internacional Style* que, dentro de seu contexto e período de idealização, foi um movimento liderado majoritariamente por homens e, portanto, poucas mulheres influenciaram nas concepções projetuais criadas, fazendo com que a representação do *self* na arquitetura fosse um sujeito masculino como o ideal.

Em síntese deste tópico (figura 8), a arquitetura e urbanismo até os dias atuais refletem a existência de uma estrutura patriarcal na cidade, que se materializa e reitera uma forma de dominação masculina sobre o feminino quando se nota que quem continua a projetar as cidades e os símbolos colocados nelas são os homens, salvo que, aos poucos, as mulheres vêm ganhando destaque na área da construção civil e, também, poder de fala nos locais decisórios, mesmo que, por vezes, ainda reproduzam o olhar masculino quando nesta posição de decisão. Nesse sentido, é salutar que as mulheres construam e reivindiquem um protagonismo pautado na discussão de gênero, a fim de modificar esta estrutura social vigente e ter suas demandas efetivamente atendidas.

Figura 8 - Diagrama síntese do capítulo.



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

1.5 Residências Chefiadas por Mulheres: a Inserção delas nos Programas de Habitação Social

É notório que as mulheres vêm ganhando mais espaço dentro da sociedade e, principalmente, nos espaços de trabalho, visto sua posição histórica na sociedade, como anteriormente mostrado. Mas, para as mulheres de baixa renda que não vislumbram a possibilidade de adentrar neste mercado resta a informalidade e as políticas assistencialistas do Estado como forma de sobrevivência.

Após perpassar pelas lutas das mulheres frente à pouca importância dada às suas demandas e suas necessidades de novas configurações no lar e no espaço urbano, contextualizada em seus estigmas históricos como sujeito de um espaço privado (FERREIRA e SILVA, 2017), é necessário abordar também o que tange o espaço da mulher como reprodutora do lar e, como é a intenção deste trabalho: a mulher chefe de família dentro dos conjuntos habitacionais populares.

É importante ressaltar que, a partir da Constituição Federal de 1988, vários avanços sociais foram conseguidos e, dentro destes avanços, têm-se uma evolução do que Nascimento (2016) chama de benemerência em que, a partir de então, se passa a realmente efetivar as políticas públicas de assistência social no Brasil, porém, como coloca a autora, essas políticas tendem a reproduzir os estigmas femininos quando colocam a mulher como centralidade das funções reprodutoras da casa e do lar, ou seja:

Recai sobre elas todo o cuidado com o acompanhamento regular da frequência escolar dos filhos, atualização cadastral no programa, participação no programa de convivência e fortalecimento de vínculos familiares por meio de ações socioeducativas, bem como manter a vacinação das crianças de até 7 anos de idade em dia, e acompanhar o crescimento e desenvolvimento das mesmas. (NASCIMENTO, 2016, p. 376).

Dessa forma, a necessidade de se pensar a mulher e, mais ainda, as chefes de família, se ilustra nos dados que apontam que, em um período de 15 anos - entre 2001 e 2015 - as famílias chefiadas por mulheres aumentaram de 14,1 milhões para 28,9 milhões, totalizando um crescimento de 105% neste período, tendo em vista que as famílias chefiadas por homens aumentaram apenas 13% neste mesmo período passando de 37,4 milhões em 2001 para 42,4 milhões em 2015 (CAVENAGHI, 2018). É importante entender a influência destes dados no cotidiano dessas casas e como funciona a socialização destas famílias, a relação delas com a cidade e com a própria estrutura de

habitação fornecida pelo Estado, a qual seus hábitos precisam ser modificados para se adequar à materialização arquitetônica que os cercam, partindo de um protagonismo feminino dentro da habitação. Ademais, observando a ótica de priorização da mulher nos programas sociais, em uma análise mais aprofundada, é notória a manutenção dos papéis de gênero que partem da sociedade e reverberam em uma obrigação da mulher em cuidar do lar, responsabilizando o que é dever de uma família inteira ao cuidar da prole, apenas na mulher beneficiária.

Em relação a essa responsabilização, *Punt 6* (2019) discorre sobre a necessidade de coletivização das tarefas domésticas, mas não apenas na família, e sim na sociedade como um todo. Desta forma, também se entenderia a necessidade de não marginalizar as tarefas domésticas e privatizá-las na habitação, escondida dos olhos públicos. E, para além, a materialidade física da casa também não propicia essa coletivização, devido aos espaços monofuncionais, pequenos e pouco atrativos das residências, que são os locais onde se encontram, geralmente, os ambientes em que ocorrem as tarefas reprodutivas do lar. Coletivizar as tarefas domésticas seria uma base para reivindicar a importância feminina na reprodução social e não deixar apenas em seu encargo os cuidados domésticos e, sobretudo, permitiria à mulher a participar das esferas públicas e políticas, uma vez que teria tempo para se dedicar as essas pautas (PUNT 6, 2019).

Das atuais políticas públicas que visam a garantia de direitos femininos e moradia digna, tem-se no programa social Minha Casa Minha vida, sob as disposições complementares da Lei Nº 11.977, que, em caso de divórcio de um casal beneficiado, a titularidade do imóvel do programa passa a ser da mulher, independentemente do que tange a separação de bens do casal (BRASIL, 2009). Esta prerrogativa surge de se compreender que as mulheres fazem parte de uma parcela mais vulnerável da população e, para corroborar com a necessidade da titularidade feminina nos programas sociais, segundo a questão supracitada, Franco (2016) traz a ideia de chefia monoparental analisando dados do IBGE de 2015⁴ para descrever estas mulheres que se tornam chefe de família, colocando em pauta percentuais que contextualizam a necessidade de garantia de direito a elas:

A família chefiada pelo sexo feminino configura-se dessa maneira, muitas vezes, por conta da separação dos cônjuges e, nesses casos,

⁴ Até a finalização desta pesquisa, em dezembro de 2020, não houve atualização oficial destes dados.

difícilmente há participação financeira do cônjuge masculino na criação dos filhos, que, ao separar-se, também abandona os filhos, assumindo a mulher unilateralmente o sustento de sua prole, sem qualquer ajuda masculina. No intervalo de um ano, 11,4 milhões de mulheres passaram a exercer a função de chefe de suas famílias no país (IBGE, 2015). Domicílios que possuíam, no ano passado, uma mulher como pessoa de referência representavam 39,8% do total, alta de um ponto porcentual, em relação ao verificado em 2013. Em 2014, cerca de 27,7 milhões de lares eram chefiados por mulheres. (FRANCO, 2016, p. 32)

Baseado nesse abandono masculino de sua prole, os programas sociais aqui abordados contribuem para uma determinada emancipação feminina com possibilidade de algumas garantias para suprir o fato de serem as únicas provedoras do sustento da família e do domicílio (FRANCO, 2016).

Porém, apesar de programas como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida terem a intenção de melhorar a vida das pessoas de camadas mais pobres da sociedade, principalmente das mulheres, quando se busca um aprofundamento no assunto, nota-se como em relação ao gênero ainda se faz a manutenção de uma hierarquia social que as ondas do feminismo vêm, ao longo dos tempos, tentando quebrar. Isto é, ao colocar a mulher como principal garantidora da permanência das famílias dentro dos programas, se reafirma que toda a questão reprodutiva do lar também está em seu encargo, com incentivos à participação familiar e não à participação da esfera do trabalho ou outros espaços sociais (FERREIRA, MARIANO, 2014).

Essa participação feminina nos espaços públicos, políticos e urbanos é apontada por Punt 6 (2019) na necessidade de coletivização das tarefas de reprodução vinculadas às mulheres para que estas consigam sair, em diversos graus, da esfera doméstica. Neste sentido, entende-se primeiramente o que seriam os papéis de gênero no cotidiano doméstico e no público, em que se tem o trabalho de *produção* e o de *reprodução*.

Essa dualidade surge a partir da divisão do trabalho, sob a perspectiva do capital, em que os trabalhos que passaram a produzir bens de consumo e uso, com valores que poderiam ser estipulados, foram apontados como trabalhos de produção, sendo tarefas desvinculadas, neste momento, de tudo o que tangenciava os afazeres que ocorriam dentro da casa, ou seja, os trabalhos de reprodução. Dessa forma, o sujeito que tinha a permissividade social para o trabalho de produção – vinculado às indústrias e empresas – era o homem, enquanto as mulheres ficaram destinadas às tarefas do lar, gerando, também, uma dicotomia entre trabalhos remunerados ou não (PUNT 6, 2019).

Destarte, o trabalho de produção também cria o sentido de deslocamento, visto

que o local de trabalho é fisicamente distanciado da casa, portanto mais uma barreira que diferencia os dois tipos de trabalhos e acaba por vincular, mais ainda, a mulher ao ambiente doméstico e privado e, ainda, marginalizando o valor social das tarefas feitas no lar, perpetuando divisões sexuais do trabalho. Ademais, até os dias atuais ainda se aponta a falácia das diferenças biológicas entre os sexos, o que “naturaliza” essa divisão por apontar a mulher como sujeito nascido para reger o lar, enquanto o homem vincula-se ao trabalho fora de casa, longe deste ambiente (PUNT 6, 2019).

A problemática gerada por essas associações de gênero e pertencimento se mostra existente, até os dias atuais, quando há uma naturalização até mesmo por parte das mulheres donas de casa em relação às divisões sexuais do trabalho. Como mostram Ferreira e Mariano (2014) em entrevistas com as beneficiárias de programas sociais, em que descrevem este teor de entendimento “quase biológico” sobre a forma com que estas mulheres internalizaram que é de dever delas o cuidado da casa. Além de mostrar que as mulheres “não se sentem prejudicadas, o que possivelmente esteja relacionado aos papéis tradicionalmente produzidos pela sociedade e incorporados pelas mulheres” (FERREIRA, MARIANO, *op. cit.*, p, 4).

Portanto, quando Ferreira e Mariano (2014, p. 4) apontam a manutenção destes papéis de gênero, colocam em pauta a carga que se “persiste a associação entre mulher e espaço doméstico”, como aqui já se discutiu sobre a constante associação da mulher com o espaço privado da casa e o lugar do homem no campo público (FERREIRA, SILVA, 2017).

Para Habermas (2003, p. 14), em princípio, o que chamamos de “público” diz respeito a certos eventos que são acessíveis a qualquer um e, para além, aponta o poder público como um bem comum a todos os cidadãos. Dentro deste princípio, a esfera pública é um sistema organizacional da sociedade que também diz respeito a uma práxis política na qual normalmente se encontra com a questão dos poderes decisórios (HABERMAS, 2003). A questão em pauta é que este poder decisório geralmente não está nas mãos das mulheres, devido ao histórico apagamento delas nestes campos de disputa, o que neste trabalho se mostra refletido nas vivências urbanas não condizentes com as vontades e necessidades femininas.

Ao pensar a questão apontada por Habermas (2003) sobre a relação entre público e práxis política, vinculada às ideias de produção e reprodução discutidas por Punt 6 (2019), é possível vislumbrar como a cidade, principalmente as áreas formais e

gerenciadas pelo poder público, são feitas para comportar atividades vinculadas aos trabalhos de produção, e, nesse sentido, as tarefas do cotidiano se tornam fator substancial na construção das cidades, se colocando em horários mercantilizados e funcionais para a vida pública, e não a privada.

Isto é, tarefas reprodutivas são feitas ao longo do dia e da noite, elas não se esgotam no dia como o trabalho de produção, que funciona com os horários comerciais, por exemplo. Desta forma, a valorização apontada por *Punt 6* (2019) visa justamente “desinstitucionalizar” o cotidiano, de forma a colocar as vivências e necessidades diárias no centro da construção urbana e suas lógicas de produção do espaço. Seria um ato de desmercantilizar, também, as cidades e desfuncionalizá-las. Esta desfuncionalização deve ser discutida, também, dentro da própria habitação.

Nesse sentido, dois pontos pertinentes para a melhoria na qualidade de vida das mulheres, mães e chefes de família seria não marginalizar os espaços de reprodução, como cozinha ou área de serviço, nas piores localizações da casa, pois estes espaços, assim como os demais de um lar, devem ser atrativos e acolhedores, além de se propiciar e incentivar a coletivização de tarefas. E o outro ponto seria se pensar na flexibilização destes espaços, visto que, no cotidiano, as necessidades se modificam e se renovam a partir do ciclo de vida das pessoas dentro de uma moradia. Ademais, é impensável ajustar estes ambientes para atividades simultâneas e não apenas uma função, visto a diversidade de tipologias familiares que atualmente existe (PUNT 6, 2019).

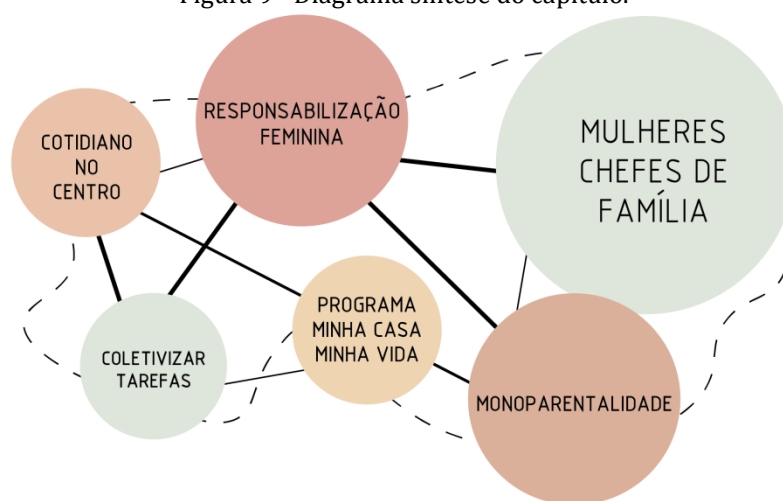
Estas questões contribuem para uma base de valorização das atividades reproduzidas, comumente feita por mulheres, mas não deve se resumir apenas ao ambiente privado, pois “la vivienda por sí sola no resuelve la vida cotidiana de las personas, y es necesario que forme parte de una red de interrelaciones diarias” (PUNT 6, 2019, pg. 185). Isto é, interligar a casa com as lógicas do espaço urbano é essencial para um bom funcionamento da vida de uma mulher, seja ela chefe de família ou as demais mulheres que se desdobram em diversas jornadas de trabalho, na casa e na urbe.

Desta forma, o espaço público não pode ser um lugar de prestígio apenas para os homens, mantendo a casa como local privativo, escondido dos olhos alheios e destinado apenas às mulheres. Deve-se lembrar que, para haver a vida produtiva, com trabalho remunerado e constituído dessa publicidade, existe a vida cotidiana que reproduz o dia a dia que sustenta a possibilidade do homem sair de casa e trabalhar, sustentado pelos afazeres domésticos, geral e cotidianamente, feitos por mulheres. É

essencial mudar estas lógicas e transgredir as barreiras sócioespaciais para que todos os grupos sociais possam aparecer e performar o que quiserem na cidade (PUNT 6, 2019).

Portanto, os pontos abordados até então nesta monografia, e neste capítulo (figura 9), visam criar uma base que fundamenta os entendimentos e observações feitos no local tido como objeto empírico desta pesquisa e serão pontos norteadores das decisões projetuais que foram tomadas.

Figura 9 - Diagrama síntese do capítulo.



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

Desta forma, adentra-se a seguir no que diz respeito à contextualização da existência do Conjunto Habitacional Mucajá e os levantamentos feitos para entender as demandas femininas presentes no local, assim como a análise das vivências destas mulheres em um lugar de moradia produzida pelo Estado.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Para contextualizar as colocações feitas sobre a mulher no espaço urbano e dentro do espaço da habitação, juntamente com o recorte sobre os conjuntos habitacionais populares produzidos pelo Estado como palco das vivências que refletem a sociedade patriarcal a qual invisibiliza as necessidades das mulheres de classes de renda mais baixa, tem-se o Conjunto Mucajá como local que materializa a discussão apontada neste estudo, assim como dá subsídios que ilustram a fração da sociedade que aqui tem sido colocada em evidência: as mulheres e, sobretudo, as chefes de família.

Antes, é preciso lembrar que, dos fatores históricos que contribuíram para a construção morfológica deste espaço, o Conjunto Mucajá se origina de um aglomerado de casas assentadas precariamente na parte baixa da orla de Macapá (figura 10), próximas ao Rio Amazonas. Com 33 famílias oriundas de ilhas do Pará que passaram a viver na cidade desde a década de 1960. O que, mais à frente, a partir dos anos de 1980, se tornou espaço de uma grande intervenção urbana que visava reassentar estas famílias, fragmentando e desintegrando-as do local, sendo que 10% das famílias ainda permaneceram nas casas de madeira na Vila Mucajá, que costumava ser chamada de "favela" (PMM, 2012).

Figura 10 - Orla do bairro Santa Inês na década de 80.

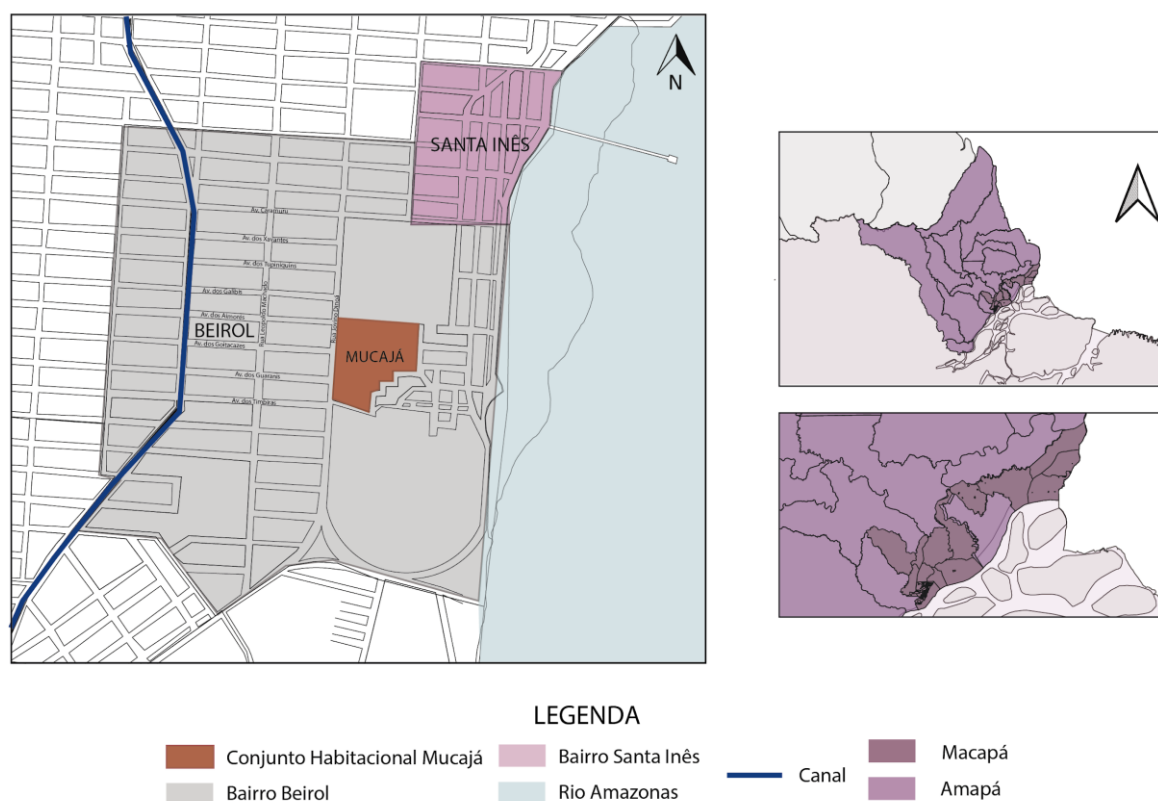


Fonte: Acervo de Paulo Tarso Barros, disponível em <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2014/05/do-fundo-do-bau-santa-ines-fazenda-que.html> Acesso em 02 de Dez 2020.

Dos moradores remanejados da favela Vila Mucajá, 40% destes vivem hoje onde se forma o Bairro Nova Esperança e 50% não recebeu qualquer benefício de remanejamento, uma vez que a Vila Mucajá era considerada formada por "invasores de área de risco", segundo a Prefeitura Municipal de Macapá (2012).

Assim, localizado entre os bairros Santa Inês e Beirol (figura 11), o conjunto atualmente se situa na Zona Sul de Macapá, tendo sua fachada frontal diretamente para a Rua Jovino Dinoá, demarcado por ter seu início na Av. dos Timbiras até a Av. dos Aimorés. Sendo um conjunto composto por 37 edifícios de médio porte promovido por meio de políticas do Estado visando o remanejamento das famílias que moravam na área, e em suas proximidades, no que anteriormente era um local de risco, visto que, por ser um terreno em área elevada e o solo da região ser úmido, consideravam a possibilidade de deslizamentos ou acidentes naturais, colocando em risco os moradores deste lugar, que também se encontravam em situação de irregularidade em lotes de ocupação informal⁵. Ademais, sob as ações do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, no ano de 2010 a área foi formalizada com uma Habitação de Interesse Social com o Conjunto Mucajá, que até hoje se mantém com moradia para as famílias assistidas pelo programa de habitação (CORRÊA, 2015).

Figura 11 - Localização do Conjunto Habitacional Mucajá; sem escala.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2019, com base na LUOS 2014.

⁵ A ocupação informal é uma alternativa para quem não tem oportunidade de entrar no mercado imobiliário formal e legal, visto que, quem ocupa não tem condições financeiras de pagar pelo preço da terra. (MARICATO, 2003). Dessa forma, se tem a existência de partes da cidade que, em Macapá, popularmente são conhecidas como áreas de "invasão".

Os 37 blocos do conjunto (figura 12) fazem uma somatória de 592 apartamentos divididos em 16 unidades habitacionais por edificação, acolhendo famílias das mais variadas, havendo unidades habitacionais que possuem, segundo PMM (2012) 47,76 m² de área total e 37,33 m² de área útil, com sala, dois quartos, cozinha, banheiro social e área de serviço, divididos em apartamentos que seriam destinados nos andares térreos para idosos e portadores de necessidades especiais e os demais para o restante das famílias assistidas.

É possível notar na figura a seguir (12) que, assim como em diversos locais do país, a arquitetura do Conjunto Mucajá continua sendo uma cópia incompleta das propostas de padronização das concepções modernistas, trazendo em sua construção simples soluções projetuais que se voltam para a relação custo x benefício, com materiais pré-moldados que geram economia e rapidez na obra, porém, por conseguinte, também se deterioram com rapidez, uma vez que os construtores buscam minimizar custos com materiais e o Estado não fiscaliza estas construções para garantir sua qualidade.

Figura 12 - Blocos do Conjunto Habitacional Mucajá.



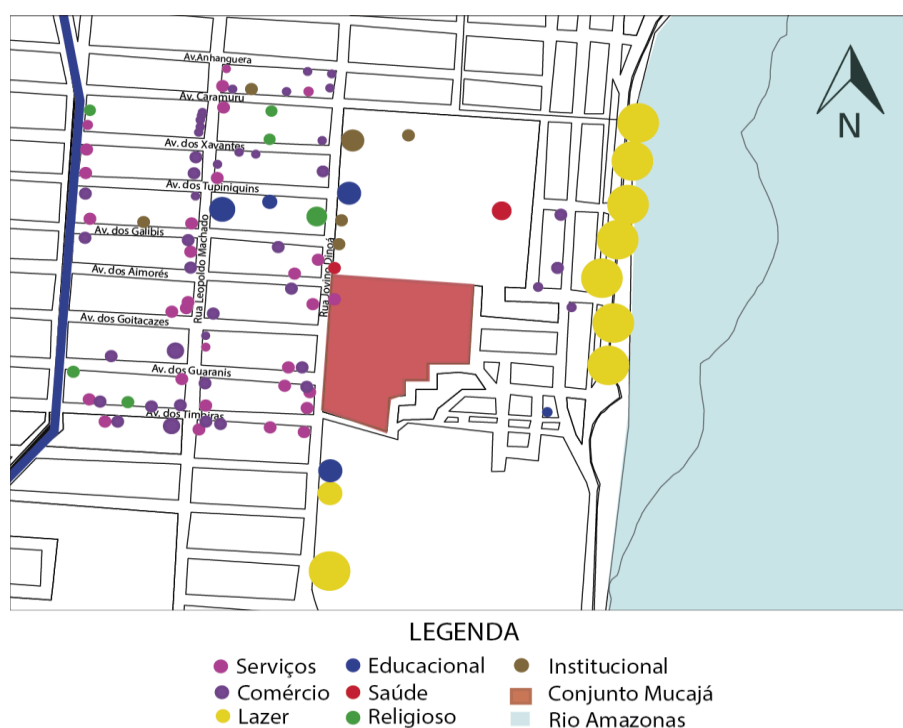
Fonte: OLIVEIRA, C., 2019.

De forma concomitante à padronização existente nestes conjuntos habitacionais, tem-se uma política habitacional simplificada que, mesmo sendo uma das

primeiras relacionadas à habitação, implementada com subsídios do governo federal, se difere de programas que visam real reurbanização de áreas periféricas ou de risco, visto a rigidez da ideia de apenas gerar casas, não abrangendo a necessidade de investimentos no espaço urbano que recebe estes conjuntos; o que gera diversas críticas a estes projetos, como expõe Maricato (2015). Além de não ser exatamente efetivo na tentativa de reduzir o déficit habitacional do país ou melhorar a qualidade de vida de pessoas de baixa renda em quesitos como saúde, educação ou segurança pública; aspectos que acompanham a ideia de moradia.

Dessa forma, a escolha do Conjunto Mucajá como objeto empírico desta pesquisa se encontra no entendimento de que, ainda que sua localização seja favorável no centro da cidade, as dificuldades na vida das mulheres continuam a existir mesmo que haja oferta de equipamentos públicos e comunitários no entorno imediato do conjunto – considerado como as quadras adjacentes ao conjunto, mostrado no mapeamento de usos do solo na figura 13 –, o que pode ser fundamentado no fato de que estes equipamentos, mesmo que existam, não tenham sido pensados em função da vida e prática cotidiana dos moradores do entorno e vislumbrando seus deslocamentos (PUNT6, 2019).

Figura 13 - Mapa de usos do solo do entorno do Conjunto Mucajá.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

No mapa elaborado acima, nota-se grande oferta de equipamentos de comércio e serviço no entorno imediato (nas cores rosa e roxo), que variam de grande ao pequeno porte, ao passo que há poucos equipamentos institucionais, como de saúde (em marrom e vermelho), o que torna complexa a situação uma vez que estes equipamentos atendem não apenas às famílias do Conjunto Mucajá, mas também os dois bairros da região, havendo uma grande demanda para estes serviços. Há, também, uma baixa oferta de escolas e creches, o que gera a necessidade de transporte público e mobilidade urbana efetiva para a locomoção das crianças em faixa etária escolar, devido o espraiamento desse serviço em outros locais. Alguns destes comércios e serviços existentes são caracterizados por pequenas mercearias e lojas, principalmente de maneira informal na frente das residências dos bairros ou nas esquinas das ruas (figura 14), não contabilizados nas pesquisas formais de levantamento de usos do solo, o que pode significar, também, uma tentativa encontrada pela população de arrecadar uma renda extra para a família ou diminuição da distância casa-trabalho.

Figura 14 - Lanchonete na esquina da Rua Jovino Dinoá e Av. dos Galibis.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Em relação a estas distâncias entre trajetos, nota-se que é imprescindível entender que a existência destes equipamentos não necessariamente melhora a qualidade de vida da população nas proximidades, visto que, por vezes, a setorização da cidade distancia a moradia dos setores de serviços existentes, além da própria

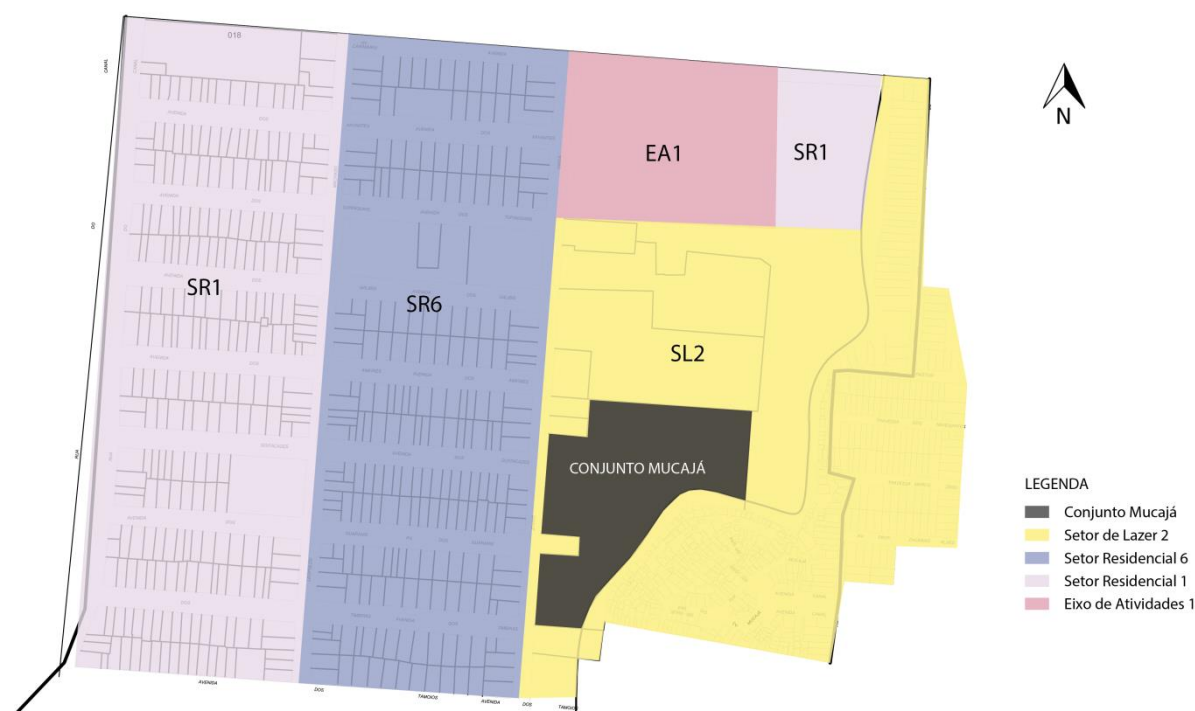
dificuldade de acesso a estes locais, como por falta de transportes ou qualidade urbana para se chegar a pé, por exemplo.

Sobre isto, Punt 6 (2019) discorre sobre a necessidade de fundamentar estes equipamentos com bases no cotidiano, o que implica em diminuir distanciamentos e melhorar acessos de forma que até 10 minutos de caminhada seria o ideal para as tarefas domésticas-públicas serem realizadas com mais facilidade. Portanto, falar da existência destes equipamentos significa discutir a utilização do espaço-tempo territorial, compreendendo que é preciso combinar os afazeres do cotidiano, tornando os mundos da produção e da reprodução mais adequados, cotidianos e aproximados.

A baixa oferta de equipamentos como escolas, creches e hospitais também se associam com o apontado pelo Plano Diretor de Macapá, que caracteriza, primeiramente, o Conjunto Mucajá no Setor de Lazer 2 (figura 15), divergindo o setor o qual a própria HIS deveria estar inserida e dificultando os subsídios legais para a existência destes equipamentos; segue-se, também, que as quadras adjacentes ao Conjunto Mucajá se encontram em setores residenciais. Vale ressaltar que não há revisão deste plano diretor desde o ano de 2004, não se colocando em pauta as novas demandas da região, as necessidades atuais, tampouco há correção de erros já existentes nas funções planejadas.

Destá forma, seguindo as previsões do Plano Diretor de Macapá (2004) e da Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo Urbano da cidade (2004), considera-se, primeiramente, a inserção da HIS (demarcada no Setor de Lazer 2), com bases projetuais que, na proposta de intervenção, respeita os critérios apontados nos documentos supracitados, buscando condições atendam famílias de renda até 3 (três) salários mínimos, com infra-estrutura, equipamentos públicos e incentivo à não degradação do meio ambiente. Também, pensa-se nos meios de garantir saúde, saneamento e boas condições de habitabilidade das residências; pontos que devem ser atendidos segundo o Plano Diretor. Ressalta-se que, mesmo que o documento exija estes equipamentos, ele não discute a manutenção destes espaços de HIS por meio destas políticas públicas.

Figura 15 - Setorização da Área de Intervenção.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020. Base LUOS de Macapá, 2004.

Em relação à qualificação no espaço urbano, encontram-se no Capítulo V do Plano Diretor os condicionantes que determinam a necessidade de acessibilidade, identidade urbana, adequações climáticas para a região e não geração de espaços de segregação. Também, em relação às áreas de lazer, o documento supracitado (Art. 55 - IV) determina a existência de área de preservação e lazer no bairro Beírol, o que, como se observa no mapa de usos do solo (figura 15), não existe nas proximidades do Conjunto Mucajá.

Do setor que a área de intervenção se enquadra, segue-se os parâmetros indicados pelo Setor de Lazer 2, que determina:

- incentivo à baixa densidade;
- ocupação horizontal;
- incentivo à implantação de atividades comerciais e de serviços de apoio ao lazer e ao turismo.

A área se encontra em uma Subzona de Fragilidade Ambiental, exigindo Coeficiente de Aproveitamento Mínimo de "0,20 para terrenos com até 500 m² e 0,30 para terrenos com mais de 500 m²" e Aproveitamento Básico de "1,0" (Plano Diretor, 2004). Na tabela a seguir (tabela 1), têm-se as diretrizes de base para as dimensões do projeto no Setor de Lazer 2, ainda que o próprio Conjunto Mucajá não cumpra as normas

estabelecidas para área, uma vez que devia pertencer à uma Área de Habitação de Interesse Social e seu zoneamento específico.

Tabela 1 - Diretrizes para SL 2.

SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO					
		CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
LAZER 2 – SL2	Baixa densidade verticalização baixa	1,5	2,5	16,5m (pé direito: 3,0 m)	5	60 %	20 %
				14,5 (pé direito: 2,70 m)			
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
	60 hab/hectare			FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL			Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento		Ocupação Horizontal (com/serv/misto) - isento	
	180 hab/hectare			Ocupação Horizontal (Resid.) – Ver art. 50.		Ocupação Horizontal (Resid.) – Ver art. 50.	
			0,15 x H - Vert Baixa		0,15 x H - Vert Baixa		

Fonte: Plano Diretor, 2004.

Ainda sobre dimensionamentos de lotes na área de intervenção, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Macapá prevê as seguintes dimensões (tabela 2), considerando os recortes dos setores (Lazer 2 e Área de Interesse Social, assim como o que diz respeito ao dimensionamento de Áreas Residenciais, uma vez que este último é o tipo de setor do entorno da área a ser trabalhada).

Tabela 2 - Dimensionamento previsto na LUOS de Macapá.

SETOR	DIMENSÕES DE LOTES E QUADRAS			
	QUADRA	LOTE		
	comprimento máximo de quadra (m)	área máxima do lote (m ²)	área mínima do lote (m ²)	testada mínima do lote (m)
comercial, residencial, misto 3 e misto 4	210,00	12.600,00	250,00	10,00
misto 2 e lazer 2	250,00	30.000,00	300,00	12,00
áreas de interesse social 1	a ser estabelecido quando da implementação de programas ou projetos de interesse social		125,00	7,50

Fonte: LUOS, 2004. Modificado pela autora, 2020.

Desta forma, nota-se que o Conjunto Mucajá está em desacordo Plano Diretor de Macapá em diversos pontos, desde seu próprio uso (Habitação de Interesse Social), incompatível com o setor em que está enquadrado (Lazer 2), à impossibilidade de implantação de equipamentos complementares também devido à legislação. Ademais, destaca-se a necessidade de revisão dos planos de urbanização da cidade de Macapá para um aproveitamento do uso do solo com mais qualidade e sendo mais condizentes com a realidade existente, além de se pensar quais foram os argumentos que

subsidiaram a construção deste tipo de moradia em um local que não foi planejado para isto.

Por fim, como também descreve *Punt 6* (2019), devem-se pensar como as setorizações, funcionalidades legais e a padronização das cidades atuam como forma de controle social, por viéses que permeiam o que se chama atualmente de “cidades globais”, analisadas por Saskia Sassen, que se caracterizam por cidades pensadas por um viés neoliberal capitalista, em que se faz uma homogenização do espaço, pensando nas grandes empresas e marcas e sua atuação nas cidades em diversos sentidos, se disseminando como uma estratégia de domínio e controle das pessoas.

A questão em pauta é que este viés acaba por produzir cidades planejadas pelo mercado e destituindo-as de identidade urbana e local, além de cotidiana, uma vez que a imagética da cidade torna-se comum a diversos locais (PUNT 6,2019). Nesse sentido, se destitui também as possibilidades de melhoria da qualidade de vida das mulheres e outros grupos vulneráveis, já que não se pensa suas demandas específicas.

Tendo isso em vista, a abordagem cotidiana norteia a intervenção final desta pesquisa por meio da prática de projeto, e se compromete em entender quem seria esta moradora do Conjunto Habitacional Mucajá, visando encontrar particularidades e necessidades que serão mostradas a seguir, vislumbrando sempre o mote deste estudo: as mulheres chefes de família.

2.1 Panorama das Viventes Locais: resultados de pesquisa *in locu*

Das inspirações iniciais da abordagem metodológica deste estudo, tem-se a mulher chefe de família como figura central na vivência do lar, mas que, apesar de ter essa centralidade, continua sendo um indivíduo pouco lembrado na construção, física e ideológica, dos espaços de habitação e, também, do urbano. Como já pontuado, este é um reflexo da socialização que silencia as mulheres e não prioriza suas necessidades mesmo nos locais em que se tem tendência a associá-las.

Neste princípio, a metodologia indutiva, assim como o método observacional, teve como intuito evidenciar, por um viés sociológico, os estigmas e paradigmas que cristalizam a mulher em posição de subserviência e, de forma conjunta, analisou-se as vivências das mulheres do Conjunto Habitacional Mucajá. Para tanto, os formulários aplicados propunham para dar corpo às colocações feitas nos capítulos anteriores desta investigação, uma vez que a teoria traduziu de forma similar as vivências das mulheres em questão e apontaram números que confirmaram as ideias colocadas neste trabalho, o que gerou de gráficos que quantificam estas mulheres chefes de família e questões que envolvem esta vivência.

Além dos formulários, as conversas ocorridas com as mulheres do Conjunto Mucajá também deram bases para uma maior compreensão do cotidiano local e das vivências femininas, uma vez os diálogos se desenvolviam a partir das perguntas feitas no questionário. Em especial, aponto Raimunda Ferreira como um dos principais diálogos feitos, ocorrido em dezembro de 2019.

Raimunda é moradora do Conjunto Mucajá e, no período da entrevista, tinha seus 59 anos. É empregada doméstica, analfabeta, separada do ex-companheiro com quem teve sete filhos, o qual apenas um permanece no apartamento com ela. Não muito tempo de conversa foi necessário para a interlocutora apontar seus pensamentos sobre mulheres chefes de família, seguindo as perguntas propostas na entrevista semiestruturada da pesquisa (APÊNDICE I) que, deve-se destacar, não foi gravada por solicitação da entrevistada, mas que a mesma autorizou a utilização das observações feitas, apesar de não serem uma transcrição *ipsi literis*.

Dessa forma, quando questionada se se considerava a chefe de seu lar, respondeu prontamente “E muito!”, uma vez que sempre foi ela que sustentou financeiramente a casa, mesmo quando dividia a residência com seu ex-marido. O que também a fez mostrar sua indignação, visto que, em sua opinião, pela ótica de sua

história de vida, a presença masculina dentro da casa surge apenas quando há necessidade de realizar afazeres mais pesados, como consertos e reparos, no mais, as mulheres que sempre resolvem tudo no ambiente doméstico.

Esta indignação também surgiu quando solicitada a apontar as diferenças entre os gêneros. A pergunta em questão era “Você acredita que a cidade é diferente para as mulheres e para os homens? Como?” e nota-se que, antes de haver uma observação que recorta essas diferenças de gênero na cidade, as diferenças sociais em relação ao trabalho se manifestam em primeiro ponto. Raimunda logo se referiu aos salários que são maiores para os homens do que para as mulheres, mesmo que elas, por vezes, trabalhem mais. Porém, em relação a trabalhar dentro e fora de casa, disse já estar acostumada, pois sempre teve que trabalhar, mostrando uma naturalização das diversas jornadas de trabalho de uma mulher.

Em relação aos questionamentos sobre o Conjunto Mucajá, disse que não tem muito contato com os vizinhos e que comumente eles não se incomodam com as manutenções diárias do conjunto, como não jogar lixo nos espaços coletivos ou não depredar os blocos. Apontou também que estes seriam pontos que trariam melhor qualidade de vida aos moradores, caso dessem mais atenção. Ademais, disse que não teve problemas com a estrutura de seu bloco, mas que muitos moradores reclamam de vazamentos nas encanações.

Das faltas que Raimunda sente no Conjunto, indicou áreas de lazer e creches para as crianças, uma vez que os moradores costumam ficar sentados nas calçadas ou levam suas cadeiras para frente aos blocos e as crianças não têm onde brincar. Disse que “eles tem que descer ali pra baixo se quiserem brincar”, indicando o bairro Santa Inês como local onde as crianças buscam diversão. Portanto, para Raimunda, creches e uma pracinha seriam ideais para complementar o Conjunto, visto que as proximidades pouco atendem estas questões.

E estes pontos surgiram mais uma vez quando, para subsidiar esta pesquisa, estas demandas foram identificadas *in locu* com a aplicação de formulários (figura 16) que tinham o objetivo de identificar, de modo geral, quem são os chefes de família do Conjunto Mucajá, em uma amostra de 60 participantes que se disponibilizaram a responder o formulário (APÊNDICE II). Assim, as questões se voltaram a confirmar a ideia inicial presente nesta investigação, sendo o fato de as mulheres terem predominância na chefia do lar e da família, no contexto da habitação social, em relação

aos homens. Buscou-se entender, também, as maiores necessidades na estrutura do conjunto em relação a mudanças projetuais. Ademais, ressalta-se que as informações obtidas foram autorizadas a serem utilizadas por meio de termos de consentimento (APÊNDICE III) assinados pelos moradores, garantindo segurança para ambas as partes envolvidas no processo de diálogo entre pesquisadora e participante. Ademais, propositalmente as perguntas foram colocadas de maneira informal, aproximando-se da oralidade, pois, por meio das primeiras visitas para reconhecimento do local, notou-se que não era de pertinência da pesquisa desenvolver as questões em uma linguagem de difícil compreensão, visto que tornaria complexa a criação de um conforto com os interlocutores para receber as respostas.

Figura 16 - Formulário aplicado no Conjunto Mucajá.

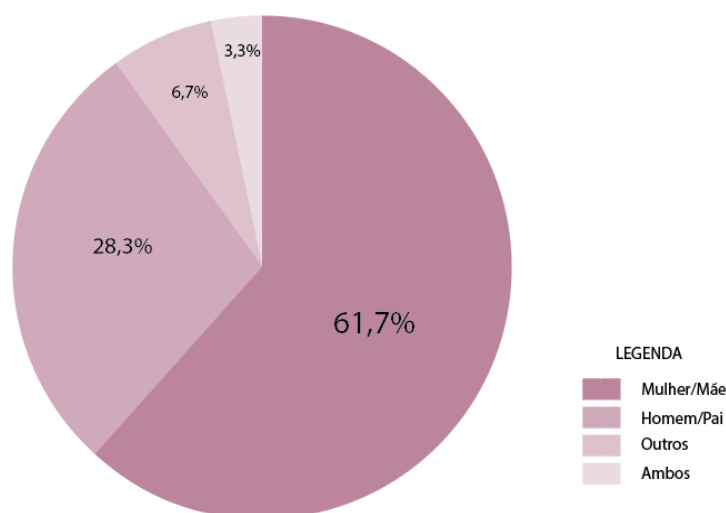
FORMULÁRIO SOBRE AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ.

Este formulário faz parte da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que visa levantar dados sobre as mulheres chefes de família dentro do Conjunto Mucajá pensando uma proposta projetual baseada nas demandas femininas neste local. Trabalho orientado pela Prof^a, Danielle Guimarães.

1. Quem seria o principal responsável financeiro da casa?
Homem/Pai () Mulher/Mãe () Ambos () Outros () _____
2. Essa pessoa seria quem comanda a casa/é o(a) chefe da família?
Sim () Não ()
3. Qual o estado civil da(o) chefe de família?
Solteira () Casada () União Estável () Separada () Viúva ()
4. Quantas mulheres têm na casa e quantos homens têm na casa?
Mulheres () Homens () Outro () _____
5. Tem crianças em idade escolar ou de creche?
Sim () Não () Se sim, qual idade tem? _____
6. Alguém na casa é pessoa com deficiência?
Sim () Não () Qual? _____
7. Você usaria equipamentos coletivos dentro do Conjunto? (ex: lavanderia/depósito/garagem)
Sim () Não () Qual? _____
8. Qual espaço da casa você faria alguma alteração e por quê?
9. O que você acha que falta no Mucajá para satisfazer mais os moradores?
10. O que você acha da diversidade de usos no bloco? (comércio, serviços, moradia)
Muito importante () Importante () Pouco importante ()
11. Você acha importante pensar a casa e a cidade pelo olhar das mulheres?
Sim () Não () N.D.A ()
12. Recebe bolsa família ou algum outro auxílio?
13. Qual a renda familiar? Até 1 SM () Até 2 SM () Até 3 SM () Mais de 3 SM ()
14. Tem alguma área do Mucajá que você considere perigosa para mulheres?

Assim, a primeira pergunta feita para os 60 participantes visou entender quem seria o principal responsável pelas finanças da casa (gráfico 1), para compreender, por conseguinte, as jornadas de trabalho de quem comanda a casa e ainda trabalha fora para o sustento familiar, surgindo diversos apontamentos sobre trabalhos de empregadas domésticas e autônomos para o complemento da renda.

Gráfico 1 - Quem seria o principal responsável financeiro da casa?

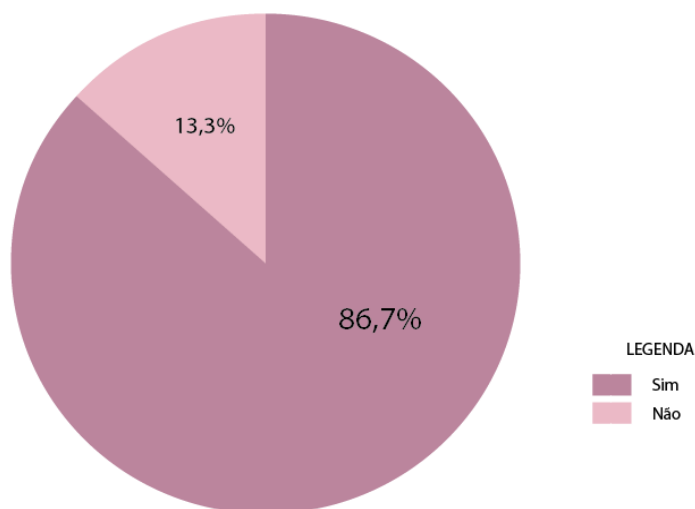


Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Dos entrevistados, 61,7% dos responsáveis financeiros eram mulheres, geralmente as mães ou avós, seguidos de 28,3% dos responsáveis que eram homens ou pais, 6,7% em que ambos contribuem nas finanças da casa e 3,3% que outro indivíduo era o responsável, havendo respostas como “recebo ajuda de outras pessoas” por não haver na própria residência alguém que fosse o arrimo financeiro da prole.

Assim, a próxima questão buscou compreender se os interlocutores consideravam o responsável financeiro como o chefe da família (gráfico 2), havendo uma concordância de 86,7% e 13,3% dos participantes consideravam que o sustento financeiro da família não indicava a chefia.

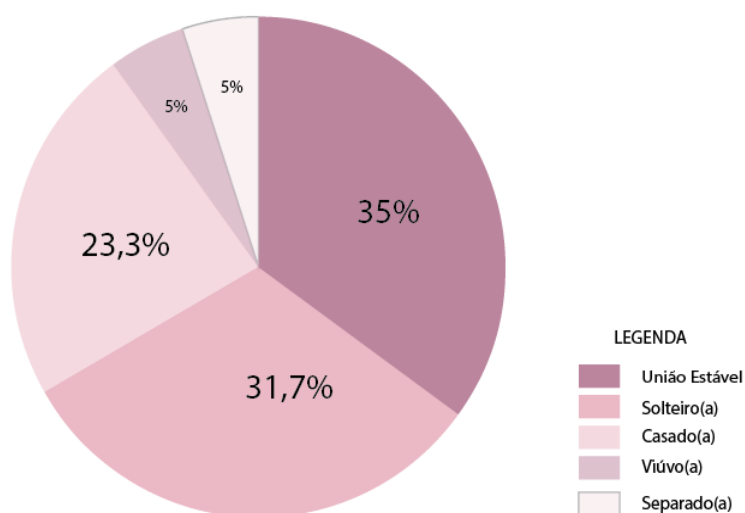
Gráfico 2 - Essa pessoa seria quem comanda a casa/é o(a) chefe de família?



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Para entender se havia a monoparentalidade nas famílias participantes, perguntou-se sobre o estado civil de quem chefiava o lar (gráfico 3), havendo um resultado maior para união estável, com 35% dos participantes, seguido de solteiros com 31,7% e apenas 23,3% casados.

Gráfico 3 - Qual o estado civil do(a) chefe da família?



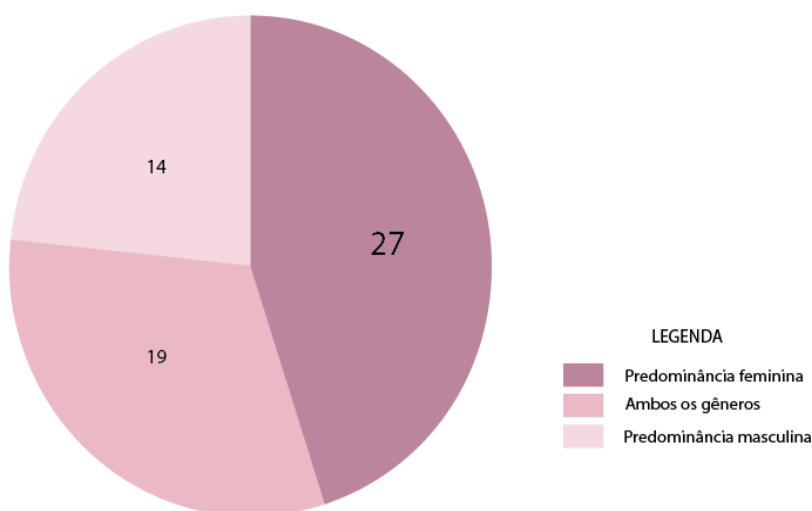
Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

É relevante notar a proximidade entre chefes solteiros(as) e em união estável, pois, no discurso dos diversos moradores, essa união foi relatada como apenas “morar junto”, não havendo garantia de estabilidade de uma relação, salvo os casos relatados

sobre casais que há muito tempo tinham relação estável.

Sobre os moradores nas residências, foi perguntado sobre a quantidade de mulheres e homens em cada casa, buscando entender a predominância de gênero nas famílias. Com as respostas, fez-se a contabilidade do número de mulheres e de homens em cada família e, ao final, constatou-se uma predominância feminina nas residências do Conjunto, o que pode ser visto no gráfico 4, em que mostra que, das 60 famílias participantes, 27 tem mais mulheres que homens, seguindo de 19 famílias em que há mais homens e 14 em que se tem igualdade dos dois gêneros na casa, independentemente da idade.

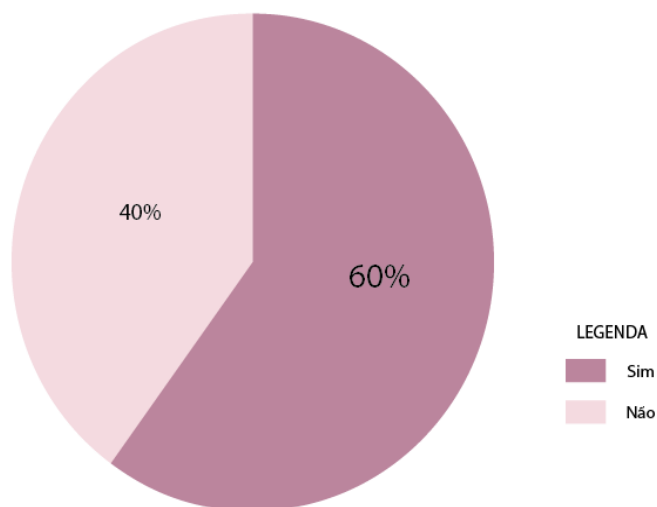
Gráfico 4 – Predominância dos gêneros nas residências?



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

E, em relação à idade, mostrou-se necessário entender se haviam crianças em faixa etária escolar, visando compreender esta demanda no local. Portanto, obteve-se um resultado de 60% das famílias com crianças estudantes ou que logo entrariam em creches ou escolas (gráfico 5).

Gráfico 5 - Tem crianças em idade escolar ou de creche?

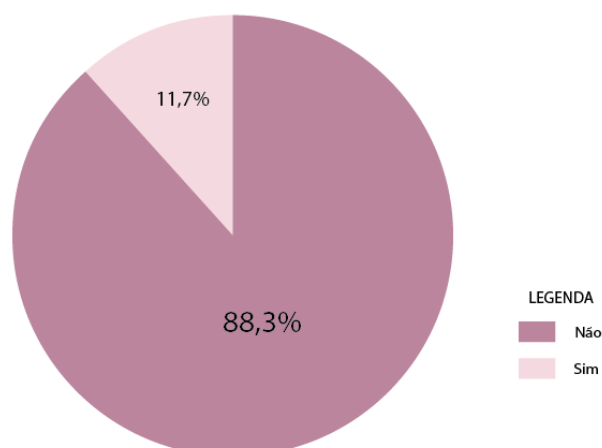


Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Ainda sobre as crianças em idade escolar, dentre as 60 famílias entrevistadas foram identificadas ao menos 45 crianças de até 10 anos de idade, sendo uma faixa etária escolar que varia de creche ao ensino fundamental I. E, em sequência, a presença de crianças em idade escolar entre 10 e 16 anos diminuiu, com apenas 14 crianças dentre as famílias entrevistadas, sendo uma idade escolar que varia entre ensino fundamental II e ensino médio, em que essas crianças já têm possibilidade de se locomover por conta própria para chegar à escola.

Assim, a pergunta seguinte visou saber a proporção de pessoas com deficiência (gráfico 6), de modo que apenas 11,7% dos participantes disseram haver alguém com necessidades especiais na residência, alguns sendo moradores dos apartamentos superiores nos blocos; o que coloca em pauta a questão da acessibilidade no conjunto.

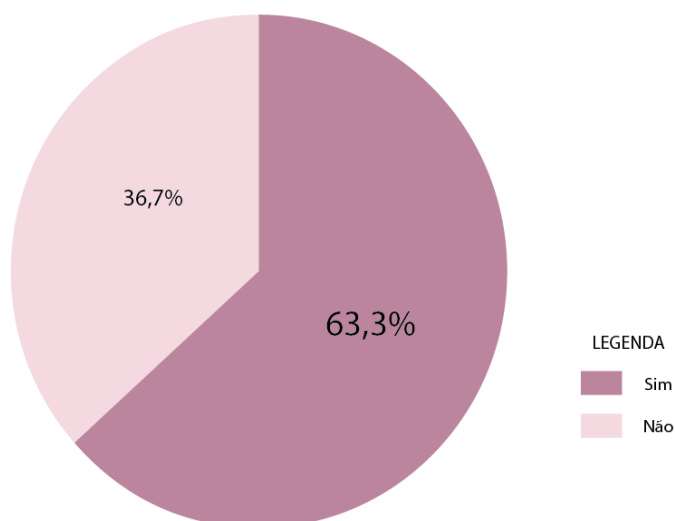
Gráfico 6 - Alguém na casa é pessoa com deficiência?



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Das perguntas que buscaram subsidiar o entendimento que pôde fundamentar a proposta projetual desta monografia, a questão 7 (gráfico 7) surgiu para entender se equipamentos coletivos seriam utilizados, caso existissem dentro do Conjunto, em que houve uma concordância de 63,3% dos participantes. E os 36,7% restantes disseram que não utilizariam, seja porque não acreditavam que este tipo de equipamento funcionaria no Mucajá seja porque não achavam necessário.

Gráfico 7 - Você usaria equipamentos coletivos dentro do Conjunto? (ex: lavanderia, depósito, garagem).



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

A pergunta 8 do formulário (qual espaço da casa você faria alguma alteração e por quê?) foi aberta para que as pessoas pudessem discutir o que modificariam nas

residências e, com isto, observou-se uma coesão em muitas respostas mesmo esta sendo discursiva, em que 13 participantes relataram que não modificariam nada na habitação e 26 apontaram que aumentariam algum ambiente do apartamento, mas principalmente sala, cozinha e quartos. As demais respostas variaram em questões como resolução dos problemas de infiltração com melhoria do sistema de tubulações dos blocos, criação de varanda, mudança dos materiais construtivos do conjunto e pessoas que gostariam de espaços comerciais para vendas como de açaí e serviços como salão de beleza.

Sobre os problemas de infiltração, é visível que esta situação se repete em diversas partes do conjunto, como se nota na figura 17, de forma que incomoda e gera prejuízos para os moradores, que reclamam principalmente dos banheiros dos apartamentos. Ademais, representa a falta de atenção dada pelo Estado em relação à manutenção que deveria ser feita no Conjunto.

Figura 17 - Infiltração em um bloco do Conjunto Mucajá.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Em relação ao aumento dos cômodos nos apartamentos, algumas respostas apontavam a criação de áreas de serviço, uma vez que havia pouco espaço para a lavagem de roupas dentro da residência, sendo que também foi notado que as famílias do conjunto têm um número grande de integrantes, portanto realmente necessitam de mais espaço para este tipo de afazer doméstico. Essa situação pode ser observada na figura 18, que mostra como os moradores se organizam para estender suas roupas em varais improvisados e, por vezes, fora da própria residência.

Figura 18 - Varais improvisados no Conjunto Mucajá.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Em seguida, a pergunta de número 9 foi “o que você acha que falta no Mucajá para satisfazer mais os moradores?”, dando liberdade para diversas respostas, tanto no sentido projetual do ambiente do Mucajá, como em questões sociais e econômicas. Das respostas, se obteve demandas em relação à segurança e violência, em que algumas respostas pediam a criação de um posto policial no Conjunto e até mesmo um conselho tutelar para vigilância dos adolescentes.

Além de centro comunitário/ecumênico, uma vez que gostariam de um espaço para realização de eventos; questão que alguns participantes relataram ter sido prometido na construção desta HIS. Questões sobre limpeza também foram abordadas, mas principalmente com estratégias de conscientização sobre questões ambientais e pedidos por saneamento básico no local.

E das respostas mais recebidas, ao menos 20 foram direcionadas especificamente para criação de creches e áreas de lazer para as crianças e adolescentes, uma vez que não há nenhum espaço para diversão ou para ajudar as mães que precisam deixar seus filhos em algum lugar para irem trabalhar, além de parques abertos em que pudesse haver o lazer coletivo. Foi citada também a criação da academia ao ar livre, na parte frontal do conjunto, que comumente é utilizada por crianças, visto que não há brinquedos específicos para elas. E os adultos também não utilizam rotineiramente uma vez que não há cobertura para proteção contra o sol, como se nota na figura 19, sendo um equipamento subutilizado.

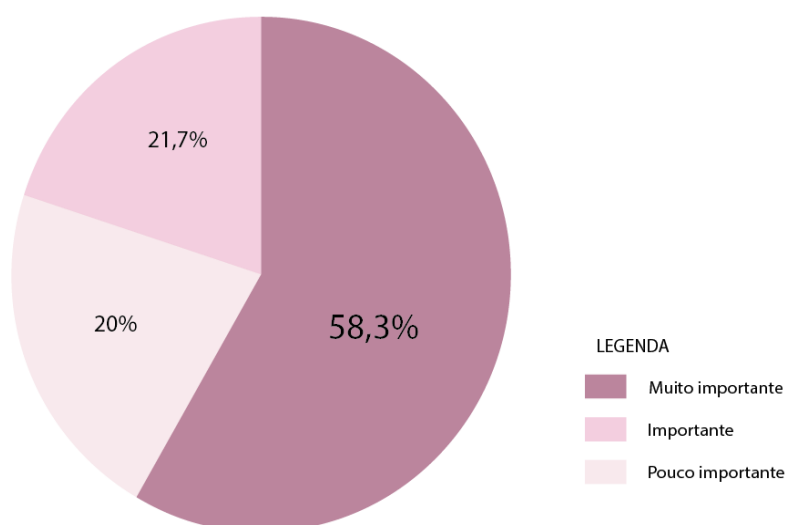
Figura 19 - Academia ao ar livre.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Em relação à diversidade dos usos nos blocos (gráfico 8), somando os participantes que vislumbraram a importância da questão, 80% dos moradores gostariam que os blocos tivessem sido previamente pensados para receber, além de moradia, comércio e serviços, uma vez que alguns apartamentos foram reconfigurados pelos próprios moradores para se adequarem a este tipo de atividade, que são motivadas pela necessidade de auxílio à renda familiar. Havendo desde batedores de açaí a salões de beleza, assim como nos espaços externos foram providenciados pequenos pontos de serviços cotidianos (figura 20).

Gráfico 8 - O que você acha da diversidade de usos no bloco? (ex: comércio, serviços, moradia).



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

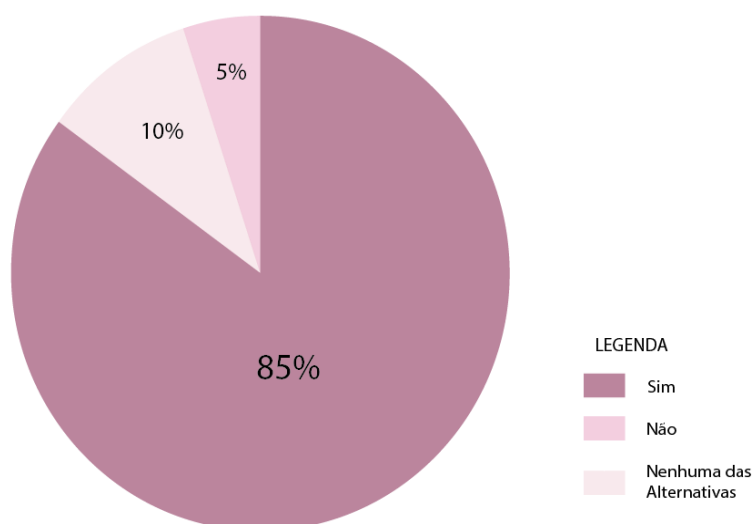
Figura 20 - Ponto de serviço na área externa dos blocos do Conjunto Mucajá.



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Dos pontos que envolvem a vivência feminina na cidade, foi perguntado sobre a importância de se pensar a casa e a cidade pelo olhar das mulheres (gráfico 9), sem, necessariamente, abordar as questões teóricas sobre urbanismo feminismo, visto que, também, não era a intenção da visita de campo. Das respostas, 85% dos participantes afirmou ser importante, seja pela “sensibilidade” das mulheres seja por haver um entendimento de as necessidades delas serem diferentes das de homens e considerarem a cidade perigosa para o gênero feminino. Apenas 6 respostas foram “não”, em que três mulheres e três homens responderam negativamente, e 3 participantes não souberam responder à questão.

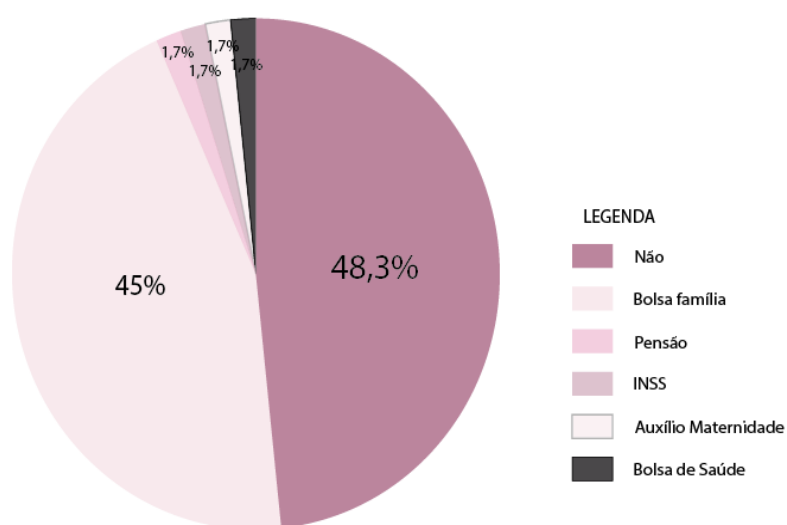
Gráfico 9 - Você acha importante pensar a casa e a cidade pelo olhar das mulheres?



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Em relação à renda familiar, mostrou-se necessário saber se os participantes recebiam algum auxílio complementar provindo de apoio governamental. No gráfico 10, se observa que 48,3% dos participantes não recebiam auxílio algum, porém o restante recebe e se vê o predomínio do Programa Bolsa Família em 45% das famílias que responderam o formulário.

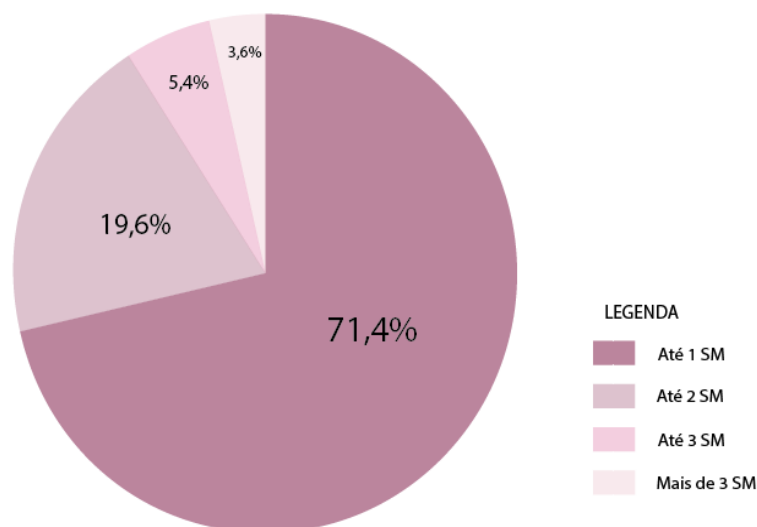
Gráfico 10 - Recebe bolsa família ou algum outro auxílio?



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Notou-se, também, que prevalece o número de famílias que recebem até 1 salário mínimo mensal (gráfico 11), uma vez que o Programa Bolsa Família é a principal fonte de renda destes 45% entrevistados. Seguido de 19,6% que tem uma renda de até 2 salários mínimos e uma minoria tem renda acima de 3 salários.

Gráfico 11 - Qual a renda familiar?



Fonte: OLIVEIRA, C., 2020.

Para finalizar o formulário, foi perguntado se “tem alguma área do Mucajá que você considere perigosa para as mulheres?”, havendo uma divisão de respostas em que 30 participantes disseram que não havia perigo, e os 30 restantes com respostas que indicavam como insegura a parada de ônibus existente no Mucajá e, principalmente, a parte de trás do conjunto, próximo aos blocos mais afastados da Rua Jovino Dinoá, a principal na parte frontal. Assim como a área do muro que divide o Conjunto e o Centro de Medida Socioeducativa de Internação Masculina (CESEIN). Desta questão, também foi notório nos relatos dos moradores que fatores como falta de iluminação e movimento contribuem para a sensação de insegurança no local, uma vez que a parte posterior do Conjunto fica mais isolada e a escuridão favorece a sensação de medo.

Em síntese, a partir dos dados obtidos com a aplicação dos questionários, foi possível caracterizar os viventes do Conjunto Mucajá e, mesmo utilizando-se apenas uma amostra de participantes, foi possível confirmar que a predominância de chefia nas famílias é feminina (61,7%). Assim como a maior quantidade de famílias que residem mais mulheres que homens (27 famílias). Também, se vislumbrou a necessidade de áreas de lazer e equipamentos destinados às crianças do conjunto, visto a ausência destes no local. Ademais, estes resultados puderam subsidiar as ideias projetuais do objetivo final desta pesquisa: a elaboração de um projeto urbano-arquitetônico voltado às necessidades femininas das moradoras do Conjunto Mucajá.

Por fim, tem-se como perfil do morador do Mucajá um residente de baixa renda,

que precisa de auxílio do Estado em sua manutenção financeira familiar, em que a mulher tem um papel central na educação e cuidado com os filhos, assim como da própria moradia e sua manutenção. Para além, nas conversas que ocorriam durante a aplicação dos formulários, notou-se uma situação de subemprego com diversas pessoas apontando a necessidade de “fazer bicos”, ou seja, encontrar algum trabalho não formalizado para aumentar a renda familiar e que esta renda complementar surge para melhorar a qualidade de vida das crianças, uma vez que estas crianças tomam um papel principal da preocupação familiar que, fundamentalmente, tem mães.

Ainda, quando questionados sobre a importância de pensar o constructo da cidade e da casa pelo olhar das mulheres, das respostas negativas recebidas, mesmo que poucas, ocorreu uma divisão de respostas entre três homens e três mulheres que não consideravam importante pensar o gênero na cidade. O que faz necessário lembrar que discutir interseccionalidades como raça, classe e gênero, bases que fundamentam esta monografia, provém de uma camada intelectual que não comumente atinge as áreas periféricas e informais da cidade. Portanto, neste trabalho não houve a intenção de buscar o entendimento destas pessoas sobre feminismo e os assuntos que tangenciam este conceito, mas sim analisar as vivências pessoais dos participantes e moradores. Entretanto, reitera-se a importância destes debates chegarem nestas áreas, também.

Outra questão que mostrou destaque e convergência de opiniões diz respeito ao tamanho das habitações. Foi notório que as famílias que ali vivem são numerosas em integrantes e, mesmo tendo conhecimento deste fator, as políticas de habitação social continuam reproduzindo modelos pequenos que não comportam estas famílias, sendo um dos principais pontos sobre a diminuição da qualidade de vida destes moradores. Compreende-se, então, que recriar modelos diminutos já foi muito feito e busca-se mudar esta conjuntura por meio da proposta projetual.

Sobretudo, os resultados da pesquisa de campo se mostraram compatíveis com as ideias apontadas na dimensão teórica deste trabalho quando discutido como em áreas de habitação de interesse social (SANTOS, 2017) e em áreas periféricas (CÚNICO E ARPINI, 2014) há uma predominância de mulheres que chefiam seus lares. E, ainda, como as vivências destas mulheres estão pautadas em uma sociedade patriarcal que reitera cotidianamente a naturalização dos papéis de gênero e as associam ao espaço privado de habitação (FERREIRA E MARIANO, 2014), além de, com este protagonismo no lar, recair sobre elas os cuidados com as crianças, como apontado por Nascimento

(2016), o que foi observado *in locu* com os 61,7% de mulheres que chefiam o lar no Mucajá e nas respostas que sempre se voltavam à uma preocupação feminina com sua prole.

Portanto, as principais questões que tangeriam as decisões projetuais desta monografia visaram a melhoria da qualidade de vida das famílias por meio de mais salubridade na habitação. Além de espaços de lazer que, como apontado por Lefebvre (2001), fazem parte da festa que é viver a vida urbana, adentrando questões da práxis social que precisa de trocas e de degustar das vivências sociais.

Outras resoluções projetuais visaram propiciar apoio ao cotidiano feminino que somatiza várias atividades dentro e fora do lar, portanto pensou-se, por exemplo, em uma configuração do espaço que facilitasse o dia a dia da mulher, mãe e chefe de família, com criação de equipamentos que pudessem dar suporte em suas diversas jornadas de trabalho, pensando na segurança das crianças, além de acessos e trajetos que facilitassem a locomoção delas em usufruir dos equipamentos propostos, como mostra o capítulo a seguir.

3 DELINEANDO A PROPOSTA PROJETUAL

Este capítulo integra as questões projetuais que inspiram a proposta arquitetônica sugerida para o Conjunto Habitacional Mucajá, envolvendo urbanismo e arquitetura de forma a pensar nas demandas femininas no espaço, inspirados nas discussões sobre as necessidades delas nestes locais e entendendo suas vontades no momento projetual, ainda que exemplos materializados de arquiteturas pensadas para mulheres sejam difíceis de encontrar, pensa-se em bases metodológicas e experiências que objetivam pensar a mulher no espaço urbano e habitacional, por uma ótica feminista.

É importante destacar que conceituar uma arquitetura feminista, neste trabalho, não implica em dizer que esta é uma arquitetura voltada apenas para mulheres, o que, se for mal interpretado, corre o risco de se inferir como segregação de gêneros. Mas, pelo contrário, entende-se por "arquitetura feminista" uma arquitetura que visa igualdade de gênero em sua concepção, com decisões que contemplem à todos os cidadãos e que aqui se soma à causa do direito à cidade e em criar territórios urbanos seguros para as mulheres e, conseqüentemente, a outros indivíduos.

Ademais, pensar o urbanismo feminista é pensar um urbanismo do cotidiano, pautado na práxis social engendrada em uma cidade não espalhada e não funcionalista, pensa-se um lugar em que não se separam as tarefas de produção e reprodução, uma vez que ambas são necessárias no cotidiano e esse cotidiano deve ser desvinculado de práticas mercantilizadas de se fazer as cidades. O urbanismo feminista pensa formas de permitir autonomia nas cidades, não apenas para as mulheres, mas também para grupos sociais marginalizados e vulneráveis, criando segurança no usufruto da urbe.

Além, a cidade feminista coletiviza as tarefas do dia a dia sem reprodução dos papéis de gênero, uma vez que entrelaça os afazeres de forma com que todos participem, seja pensando em tarefas domésticas, retirando-as do espaço privado, seja o cotidiano no espaço urbano, tornando-o próximo e acessível, caminhável e receptivo para todos os gêneros, raças, idades e formas de vida.

Neste sentido, as inspirações projetuais trazidas como norteadoras deste trabalho surgem nas falas do Coletivo *Punt 6*, já percorrido no percurso teórico aqui presente, uma vez que este coletivo feminista entende, aponta e analisa conceitos dentro da cidade que, se melhorados de forma social, podem se refletir favoravelmente no espaço urbano com grandes potenciais de transformação. Nesse sentido, a abordagem

metodológica desse coletivo contribuiu para a criação das diretrizes que fundamentaram a proposta arquitetônica pensada para o Conjunto Mucajá.

E como projeto materializado, tem-se o projeto do Conjunto Habitacional Frauen Werk Stadt I, em Viena, projetado por mulheres e pensado para mulheres, de forma que foi possível criar uma arquitetura integradora e pautada nas necessidades que vêm sendo apontadas nessa investigação, mostrando simples soluções que modificaram o sentido da produção de habitação social no local em que se construiu este projeto, considerando a perspectiva de gênero em sua fundamentação.

Por fim, neste capítulo apresentam-se o escopo do projetual resultante de todo o pensamento discutido até então nesta monografia, com partidos, conceitos, diagramas, croquis e representações finais do um projeto proposto, resultante do atravessamento entre gênero e o habitar no Conjunto Mucajá.

3.1 Inspirações metodológicas e projetuais

• Col·lectiu Punt 6

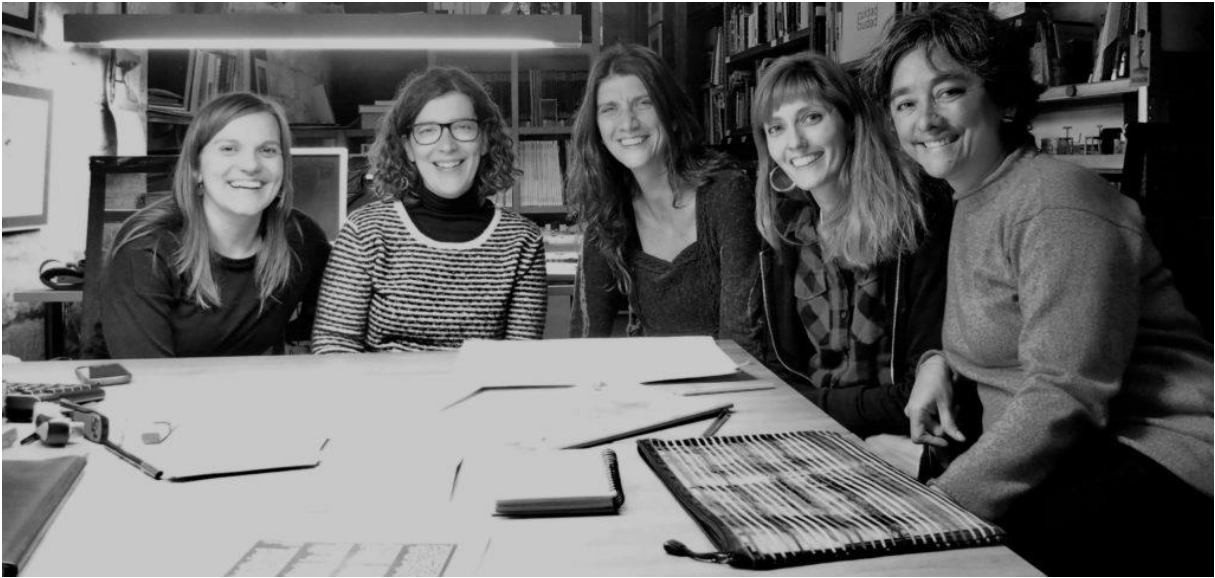
Como fundamental conceito que norteia o projeto a seguir, pensa-se o que seria um urbanismo feminista e como ele se embasa nas questões de gênero em prol da melhor materialização da cidade para elas, as mulheres, e outros grupos vulnerabilizados, como os LGBTQI+. Tendo isso em vista, o Coletivo *Punt 6*, que já surgiu nesta monografia como base teórica, retorna aqui, também, como inspiração projetual.

Metodologicamente, a importância do Coletivo *Punt 6* (2019) aparecer nesta monografia como referência projetual, além de teórica, se dá devido o fato de suas pontuações e abordagens serem internacionais, transversais e horizontais. Visando um reconhecimento legal das violências ocorridas com as mulheres dentro dos territórios urbanos em que se desenvolve a vida social da mulher, que comumente é pautada pelo sistema de subjugação que é o patriarcado, que ainda as enxerga como produto ou propriedade para os homens em distintas instâncias.

Além de pensarem uma organização territorial que questiona os tecidos urbanos que diluem a caminhabilidade e liberdade de determinados grupos sociais, como as mulheres, *Punt 6* (2019) propõe, pelo desenho urbano, uma mudança nos paradigmas que consolidam estas desigualdades na configuração moderna de cidade, que é setorizada e destituída da experiência cotidiana que comumente é reproduzida pelas mulheres. Não obstante, as integrantes do coletivo entendem o espaço urbano como um lugar que não é neutro, portanto, sim, subjulga e viola direitos.

Englobando essas ideias, no ano de 2019, este coletivo, composto por cinco mulheres (figura 21) e localizado em Barcelona desde 2004, lançou seu livro *Urbanismo Feminista*, no qual discutem a padronização e mercantilização dos espaços, a necessidade de se pensar o cotidiano no centro da vida urbana, a mobilidade feminina para além da caminhabilidade, mas, também, considerando horários e espaços simbólicos de pertencimento. As autoras pensam a coletivização das tarefas domésticas, o fim da divisão sexual do trabalho, a ruptura entre o público e o privado, e diversos outros pontos que colocam a mulher na centralidade do pensar urbanístico (PUNT 6, 2019).

Figura 21 - Equipe do Coletivo Punt 6.



Fonte: punt6.org. Acesso em 21 de jan 2020.

O foco dos trabalhos deste coletivo está em pensar a arquitetura e planejamento urbano com recorte de gênero, visando à dinamização da participação da comunidade como principal aspecto da construção social da cidade, sensibilização das ideias de igualdade no espaço urbano por meio de exposições e materiais que experimentam urbanismos com perspectiva de gênero, formação com cursos práticos sobre este assunto, e investigações, realizando estudos relacionados ao urbanismo⁶.

Ainda que estes estudos não se efetivem na prática com uma mudança na materialidade da cidade, é notável a importância destas investigações para que um dia haja execução de projetos pensados nesta ótica, e que sejam gerados em vários graus do fazer urbano institucionalizado, pois, como pontuam as mulheres deste coletivo, a prática do urbanismo feminista não deve ser pensada como intervenções pontuais, mas sim adentrar diversas instâncias do fazer urbano (PUNT 6, 2019).

Desta forma, suas metodologias trabalham com a análise espacial de gênero, como na utilização de mapas corporais que contribuem para entender como o espaço público atua e impacta nos corpos femininos, não binários e racializados. Além de mapeamentos coletivos que integram a perspectiva de gênero com a participação social (figura 22), vinculados a desenhos sobrepostos na cidade (PUNT 6, 2019).

⁶ Informações retiradas do site oficial do coletivo. <http://www.punt6.org/> Acesso em 21 de Jan 2020.

Figura 22 - Mapeamento de dinamização comunitária e estudos de investigação.



Fonte: punt6.org. Acesso em 21 de jan 2020.

Por fim, o coletivo discute seis pontos essenciais para um urbanismo feminista e que serão considerados no momento projetual deste trabalho, sendo que estes podem, ou não, se materializar no espaço. Todavia, implicitamente podem estar presentes por meio de sensações e situações. Logo, deve-se pensar nos seguintes pontos:

- **Visibilidade**, pensando a permeabilidade visual, pois o fato de “ver e ser vista” cria sensação de proteção comunitária;
- **Vigilância**, que propicia o cuidado coletivo;
- **Sinalizações**, para fáceis orientações no espaço urbano e que também torna possível enxergar rotas de fuga em situações de perigo;
- **Equipamentos**, com infraestrutura que comportem atividades cotidianas e até mesmo descanso em áreas públicas;
- **Vitalidade**, por locais que propiciem o encontro social e coletivo;
- **Comunidade**, visando o sentimento de pertencimento das pessoas, o que gera coesão social.

Assim, relevância da produção deste tipo de coletivo é justamente criar subsídios para se pensar uma arquitetura e urbanismo mais igualitários e cotidianos, ao considerar os importantes recortes sociais discutidos nesta monografia.

- **Frauen Werk Stadt I**

Mulheres da Cidade do Trabalho. Esta é a tradução do nome de *Frauen Werk Stadt I*, um conjunto habitacional pensado por mulheres e para mulheres, localizado em Viena, na Áustria, sendo um dos poucos exemplares de arquiteturas em que gênero aparece desde o pensamento à sua concepção e execução, dado que sua elaboração foi feita por uma mulher, Franziska Ullmann, de forma que, como a própria arquiteta descreve em seu site, se pensou na relação entre exterior e interior, consistindo em ponderar sobre os afazeres domésticos, geralmente feitos por mulheres, e no conforto familiar, desde a infraestrutura do conjunto à forma como foi implantado (CORADIN, 2014).

Este caso foi escolhido como exemplo tendo em vista dois importantes motivos: Frauen Werk Stadt é uma série de conjuntos habitacionais populares projetados por mulheres e, para além, idealizados pelo Departamento de Gênero da cidade, o que (se há possibilidade de comparações, tendo em vista a sociedade brasileira e políticas públicas atuais) é inimaginável no Brasil. Porém, é um quadro que se busca reverter.

Frauen Werk Stadt I (figura 23) foi finalizado em 1997, tempo recente em relação ao desenvolvimento dos estudos de gênero na arquitetura, tendo Ullmann como ganhadora do concurso que propunha o projeto de uma habitação social que respondesse a seguinte questão: “Como seria um distrito planejado a partir da perspectiva das mulheres?”. E como resultado, houve três experiências destes conjuntos, com este em específico contendo 359 apartamentos, sendo 179 destinados ao Município e 180 à Associação de Habitação de Empregados Privados (GPA) (ULLMANN, 2000), vivendo um quantitativo aproximado de 1000 pessoas (CORADIN, 2014).

Figura 23 - Frauen Werk Stadt I.



Fonte: Renata Coradin, 2014.

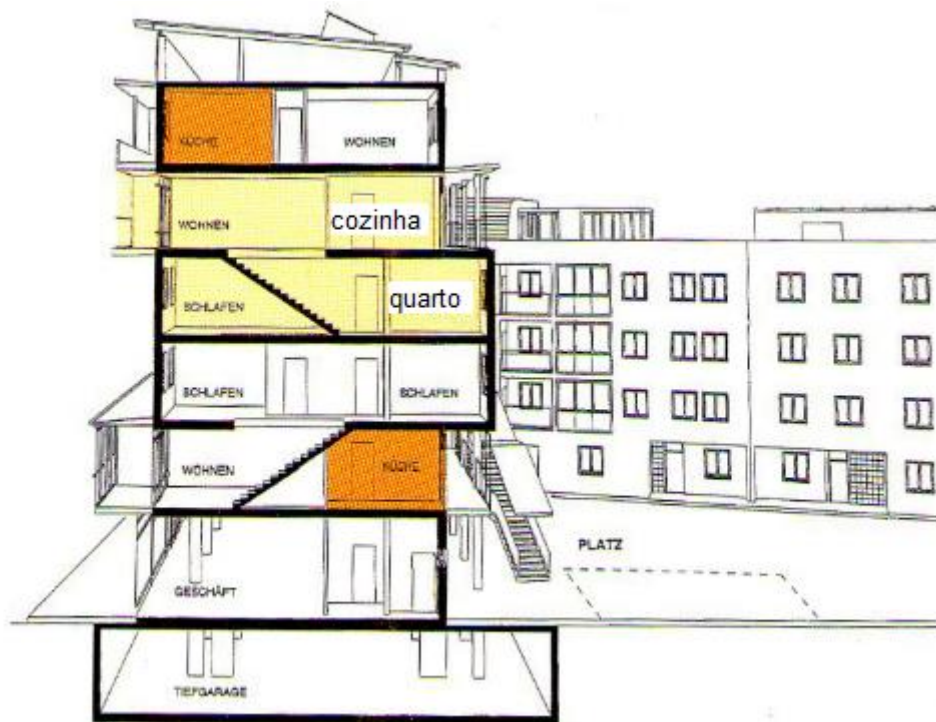
Como demonstrado na figura 23, o programa de necessidades dispõe dos edifícios Franziska Ullmann, Elsa Prochazka, Gisela Podreka, Liselotte Peretti (respectivamente os nomes das arquitetas que participaram do projeto de Frauen Werk Stadt I, II e III), uma creche, espaços cobertos para lazer, área de lazer para jovens, playground, praça central, village green, e via principal (CORADIN, 2014).

Para a arquiteta Franziska Ullmann, sobre a via principal, o conjunto não poderia perder a conexão das pessoas com o transporte público, portanto pensou-se em entradas também conectadas e na criação de um eixo de atividades que favorecesse o encontro entre os usuários do espaço ao criar ambientes com diversas escalas de privacidade. Criou-se também uma rota de atividades, principalmente pensada nas mulheres mães, considerando as jornadas de trabalho feminina, em que precisam deixar filhos em escolas ou creches, ir trabalhar fora, fazer compras e outras questões cotidianas que inspiraram a relação transporte-creche-polícia-zona comercial, sendo uma rota estratégica para a organização cotidiana destas mulheres. Ademais, a circulação interna do conjunto é prioritária para pedestres, não havendo utilização de carros (CORADIN, 2014).

Este eixo de circulação interna para pedestres também cria espaços de lazer para as crianças, que podem ser observadas pelos apartamentos com as fachadas

voltadas para estas vias de circulação, gerando segurança para as crianças que brincam no térreo, pois estes podem ser vigiados pelos moradores. O que corrobora com a ideia de segurança que Ullmann quis criar, uma vez que há, também, uma alternância de cômodos dentro dos apartamentos, tendo vistas para as entradas e ruas de pedestres em que as fachadas teriam diversos usos, não havendo uma fachada que funcionaria apenas de dia ou somente a noite, como no fato de colocar uma cozinha para esta fachada exterior (figura 24), havendo os "olhos da rua" com o movimento de pessoas mesmo dentro dos apartamentos (CORADIN, 2014).

Figura 24 - Corte do edifício.



Fonte: KAIL, Eva (2001), in CORADIN, 2014.

Outra questão pensada pelas arquitetas que participaram deste projeto, foi propor diferentes tipologias (figura 25) que pudessem abrigar uma variedade de famílias, uma vez que, segundo Ullmann, uma das reclamações femininas era a questão de cômodos reduzidos na casa. Para essas variações, Elsa Prochazka propôs a flexibilidade dos cômodos que poderiam se tornar quartos de acordo com as vontades e necessidades das famílias (CORADIN, 2014).

Figura 25 - Diferentes tipologias de apartamentos do Frauen Werk Stadt I.



Fonte: KAIL, Eva (2001), in CORADIN, 2014.

Para além dos pontos citados, o conjunto habitacional foi pensado até nos detalhes simples, como na existência de diversos locais espaçosos no conjunto, idealizados para comportar elementos como carrinhos de bebês, grandes sacolas ou brinquedos infantis que, geralmente, tomam muito espaço nas residências ou simplesmente não são considerados no momento projetual de fazer uma habitação (CORADIN, 2014).

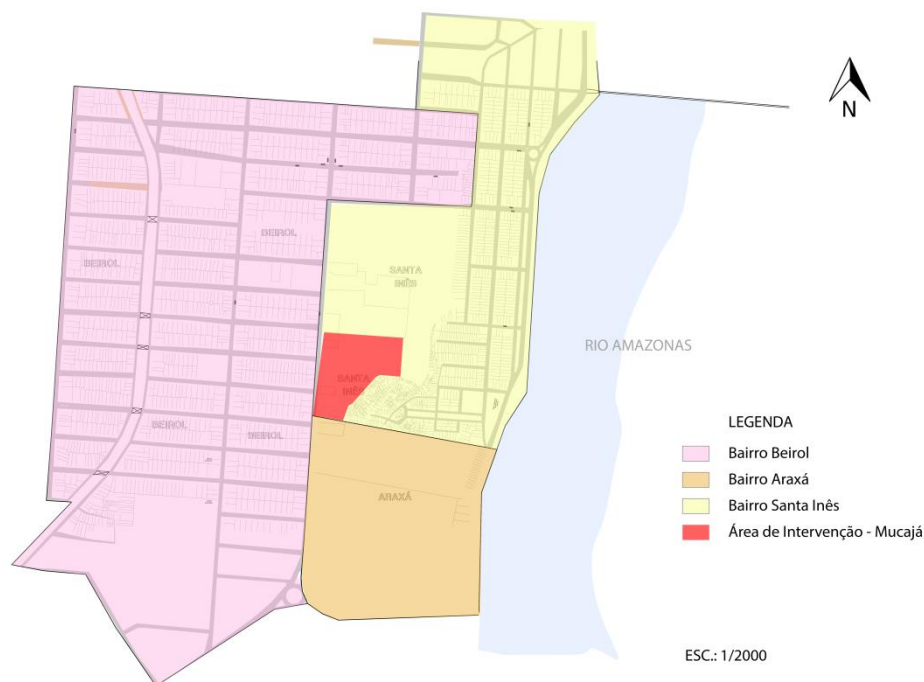
Frauen Werk Stadt I é o exemplo materializado de que há possibilidades de, até mesmo com pequenas soluções, melhorar a vida das mulheres, e de todos, por meio da arquitetura. Além de considerar a vida cotidiana e as tarefas de reprodução como fundamentais para o funcionamento da existência humana com qualidade.

3.2 Estudos preliminares da área de intervenção

Para tornar factível a realização do projeto de intervenção proposto para esta monografia, se traz aqui os estudos preliminares que demarcam o território estudado: O Conjunto Habitacional Mucajá.

A área de intervenção se encontra na zona sul da cidade de Macapá, no Estado do Amapá, nas proximidades do Rio Amazonas, entre os bairros Beírol, Santa Inês e Araxá, como anteriormente citado e agora mostrado na figura 26. Contrário aos outros conjuntos habitacionais populares que se encontram em Macapá, o Mucajá se localiza em uma área privilegiada da cidade, visto que está locado próximo ao centro e é circundado por bairros com infraestrutura e locais com potenciais de crescimento urbano, além da relação próxima com a orla da cidade, ainda que esta conexão tenha se perdido devido o remanejamento dos moradores do Mucajá de Baixo, onde se assentavam as moradias informais da antiga favela em frente à cidade.

Figura 26 - Mapa de localização do Mucajá.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

Da principal via de acesso ao Conjunto Mucajá tem-se a Rua Jovino Dioná, uma das mais movimentadas na cidade e via geradora de grande fluxo de veículos durante o

dia todo, uma vez que é a via que escoa os veículos vindos da zona sul da cidade, em direção ao centro, rumo à zona norte, afunilando a mobilidade urbana local para esta rua ou para a Rua Beira Rio, que se encontra na orla da cidade, frente ao Rio Amazonas, como mostra a imagem 27. Além desta via, o Conjunto Mucajá tem vista direta para as Avenidas do bairro Beírol.

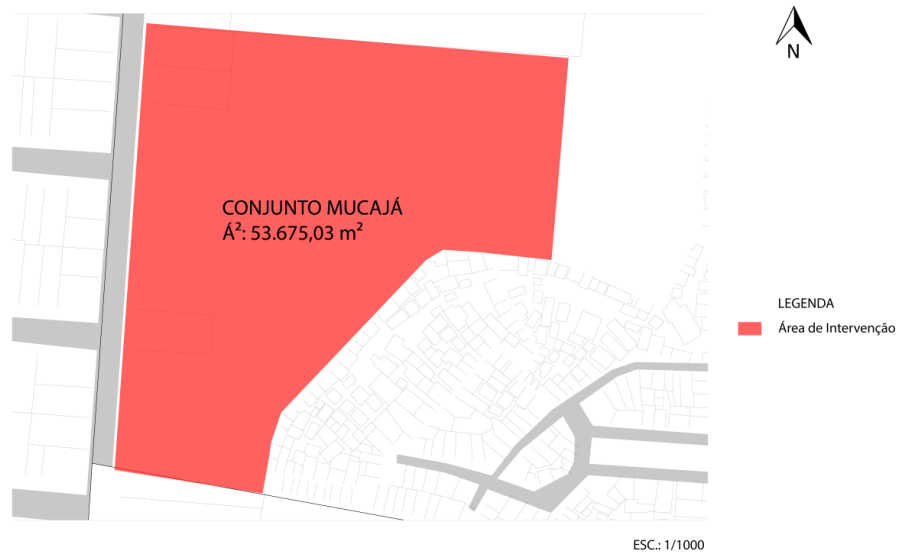
Figura 27 - Mapa das Vias do entorno do Mucajá.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

Da área (figura 28) que abrange a intervenção proposta, tem-se 53.675,03 m² pertencentes ao Conjunto, área que comporta os equipamentos propostos neste projeto, sendo estes uma creche, uma praça, áreas de descanso e a própria proposta de habitação. Neste sentido, notou-se que o local tem potencial construtivo para aceitar diferentes infraestruturas, uma vez que a área é grande o suficiente para tanto.

Figura 28 - Área total do Conjunto Mucajá.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

Sobre a arborização, nota-se que, além das árvores dispostas nas calçadas do entorno do conjunto, não há áreas densas de vegetação, além de da massa de árvores mostradas na figura a seguir (29), pertencentes à um lote privado o qual as pessoas pouco podem ter acesso.

Figura 29 - Mapa de arborização.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

Outro aspecto o qual se ressalta encontra-se no estudo das curvas de nível do local. Anteriormente a relação dos moradores da Vila Mucajá era intensa com o Rio Amazonas, uma vez que a vila se encontrava próxima do nível deste e, ademais, as próprias moradias tinham a tipologia palafítica (suspensa sobre o rio em construções de madeira). Entretanto, com o reassentamento das famílias moradoras no atual Conjunto Mucajá, esta conexão se perdeu, visto que o conjunto encontra-se em um nível superior ao do Rio, como anteriormente era.

Ainda, não há ligação entre o Conjunto Mucajá e o Mucajá de baixo (onde ainda se encontram famílias que ocupam este local desde sua origem). Neste sentido, mesmo que não se discuta neste projeto uma conexão entre as áreas, ressalta-se a importância da retomada deste contato e união para intervenções futuras, visto a história local e a significância deste contato para ambas as partes do Mucajá.

Abaixo se têm, então, as curvas de nível do local (figura 30) que crescem a cada 1 metro e meio de altura, o que deixa o conjunto aproximadamente à 12 metros de diferença entre o nível do Rio Amazonas e a Rua Jovino Dinoá, a principal via de acesso ao conjunto.

Figura 30 - Mapa de curvas de nível.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

A seguir, considerando a locação do projeto na área escolhida, é importante pensar a incidência solar como ponto que influencia no conforto térmico local e na disposição dos equipamentos propostos. Portanto, tem-se no mapa da figura 31 o estudo que mostra o sol nascente e poente, percorrendo leste à oeste de forma perpendicular, questão que orienta a implantação do projeto.

Figura 31 - Estudo de incidência solar.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

Da mesma forma que a incidência solar influencia na implantação da proposta, os ventos predominantes também devem ser considerados para o conforto da área, uma vez que as próprias edificações, se dispostas de forma a quebrar os ventos, podem prejudicar a qualidade da ventilação no Conjunto e alterar o microclima local. Assim, na figura 32, tem-se o percurso dos ventos na área de intervenção, os quais surgem do leste e noroeste em direção ao terreno.

Figura 32 - Estudo de ventos predominantes.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

Desta forma, se pode ter uma melhor orientação para o projeto que se mostra a seguir, assim como traduz as decisões projetuais feitas em relação a implantação do Conjunto e a intervenção proposta.

3.3 Partido + Conceitos + Diretrizes Projetuais

A criação de um urbanismo e uma arquitetura feminista perpassa por abstrações conceituais que, por vezes, podem até mesmo não discutir mudanças materiais na cidade. Isto é, antes mesmo de abordar equipamentos urbanos e o modo de fazer a arquitetura, se discute as lógicas patriarcais de produção do espaço, que atravessam símbolos e significados que geram opressão entre os gêneros.

Discutindo estas lógicas, entende-se que um dos principais elementos que norteiam o urbanismo feminista seria tomar a vida cotidiana como centralidade desviando-se das dinâmicas androcêntricas que idealizam indivíduos como se estes fossem neutros ou, mais ainda, instituindo o masculino como centralidade, o que pode ser visto com O Modulor. Neste sentido, este trabalho reitera que a construção social e a práxis dos gêneros no espaço urbano tem um caráter sexuado que precisa ser colocado em pauta no momento de concepção projetual. Portanto, o conceito que conduz a proposta desta monografia se encontra na **vida cotidiana feminina e o tempo**.

Ainda que pareça abstrato, parte-se do princípio que são elas, as mulheres, comumente responsáveis pelas atividades de reprodução social da vida cotidiana, cuidando dos filhos, da família, garantindo acesso à saúde, educação, lazer e outros elementos que propiciam uma boa qualidade de vida. Com isso, entende-se que observar a vida cotidiana das mulheres é fundamental para entender seus afazeres e, conseqüentemente, otimizar e coletivizar as tarefas diárias, reduzindo a dedicação delas e o uso de seu tempo nas questões do lar, permitindo um maior e mais democrático usufruto da cidade.

Dito isto, o **partido arquitetônico** tem com intenção criar trajetos que facilitem este cotidiano feminino e englobem a intenção dos conceitos supracitados, materializando-os com os seguintes pontos:

- **Criação de uma creche:** para se ter alternativas de cuidado dos filhos, o que possibilita esta mãe moradora do Conjunto Mucajá à sair para trabalhar sem preocupação com os afazeres da maternidade;

- **Priorização do pedestre:** por meio da melhoria dos trajetos dentro do Conjunto Mucajá, uma vez que muitas atividades são feitas a pé;

- **Ampliação dos ambientes das residências:** gerando maior qualidade de vida, salubridade e condições de habitabilidade nos espaços de vivência do lar;

Sob as ideias explicitadas nos conceitos e partidos da proposta, se propôs então

diretrizes que visaram rememorar os apontamentos feitos pelos moradores do Conjunto Mucajá, sendo fundamentais norteadores para o desenvolvimento projetual. Portanto, têm-se como diretrizes:

1) segurança e qualidade de vida para as crianças: desde o princípio, em uma maioria das respostas obtidas nos formulários aplicados no Conjunto Mucajá, foi dado destaque ao fato de não haver nenhum equipamento voltado para o lazer ou de forma a tirar as crianças das brincadeiras nas ruas, também ligado ao fato de não existir possibilidades de locais para que as mães deixem seus filhos em segurança nos horários de trabalho, portanto as crianças serão norteadoras do projeto que aqui se segue;

2) possibilidade de trabalhar e gerar renda: de forma concomitante ao inexistente lazer para as crianças no Conjunto Mucajá, as mães locais se vêm em posição de cuidado com os filhos, sendo responsáveis por eles grande parte do dia, sendo donas de casa ou tendo que expor as crianças aos riscos da rua, uma vez que não há locais nas proximidades que dêem o suporte para que estas mulheres possam trabalhar fora e ter uma renda familiar maior, com 45% das famílias sendo dependentes do Programa Bolsa Família. Portanto, o projeto visa criar subsídios que englobem a possibilidade de as mulheres terem empregos formais, uma vez que o projeto dá suporte à elas com equipamentos que facilitam a vida cotidiana para elas e os filhos.

3) socialização e organização interna: dentro do conjunto foram observadas várias formas de improviso de lazer, como sentar nas calçadas de acessos aos blocos para que os moradores possam socializar. Também, o cuidado com os demais espaços coletivos do conjunto são diminutos, visto que não há coesão dos moradores para conseguirem cuidar melhor do local. Nota-se grande preocupação entre os moradores em melhorar sua própria qualidade de vida, tornando impertinente a atenção às áreas externas e comuns. Assim, uma das diretrizes tomadas tem como objetivo criar este espaço de lazer para os moradores e fixar equipamentos de fácil manutenção, para que não seja uma preocupação com a depreciação do local.

4) espaço interno nas unidades habitacionais para as famílias: este ponto é o grande motivador dos pensamentos em relação aos espaços das habitações, uma vez é notório que os pequenos espaços das acomodações das unidades habitacionais criam transtorno para as famílias. Além disso, estes pequenos espaços geram desconforto e tendenciam a não existência de qualidade de vida no local. Ademais, as propostas de conjuntos habitacionais continuam a reproduzir estes pequenos espaços, portanto, as

reclamações sobre este fator continuam. O que, com o projeto aqui descrito, pretende-se mudar.

5) espaço para comercialização: conjuntamente com o ponto 2, este espaço de comércio objetiva formalizar o que já ocorre dentro do Conjunto Mucajá, que seriam as adaptações das unidades habitacionais para vendas. Desta forma, pensa-se em um espaço que dê suporte a estas atividades, com estrutura física que possibilite essa geração de renda de forma adequada.

Desta forma, estes cinco pontos foram pensados a partir das principais premissas que surgiram nas visitas de campo feitas no local e na compatibilidade que também tem com a teoria estudada até o momento. Uma vez que se confirmou a hipótese teórica de que, nestes espaços de habitação, sejam formais ou informais, os lares são, majoritariamente, chefiados por mulheres (CÚNICO, ARPINI, 2014).

Juntamente com esta chefia do lar, é notória a associação da mulher com o espaço privado da moradia, como apontando por Ferreira e Mariano (2014, p. 4) que, mesmo havendo esta cristalização dos papéis de gênero, a arquitetura ainda desconsidera o cotidiano do lar e as tarefas domésticas, geralmente feitas por elas, reproduzindo em sua concepção espaços pequenos e pouco confortáveis para elas, como nas áreas de serviço das residências.

Neste sentido, a seguir se tem uma tabela (3) que sintetiza as diretrizes abordadas, apontando as problemáticas centrais e as decisões projetuais para resolução.

Tabela 3 - Síntese do partido arquitetônico.

PROBLEMÁTICA	RESOLUÇÃO PROJETUAL	JUSTIFICATIVA
1) Segurança e qualidade de vida para as crianças	- Praça; - Creche.	Grande número de crianças e jovens, somado à falta de locais de lazer e educação como auxílio do cotidiano. Esses equipamentos também possibilitariam a existência de locais seguro para os filhos durante o dia.
2) Impossibilidade de trabalhar e gerar renda	- Criação de estruturas físicas adequadas à comercialização feita pelos moradores.	É comum situação de imprevisto nas unidades habitacionais para espaços de comércio e serviço que atendem os moradores entre si, além da própria ausência de

		equipamentos no local.
3) Socialização e organização interna	- Áreas de lazer.	Os moradores improvisam bancos ou sentam diretamente nas calçadas dos blocos, uma vez que não há praças ou mobiliário urbano que comporte sociabilidades cotidianas e descanso no Conjunto.
4) Espaço interno nas unidades para as famílias	- Ampliação dos cômodos dos apartamentos; - Estrutura da edificação pensada para modificação ou flexibilização dos espaços da residência.	Existência de famílias numerosas vivendo em um diminuto espaço na unidade habitacional. Falta de conforto. Falta de salubridade na habitação.
5) Espaço para comercialização	- Feira de pequeno porte.	Concomitantemente ao ponto 2, pensa-se pequenas áreas de comercialização para não centralizar em uma área específica o comércio local, dialogando com a possibilidade de fácil acesso e gerando diversos núcleos de atividades que propiciam movimentação, visibilidade e segurança.

Fonte: produzido pela autora, 2020.

4 A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Enxergando o protagonismo das mulheres chefes de família no contexto da HIS, mostrou-se notório que o melhor usufruto tanto da cidade quanto da habitação, para elas, provém da existência de equipamentos que dêem suporte para a vida doméstica e familiar, uma vez que são elas que cuidam dos filhos e compõem uma maioria quando se trata de quem chefia o lar, seja financeiramente ou quem dá a última palavra no momento de tomada de decisões domésticas, como foi observado por meio dos formulários aplicados no conjunto, em que **61,7% das famílias participantes tinham uma mulher como principal responsável da casa e das finanças**. Portanto, as maiores carências femininas na vida urbana e no lar dizem respeito a maiores espaços dentro da habitação e de equipamentos que contribuam na vida cotidiana de ser mãe, como lazer e educação para os filhos.

Dito isso, a partir das demandas que surgiram por meio das pesquisas de campo no Conjunto Habitacional Mucajá, apresenta-se, a seguir, cada equipamento proposto para a intervenção projetual.

• UNIDADES HABITACIONAIS

Como fundamental ponto que permeou a discussão desta monografia, a habitação toma como princípio projetual o pensamento sobre a melhoria da qualidade interna da moradia e espaço físico, uma vez que as unidades habitacionais atualmente existentes no Conjunto Mucajá têm apenas 37,33 m² de área útil, o que gera desconforto para as famílias que lá vivem, visto que são numerosas em integrantes, segundo a pesquisa *in locu*.

A proposta para as habitações não intenta ser revolucionária, mas, sim, proporcionar uma melhoria da qualidade de vida dos moradores locais por meio de modificações em determinados detalhes apontados pelos moradores nas visitas de campo. Baseado nisso, o que se propõe para as unidades habitacionais é o desadensamento dos edifícios, o aumento da área dos apartamentos e a possibilidade de modificações feitas pelos próprios viventes. Respectivamente a estes três fatores tem-se, então, que cada edifício de habitação será composto por apenas nove apartamentos, sendo dois por andar, de área total 129,93m² cada um, seguindo o programa de necessidades básico proposto pelo Programa Minha Casa

Minha Vida no local, uma vez que não é intenção desta monografia propor uma nova política pública. Porém, pensou-se o aumento e reorganização dos ambientes em uma conformação que possibilitasse o último ponto, sendo este a possibilidade de flexibilidade dos ambientes por meio de módulos capazes de receber novas vedações internas, o que propiciaria a criação ou retirada de cômodos nas unidades habitacionais, a depender das necessidades das famílias.

As áreas de serviço das habitações não serão marginalizadas nos apartamentos, tendo igual importância aos outros cômodos dos apartamentos. As escadas de acesso às unidades serão externas, contribuindo para a privacidade dos moradores e para a salubridade local e manutenção. Outro ponto de pertinência se encontra no aumento do número de esquadrias nos apartamentos, visto que uma relevante reclamação que surgiu durante os diálogos no local estudado foi sobre o calor e falta de circulação de vento nos apartamentos. Ademais, cada edifício conta com uma área térrea com função tanto de estacionamento para os veículos dos moradores quanto para eventos internos do Conjunto. Desta forma, segue-se o programa de necessidades das unidades habitacionais.

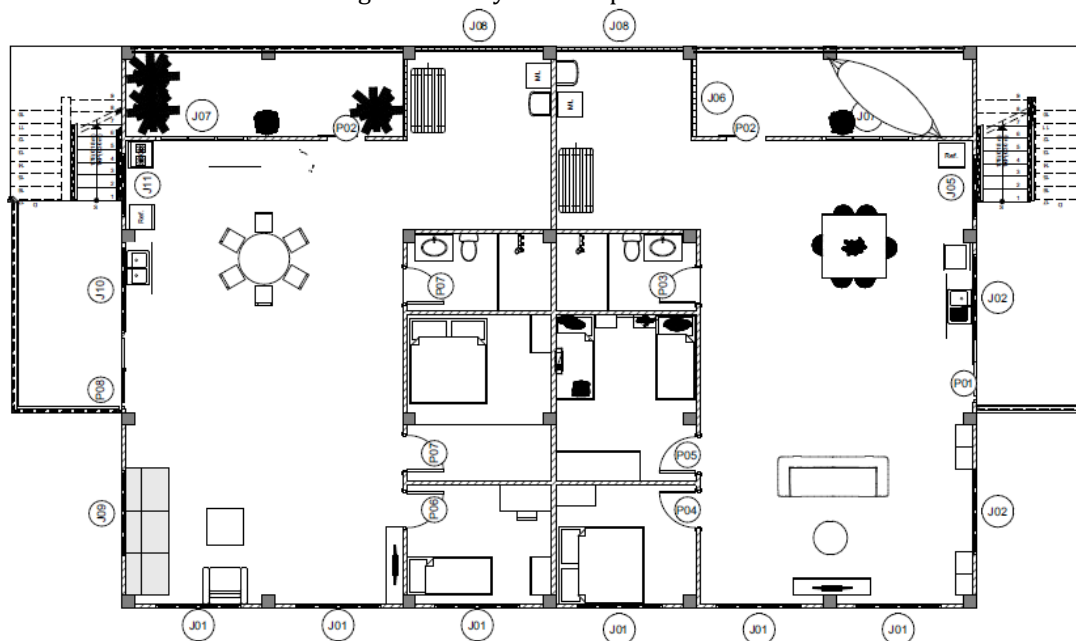
Tabela 4 - Programa de necessidades e dimensionamento das unidades habitacionais.

SETOR	AMBIENTES	DIMENSÕES	A ²
Íntimo	Dormitório 1	3,90m x 3,50m	13.65m ²
Íntimo	Dormitório 2	3,40m x 2,80m	9.44m ²
Social	Sala de Estar	6,50m x 6,03m	41,18m ²
Social	Cozinha	6,50m x 4,65m	29,18m ²
Serviço	Área de Serviço	4,60m x 3,40	14.39m ²
Social	Varanda	6,50m x 2,11m	13.48m ²

Fonte: produzido pela autora, 2020.

Tendo em vista essas questões, a proposta se seguiu como mostrado na figura 33, em que se nota uma considerável área que possibilita modificações dos ambientes e novos layouts. Como proposta fixa, têm-se os dormitórios como cômodos previamente definidos, mas com a possibilidade de modificação nos ambientes ao redor de acordo com as necessidades das famílias.

Figura 33 - Layout dos apartamentos.



Fonte: autoria própria, 2020.

Como volumetria final (figura 34), têm-se os apartamentos dispostos um ao lado do outro, sendo dois apartamentos por pavimento, com escadas externas que garantem mais privacidade às unidades habitacionais e mais possibilidade de cuidados entre os moradores por não ter o acesso dividido entre tantas pessoas por andar. As escadas são cobertas por muxarabis que diminuem a incidência solar nesta área e protegem da chuva e outras intempéries do clima da região Norte.

Figura 34 - Volumetria das unidades habitacionais.



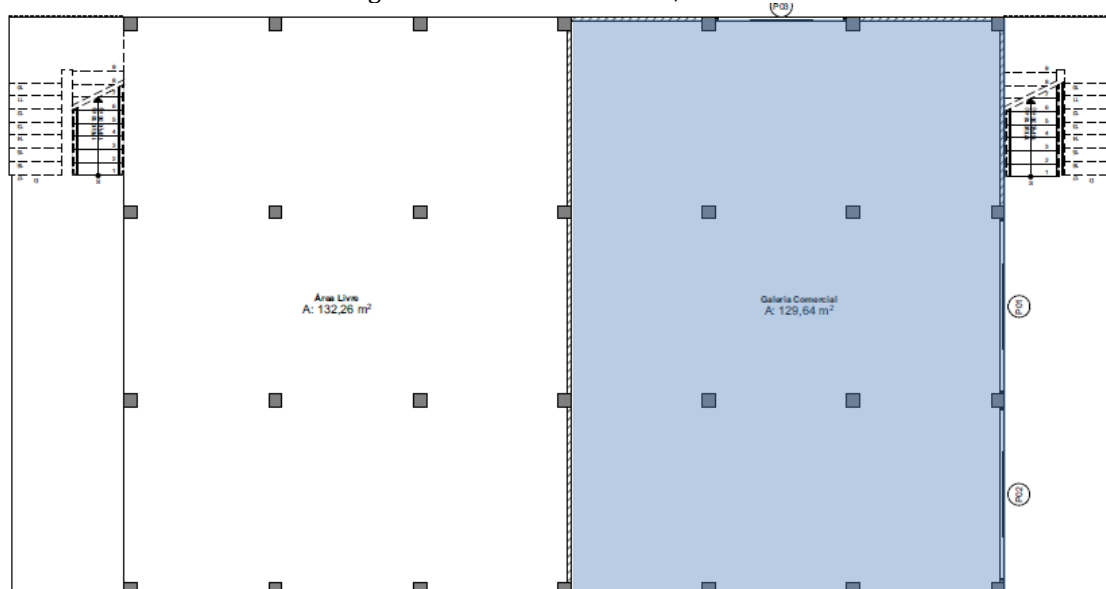
Fonte: autoria própria, 2020.

• GALERIA COMERCIAL

Pensando no apoio aos moradores em relação às vendas que já ocorrem dentro do conjunto Mucajá, foi destinada uma área no pavimento térreo dos blocos habitacionais para a comercialização ocorrer de maneira mais organizada e segura.

Assim, a área em azul na figura 35 mostra o espaço destinado ao comércio local. O espaço está sujeito à organização espacial dos próprios moradores, que podem seguir a lógica dos módulos dos pilares que visam dar suporte às divisões feitas nos ambientes da edificação, em um distanciamento de 3m x 3m. Para esta área suporte se destinam 129,64m².

Figura 35 - Galeria comercial, em azul.



Fonte: autoria própria, 2020.

• CRECHE

Identificada pela amostra recolhida pela pesquisa no local, uma demanda significativa de crianças com menos de 5 anos moram no Conjunto Mucajá. Havendo, também, mães que têm um cotidiano baseado em cuidar destas crianças e, principalmente, por meio de auxílio financeiro apenas de bolsas governamentais, visto que não conseguem trabalhar formalmente, pois cuidam da casa e dos filhos. Desta forma, a creche surge como um elemento de apoio ao cotidiano que permeia a maternidade, o trabalho e as tarefas de reprodução do lar.

Este equipamento recebe aqui especial atenção devido à grande demanda

de crianças e pela fundamental possibilidade de melhoria de qualidade de vida tanto para as crianças quanto para as mulheres, havendo um local de segurança para os pequenos dentro do conjunto e propiciando a vivência social com qualidade e próximo ao lar.

A partir das pesquisas em busca de referências projetuais que dessem base para a creche, notou-se que o Estado funciona com parâmetros mínimos de funcionamento e dimensionamentos, o que invisibiliza maiores potências destes locais educacionais. Sendo assim, utilizou-se como base os parâmetros da tipologia de nº 2 do projeto arquitetônico básico idealizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual indica a tipologia de uma escola de educação infantil com capacidade para até 224 alunos, determinando a divisão desses estudantes em dois turnos, matutino e vespertino.

Após se considerar os parâmetros de medidas mínimas, foram pensadas adaptações para melhor comportar os alunos, pensando questões de adaptabilidade dos espaços e lógicas de utilização baseadas no cuidado infantil. Ademais, as adaptações foram feitas para serem melhores – não mínimas – mas se encaixarem ainda nos padrões da segunda tipologia do FNDE, para lotes de 40m x 60m. Também, para maior eficiência do funcionamento da creche inserida dentro do Conjunto Mucajá, que dispõe de área menor do que a exigida pelos parâmetros do FNDE para este tipo de projeto arquitetônico, nesta proposta se reduz o número de alunos para 180, divididos da seguinte maneira: no setor da creche, tem-se 4 salas que comportarão 60 crianças - 15 em cada uma - de até 3 anos. Já no setor da pré-escola, 6 salas, com 20 alunos cada, serão destinadas aos 120 alunos entre 4 e 6 anos de idade.

Com estes parâmetros, se tem a seguir uma síntese dos setores, ambientes e dimensões propostas (tabela 5) para este equipamento.

Tabela 5 - Programa de necessidades da Creche.

SETOR	AMBIENTE	DIMENSÕES	A ²
EDUCACIONAL	Salas de atividades	11,18m x 6.75m	60,93m ²
		11,21m x 6.75m	58,83m ²
		11,07m x 6,79m	57,03m ²
		11,87m x 6.79m	59,68m ²

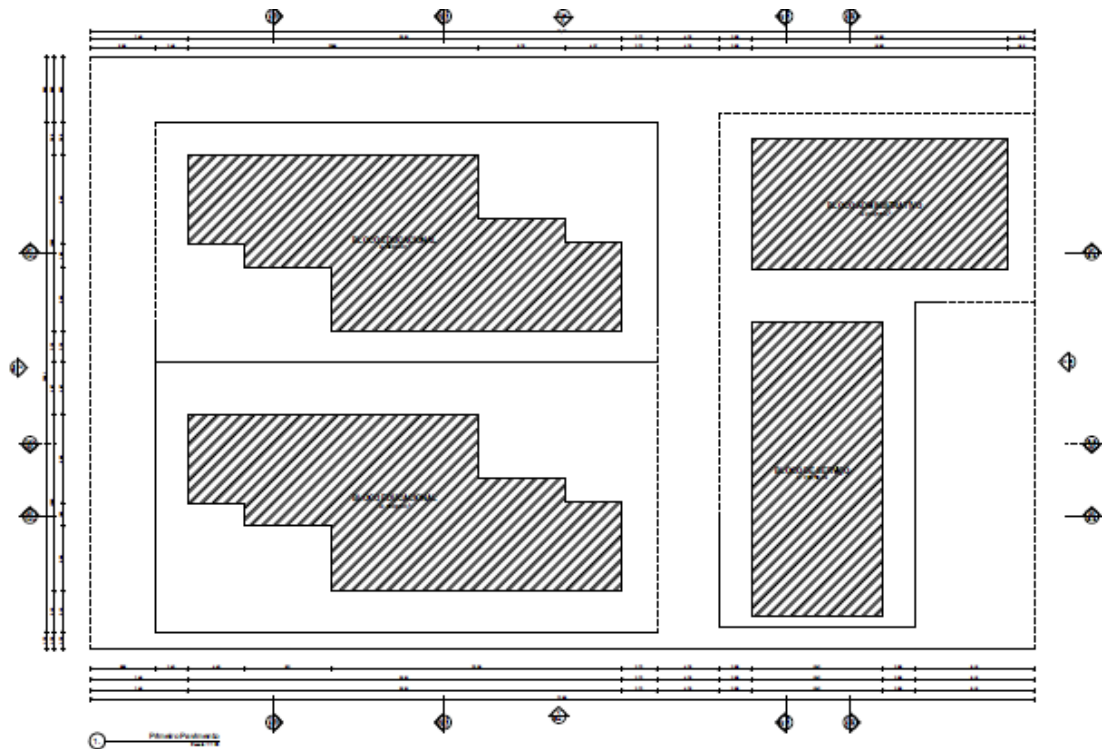
	Banheiro infantil	4,11m x 3.21m 3,34m x 4,11	13,15m ² 13,13m ²
	Lavabo Fem.	3,23m x 1,91m	5,48m ²
	Lavabo Masc.	3,32m x 1,91m	5,62m ²
PEDAGÓGICO	Secretaria	6.69m x 5.740m	49,29m ²
	Almoxarifado	2.73m x 5.64	16,03m ²
	Sanitário feminino	4.66m x 3.31m	15,80m ²
	Sanitário masculino	5,04m x 3.29m	16.69m ²
ADMINISTRATIVO	Sala dos professores	6.69m x 8.30m x 3,10m x 9,89m	134,11m ²
	Sanitário feminino	4,07m x 3.10m	12.68m ²
	Sanitário masculino	4,03m x 3.10m	12.65m ²
SERVIÇO	Cozinha	7.97m x 3.89m	31,01m ²
	Copa	3.84m x 3.51m	13.48m ²
	Lactário (pré-preparo e limpeza)	1.41m x 1.93m	2.72m ²
	Lactário (armazenamento)	1.33m x 1.93m	2.56m ²
	Lavanderia	3.99m x 1.93m	7.71m ²
	Rouparia	2.54m x 1.87m	4.89m ²
	Dispensa	3,93m x 2,85m	11,20 ²
	Depósito de Material de Limpeza	3.50m x 1,50m	2,86m ²
	Vestiário feminino	3.51m x 2.75m	9.85m ²
	Vestiário masculino	3.51m x 2,82m	9.93m ²
Sala multiuso	9.92m x 5,25m	50,09m ²	

Fonte: produzido pela autora, 2020.

A partir das áreas pensadas e suas devidas dimensões, pensou-se na composição espacial do projeto deste equipamento. Não se tem como intenção projetual elaborar partidos complexos, inimagináveis ou inovadores, mas sim abrigar em si uma necessidade cotidiana do bem estar infantil e materno, visando segurança e conforto.

Dito isto, tem-se da seguinte forma a implantação (figura 36) da creche:

Figura 36 - Implantação da creche.



Fonte: autoria própria, 2020.

A intenção da creche foi propiciar um ambiente tranquilo para as crianças do Conjunto Mucajá e dos bairros do entorno. Para tanto, pensou-se na necessidade de áreas abertas e livres dentro da instituição de ensino, com salas que pudessem se conectar entre si por meio de divisórias retráteis e ambientes espaçosos para que pudesse acolher as crianças durante um dia inteiro. As cores também foram fundamentais para criar estímulos visuais alegres, como pode ser visto nas figuras a seguir (37 e 38).

Figura 37 - Volumetria da creche.



Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 38 - Vista lateral da creche.



Fonte: autoria própria, 2020.

Ademais, a área interna entre os blocos (figura 39) poderá ser usada para eventos da creche em dias especiais, devido o espaço existente.

Figura 39 - Área interna entre os blocos educacionais.



Fonte: autoria própria, 2020.

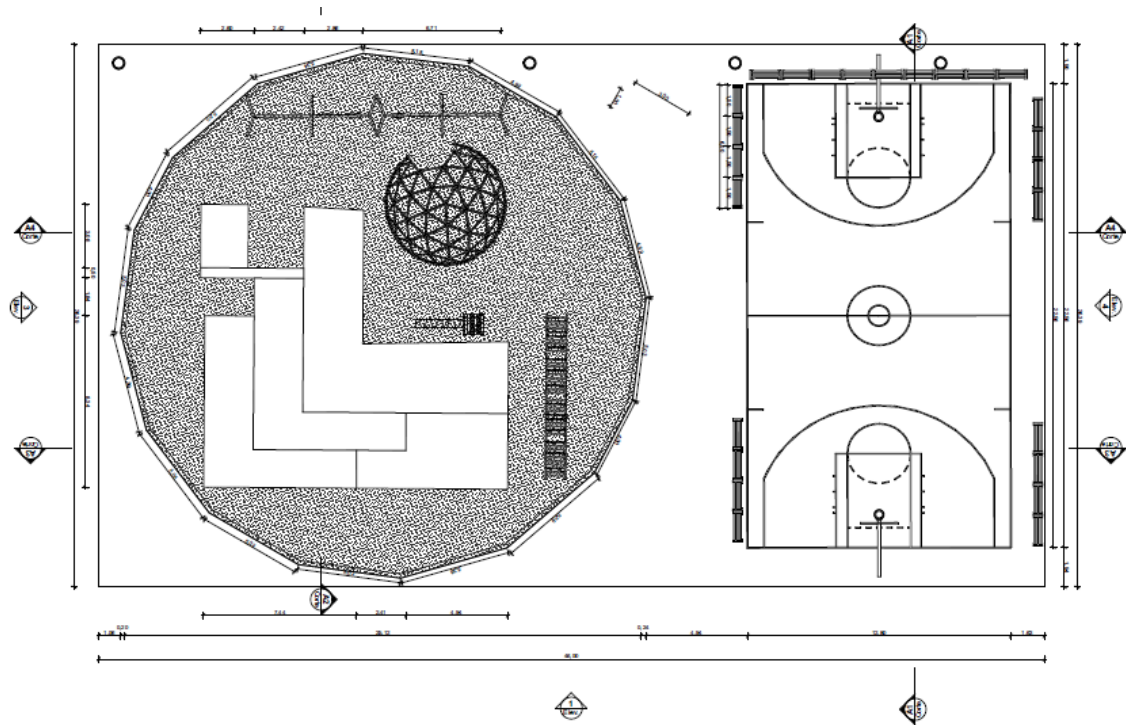
• ÁREAS PÚBLICAS E LAZER: Praça do Mucajá e área de descanso

Devido o número de crianças moradoras do Conjunto Mucajá somado à deficiência em equipamentos de lazer nos arredores do local, foi proposta também uma praça de pequeno porte para que não seja necessário realizar tantos deslocamentos para o lazer dos viventes do conjunto.

Pensando nisso, a praça dispõe de um parquinho com diferentes brinquedos infantis, bancos para descanso e uma quadra de basquete, possibilitando atividades para diferentes idades e o lazer proporcionado pela prática esportiva.

Portanto, a disposição da praça se deu da seguinte maneira, como mostra a planta baixa (figura 40).

Figura 40 - Planta baixa da Praça do Mucajá.



Fonte: autoria própria, 2020.

Para melhor visualização da disposição dos equipamentos na praça, tem-se a seguinte volumetria (figura 41).

Figura 41 - Volumetria da Praça do Mucajá.



Fonte: autoria própria, 2020.

Ademais, durante as visitas de campo, observou-se que os moradores do Conjunto Mucajá costumam se reunir no térreo das edificações, em frente aos blocos, para sentar e conversar, entretanto sem estrutura para esta atividade, como a existência de bancos ou coberturas. Portanto, pensando nos pequenos lazeres do cotidiano, pequenas áreas de descanso foram dispostas em toda a área do conjunto, a fim de proporcionar mais conforto aos moradores nos momentos de socialização. Assim, tem-se na figura 42 a tipologia proposta para a área de descanso.

Figura 42 - Figura – Proposta para a área de descanso.



Fonte: produzido pela autora, 2020.

Com isto, têm-se todos os equipamentos propostos para a intervenção no Conjunto Habitacional Mucajá, baseado nos questionários e diálogos ocorridos no local durante as visitas de campo. Vislumbra-se aqui uma tradução das vontades expostas pelos moradores locais sobre pontos que poderiam melhorar a qualidade de vida dentro do conjunto.

Dessa forma, as especificações e detalhes de cada equipamento propostos são mostrados com mais clareza nas pranchas técnicas que expõem o objetivo final desta monografia: o projeto arquitetônico baseado no cotidiano feminino no Conjunto Mucajá. O projeto encontra-se no ANEXO IV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação mostrou o percurso teórico que fundamentou as possibilidades do objetivo final desta monografia: o projeto arquitetônico de habitação de interesse social feito sob a ótica do recorte de gênero e equipamentos pensados para a melhora do cotidiano feminino no Conjunto Habitacional Mucajá, visando as mulheres chefes de família. Neste sentido, discutir teoria e prática do fazer técnico da arquitetura é um processo que se mostra, neste trabalho, para além de interdisciplinar, algo interseccional, devido as diversas matrizes necessárias para contextualizar a vivência feminina na casa e no espaço urbano, sendo um desafio e trajeto ainda muito longo para a caminhada solitária de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Desta forma, as ideias aqui apontadas vislumbram uma crítica sobre como a cidade e o urbano são construídos, sob a ótica de uma sociedade patriarcal que cristaliza a mulher em espaços que diluem seu poder decisório, diminuindo a representatividade feminina em locais que, em teoria, deveriam ser de todos. Portanto, essa investigação se debruçou em entender de onde parte o androcentrismo que antecede a construção da casa e da cidade, até se aproximar de como estas práxis se engendram na construção do urbano e na própria arquitetura.

Também, as heranças das concepções modernistas se mostraram cruciais de serem analisadas neste momento, uma vez que ainda refletem uma arquitetura que idealizou um indivíduo que não contemplou as vivências femininas. Assim, essas heranças foram analisadas pela ótica do *habitus* (BOURDIEU, 2000), entendendo como a práxis social é moldada coletiva e individualmente, e da interseccionalidade (HENNING, 2015), visando compreender como entrelaçar opressões é importante antes de se inserir problemáticas sociais no espaço urbano como um todo.

A importância de perpassar, também, pelas lutas feministas se dá ao fato de as mulheres abrirem grandes frentes de reivindicações que dizem respeito não apenas à elas, mas a sociedade de modo geral, visto a igualdade que o feminismo busca. Adentrando também a ideia da mulher chefe de família e toda a discussão abordada neste trabalho sobre suas diversas jornadas e seu protagonismo no

cotidiano do lar.

Das dificuldades encontradas na produção deste trabalho, foi notável o desafio de fazer levantamento de campo em um local estigmatizado por discursos de medo e violência, como os existentes no Conjunto Mucajá, mesmo que não tenha sido pauta deste estudo, além da disposição dos moradores em fornecer tempo e diálogo para a pesquisa. Mas, com a conclusão deste objetivo, foi possível criar uma análise de dados que pode não apenas contribuir para esta monografia, mas também outras, e dar suporte para melhorias em diversos aspectos da vivência coletiva no Conjunto Mucajá.

Em meio às dificuldades metodológicas já existentes de aproximação no local, no ano de 2020 esta pesquisa também sofreu consequências devido à pandemia de Covid-19, o que impossibilitou a abordagem cotidiana a qual eu desejava enquanto corpo-pesquisadora neste assunto que propus discutir. Portanto, para concluir o objetivo desta monografia e pontuar a intervenção no local estudado, tomei como base os diálogos que tive anteriormente com as moradoras locais e busquei traduzir no projeto as vontades apontadas.

Por fim, exponho que encontrar o equilíbrio entre a discussão proposta neste trabalho e o projeto arquitetônico descrito requereu uma prática cotidiana difícil e com esforços constantes para atingir uma compreensão que pudesse traduzir a vontade das moradoras em um bom projeto. Por este motivo, reitero a necessidade de se continuar pensando o recorte de gênero nas cidades e nas habitações, discutir feminismos nas diversas esferas que a vida tem.

A temática colocada neste trabalho não ficará apenas em teoria, mas será levada comigo enquanto práxis diária, assim como no percurso acadêmico que comecei com esta pesquisa, em que visei expor a urgência de pensar o recorte de gênero para um melhor viver a cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da Gentrificação. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.977**, de 7 de Julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, 2001.

BONDUKI, Nabil. **Espaço público, Habitação Social e Arquitetura Moderna**, 1997.

_____. **Uma Metodologia para Avaliar Programas de Habitação**. in Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC -SP; Cenpec, 2001. 224 p.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. / Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kuhner. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAVENAGHI, Suzana. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios** / Suzana Cavenaghi; José Eustáquio Diniz Alves. -- Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. **As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI**. In Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU Direito à Cidade: uma visão por gênero - São Paulo: IBDU, pg. 7-11, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 2. Morar, cozinhar** / Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Mathilde Endlich Orth. 12. ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

CORADIN, Renata Fragoso. **ARQUITETURA E GÊNERO: três projetos em Viena**. In: I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible, 2014, Barcelona. I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible. Barcelona: Master Laboratorio de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI, 2014.

CORADIN, Renata Fragoso. **Casa-Ciudad - Una Perspectiva de Género**. Especialização em Master Laboratorio de la Vivienda del Siglo XXI. Universidad Politécnica de Catalunã, Barcelona, 2010.

CORRÊA, Katrícia Milena Almeida. **Conexão entre Espaço Público e Habitação de Interesse Social: Após o Remanejamento no Conjunto Habitacional Mucajá**,

em **Macapá-AP**. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Edições Afrontamento — Porto, 1975.

FERREIRA, Karen; SILVA, Gleyton Robson da. **Urbanismo Feminista**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

FERREIRA, F.P. "A Habitação e a Moral", in **Revista do Arquivo Municipal** 82, 1942.

FERREIRA, Lina Penati; MARIANO, Silvana Aparecida. **Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres?** Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 27-29 mai. 2014.

FRANCO, Roseli de Mello. **Projeto “Minha Casa, Minha Vida” - A inserção da mulher na chefia monoparental: estudo de caso no Jardim do Valle, em Araraquara/SP/Roseli de Mello Franco - Araraquara: Universidade de Araraquara, 2016.**

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. 3ª edição. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

FRASER, Nancy. **O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História**. Revista Mediações. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Traduzido por Ancelmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Londrina, v.14, n.2 p. 11-33, Jul/Dez. 2009.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. LTC, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** ; tradução de Gabriel Salvi Philipson. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HILL COLLINS, Patricia. **Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought**. Social Problems, v. 33, n. 6, “Special theory issue”, p. 14-32, Oct.-Dec. 1986.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e Pensamento Feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Mediações - Revista de Ciências Sociais Londrina - PR, V. 20 N. 2, P. 97-128, JUL./DEZ. 2015.

HULKO, Wendy. **The time - and context - contingent nature of intersectionality and interlocking oppressions**. Affilia: Journal of Women and

Social Work. Vol. 24, 2009, p. 44-55.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOSEPH, Ameil J. **Beyond Intersectionalities of Identity or Interlocking Analyses of Difference: Confluence and the Problematic of “Anti”-oppression. Intersectionalities**. A Global Journal of Social Work Analysis, Research, Polity, and Practice Vol. 4, No. 1, 2015.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. Editora 34 Ltda. 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAESTRO, Irene. **O Papel Histórico das Mulheres nas Lutas Territoriais**. In Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU Direito à Cidade: uma visão por gênero - São Paulo: IBDU, pg. 7-11, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. in: CASTRIOTA, L.B. (org.) **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: editora Arte, 2003. p. 78-96.

MARICATO, Ermínia. **O Automóvel e a Cidade**. In *Ciência & Ambiente*, v.37, p.5-12, 2008.

MARQUES, Sabrina Duringon. **Cidade, serás feminista!** In Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU Direito à Cidade: uma visão por gênero - São Paulo: IBDU, pg. 78-86, 2017.

MONTEIRO, Poliana. **A Produção Feminista do Espaço** – Costurando uma Colcha Epistêmica para Pensar a Cidade e as Lutas Urbanas. XVIII ENANPUR. Natal, 2019.

MOUNTIAN, André Gal. **O Liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações**. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Niterói, 2018.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. **Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família**. *O Social em Questão* - Ano XIX - nº 35 – 2016.

PMM, Prefeitura Municipal de Macapá. **Plano Diretor de Macapá**. Macapá, 2004/2011.

PMM, Prefeitura Municipal de Macapá. **Projeto Habitacional Mucajá**. Macapá, 2012.

POSSEBON, Ennio. **O Modulor de Le Corbusier: Forma, Proporção e Medida na Arquitetura**. *R. Cult.* : R. IMAE, São Paulo, a.5, n. 11, p. 68-76, jan./jun. 2004.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres**. Mestrado em Sociologia Política. UFSC.

Fpolis, 2007

SALOMÃO, Mirian da Silva. A Presença das Mulheres nos Espaços de Poder: A Interiorização do Poder Patriarcal. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2009.

SANDENBERG, Cecília M. B. **Caleidoscópios de gênero: Gênero e Interseccionalidades na Dinâmica das Relações Sociais**. Mediações, Londrina, V. 20 N. 2, P. 56-96, Jul./Dez. 2015

SANTOS, Jéssica Gomes. **"Minha Casa Minha Vida"**: Possibilidades de Emancipação Política para as Mulheres?. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Santa Catarina, 2017.

VELOSO, Luiza Lins. **O papel das Mulheres na Luta pelo Direito à Moradia**. In Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU Direito à Cidade: uma visão por gênero - São Paulo: IBDU, pg. 7-11, 2017.

SCHETTINO, Patrícia Thomé Junqueira. **A MULHER E A CASA: Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2012.

ULLMANN, Franziska. **Frauenwerkstadt: Städtebauliches Leitprojekt**. 2000. Disponível em: <<http://www.ullmannf.at/frauenwerkstadt.html>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973) - Uma Análise Empírica**. RBE Rio de Janeiro v. 62 n. 2 / p. 221-246 Abr-Jun 2008.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA ABERTA SEMIESTRUTURADA

Parte 1 - Perguntas introdutórias sobre a entrevistada.

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Cor/Raça
Branca () Parda () Negra () Amarela () Indígena () Outra ()
)
4. Estado Civil
Solteira () Casada () União Estável () Separada () Viúva ()
5. Nível de Escolaridade
Analfabeta () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ()
Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo ()
6. Trabalha fora?
Sim () Não ()
7. Se sim, qual ocupação? _____
8. Posição na ocupação:
Ocupação com carteira assinada () Ocupação sem carteira assinada ()
Trabalhadora por conta própria () Não remunerada ()
9. Tem filhos? Quantos?
10. Quantas pessoas moram no apartamento?
11. É principal responsável financeira ou divide as contas?

Parte 2 - Perguntas a respeito do entendimento sobre chefe de família.

1. O que você entende por “mulher chefe de família”? Você se considera uma?
2. O que você pensa em relação à presença masculina dentro da casa?
3. Qual seu pensamento sobre trabalhar fora e cuidar da própria casa? (se trabalhar fora)
4. Você acredita que a cidade é diferente para as mulheres e para os homens? Como?

Parte 3 - Perguntas a respeito da percepção sobre o Conjunto Habitacional Mucajá e os apartamentos.

1. Qual sua relação com o Conjunto Mucajá e como é viver aqui? O que há de bom e o que há de ruim?
2. Como é sua relação com os vizinhos?
3. Como você e seus vizinhos cuidam do Conjunto?
4. Você teria algo a pontuar que falte no Mucajá para melhorar a qualidade de vida dos moradores?
5. Nas horas livres, o que você costuma fazer? Quais atividades os moradores costumam fazer no dia-a-dia?
6. Como é a relação com as outras mulheres do Conjunto?
7. Há diferença entre o jeito que os moradores homens usam o Conjunto em relação à como as mulheres usam?
8. Os equipamentos públicos/coletivos das proximidades são suficientes para atender os moradores?
9. Como você julga a estrutura física dos apartamentos? Você acha que tem melhorias a serem feitas?
10. O que você sente falta dentro dos apartamentos?
11. Qual a maior dificuldade de manter sua casa? Nesse aspecto o que você mudaria para facilitar sua vida doméstica?

Pergunta final

- Qual é, em sua opinião, o ponto mais importante que devo considerar para que eu possa realizar um bom projeto para o Conjunto Mucajá?

APÊNDICE II

FORMULÁRIO SOBRE AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DO CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ.

Este formulário faz parte da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que visa levantar dados sobre as mulheres chefes de família dentro do Conjunto Mucajá pensando uma proposta projetual baseada nas demandas femininas neste local. Trabalho orientado pela Prof^ª, Danielle Guimarães.

1. Quem seria o principal responsável financeiro da casa?

Homem/Pai () Mulher/Mãe () Ambos () Outros () _____

2. Essa pessoa seria quem comanda a casa/é o(a) chefe da família?

Sim () Não ()

3. Qual o estado civil da(o) chefe de família?

Solteira () Casada () União Estável () Separada () Viúva ()

4. Quantas mulheres têm na casa e quantos homens têm na casa?

Mulheres () Homens () Outro () _____

5. Tem crianças em idade escolar ou de creche?

Sim () Não () Se sim, qual idade tem? _____

6. Alguém na casa é pessoa com deficiência?

Sim () Não () Qual? _____

7. Você usaria equipamentos coletivos dentro do Conjunto? (ex: lavanderia/depósito/garagem)

Sim () Não () Qual? _____

8. Qual espaço da casa você faria alguma alteração e por quê?

9. O que você acha que falta no Mucajá para satisfazer mais os moradores?

10. O que você acha da diversidade de usos no bloco? (comércio, serviços, moradia)

Muito importante () Importante () Pouco importante ()

11. Você acha importante pensar a casa e a cidade pelo olhar das mulheres?

Sim () Não () N.D.A ()

12. Recebe bolsa família ou algum outro auxílio?

13. Qual a renda familiar? Até 1 SM () Até 2 SM () Até 3 SM () Mais de 3 SM ()

14. Tem alguma área do Mucajá que você considere perigosa para mulheres?

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Você está fazendo parte de uma pesquisa de campo realizada com a finalidade de subsidiar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito obrigatório para a obtenção de meu diploma de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O trabalho é orientado pela Prof^ª. Danielle Costa Guimarães.

Por meio deste termo, formalizo minha intenção de utilizar as informações obtidas nesta entrevista para subsidiar o desenvolvimento de meu trabalho, o qual consiste na realização de um projeto arquitetônico pensado nas mulheres chefes de família do Conjunto Mucajá. Para tanto, formalizo meu desejo de obter estas informações e reitero que quaisquer descrições pessoais eventualmente informadas, serão utilizadas única e exclusivamente para ns acadêmicos, e mediante prévia autorização, raticada a partir da assinatura deste documento.

Desde já, agradeço.

Eu, _____,

morador do APTO ___BLOCO_____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo entrevistador, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em fazer parte desta pesquisa e ter as informações concedidas por mim para serem utilizadas no referido trabalho. Macapá, __/___/2020.

Chrys de Araújo Oliveira

E-mail: arq.chrys@hotmail.com

APENDICE IV

PROJETO ARQUITETÔNICO – ATRAVESSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL: Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP).



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
ESC.: 1/2000

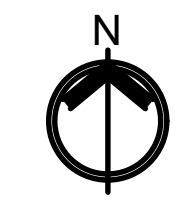
PROJETO			ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL		
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)					
LOCAL		CIDADE		ESTADO	
Conjunto Habitacional Mucajá		Macapá		Amapá	
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP					
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO					
AUTORIA			ORIENTAÇÃO		
CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA			MSC. DANIELLE COSTA GUMARÃES		
CONTEÚDO					
Planta de situação					
ESCALA	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	DATA			
1/2000	53.201,83 m ²	18/12/2020			
					01



4+1
#/# < 10#5

2.#06# &' .1%#c\1
'5%

PROJETO		\$75\$9(66\$0(1726 (175 ('C1(52 (+\$%,7\$sd-2 62&,\$/ \$UTXLWHWXUD GR FRWLGLDQR SDUD DV OXOKHUHV &KHIHV GH)	
CIDADE		ESTADO	
ARAXÁ		SPDS	
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP			
AUTORIA		FOLHA	
30DQWD GH ORFDomR		02	
ESCALA		P0	
1/2000		18/12/2020	



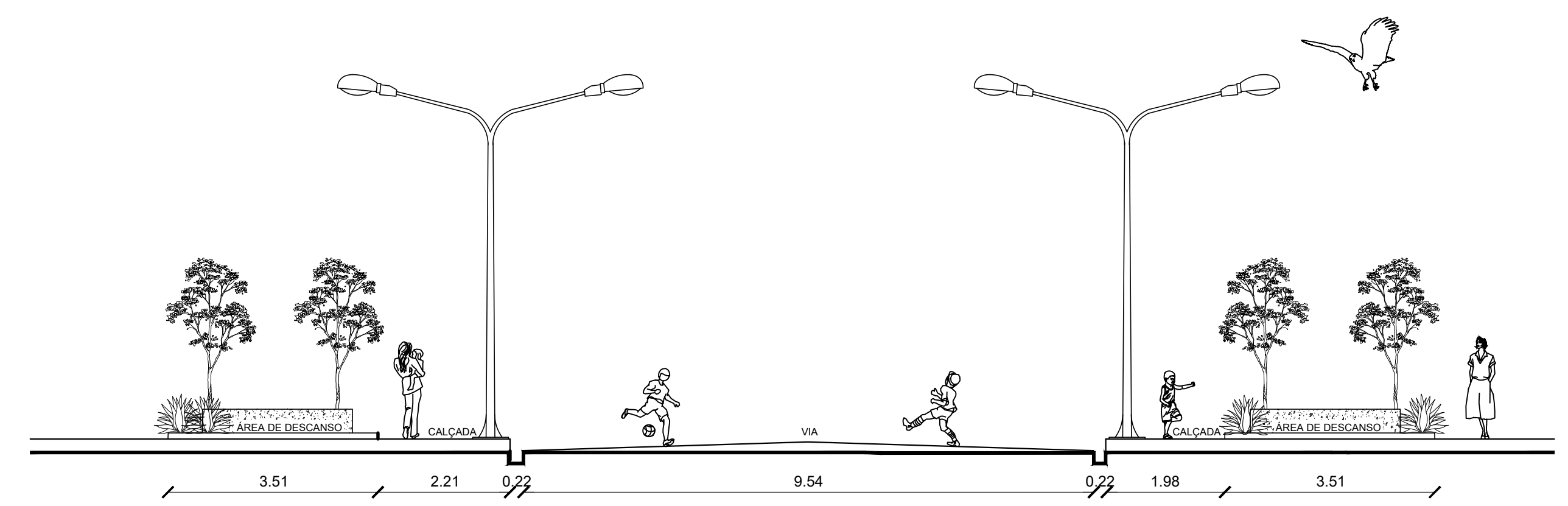
TIPOLOGIA DAS UNIDADES HABITACIONAIS

PRAÇA DO MUCAJÁ

TIPOLOGIA DA ÁREA DE DESCANSO

DETALHE 01: CORTE DE VIA

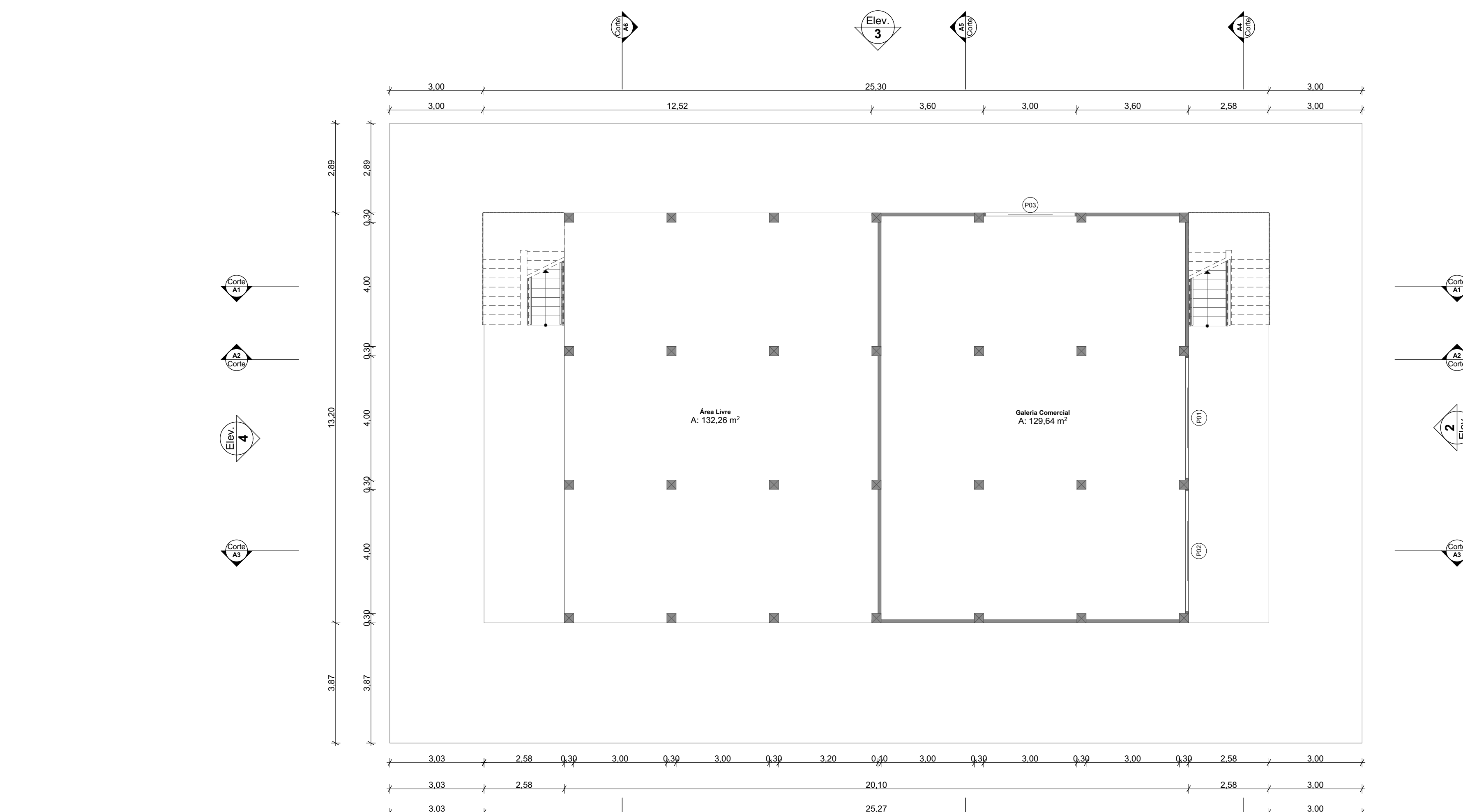
CRECHE



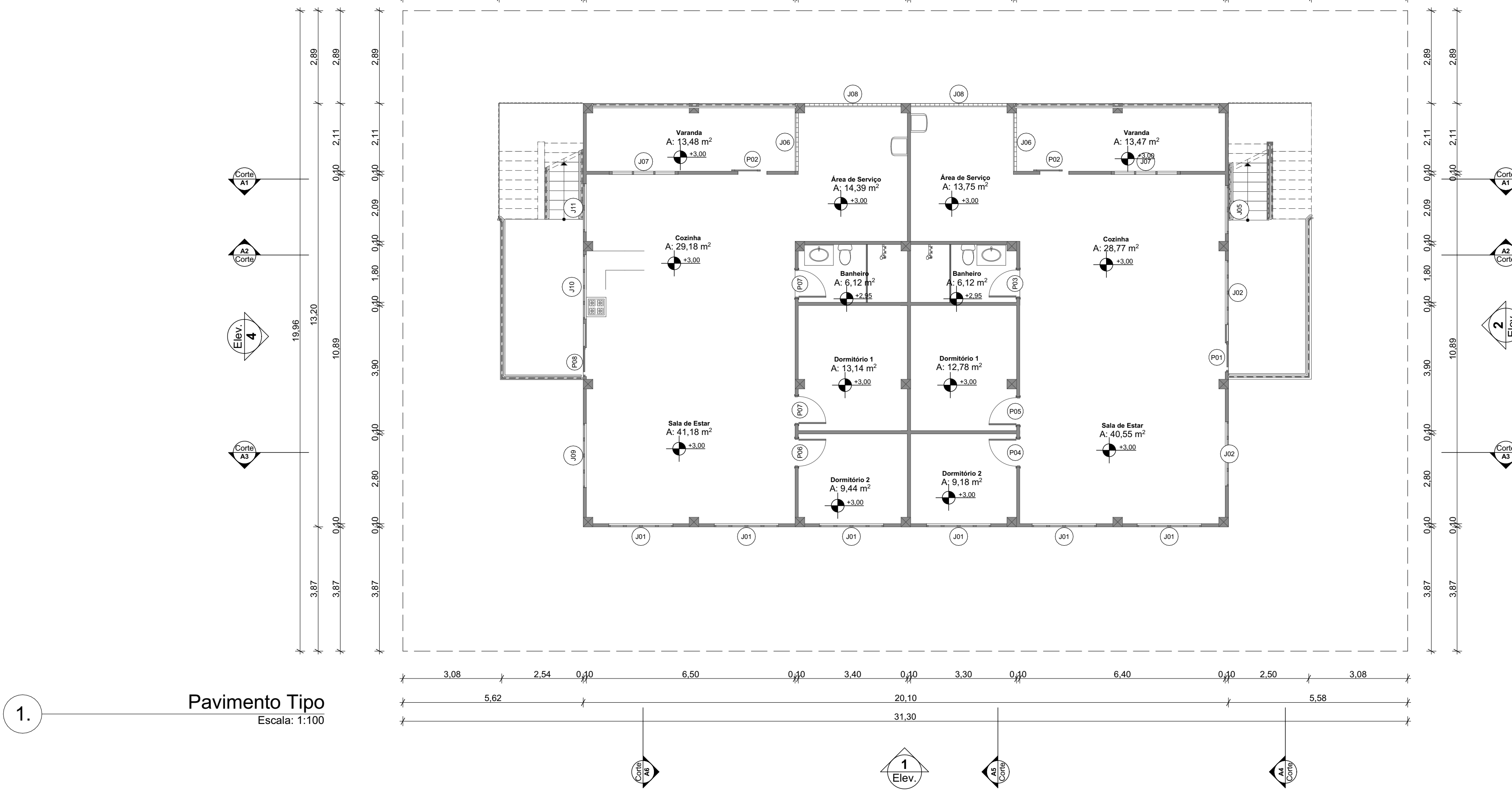
4 DETALHE DAS VIAS
ESC.: 1/75

3 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESC.: 1/500

PROJETO		\$75\$9(66\$0(1726 (175(°Ç1(52 (+\$%,7\$d-2 62&,\$/	
		Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)	
Cidade Habitacional Mucajá		CIDADE	ESTADO
		Macapá	Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP			
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
AUTORIA		ORIENTAÇÃO	
&+5<6 '(\$5\$0-2 2/,9(,5\$		06 & '\$1,(// (&267\$ *8,0\$5-(
CONTEUDO		30DQWD GH ,PSODQWd m R	
Detalhe das Vias			
ESCALA	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	DATA	03
1/500 1/75		P C 18/12/2020	



0. Pavimento Térreo
Escala: 1:100

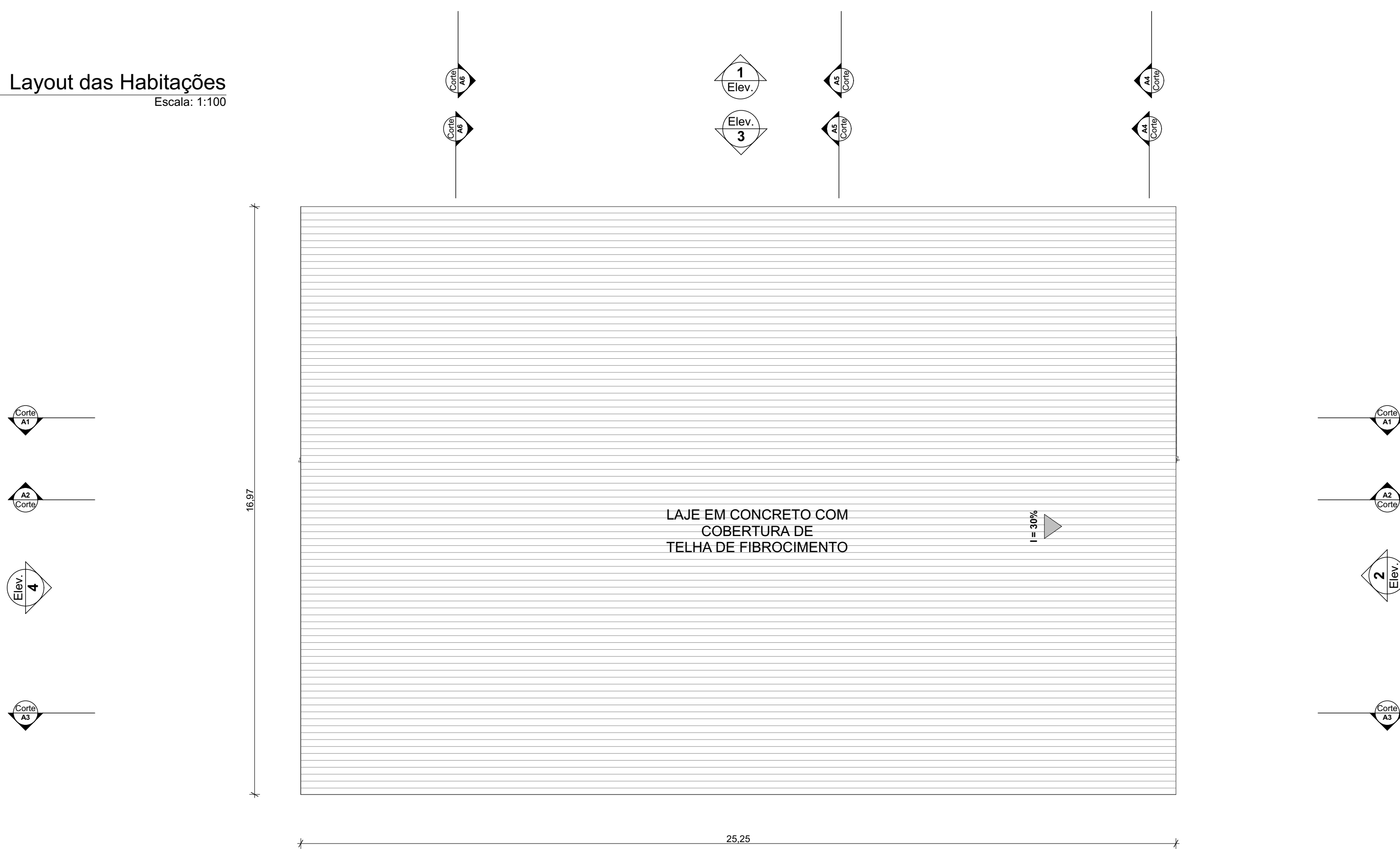


1. Pavimento Tipo
Escala: 1:100

PROJETO			ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL		
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)					
LOCAL	CIDADE	ESTADO			
Conjunto Habitacional Mucajá	Macapá	Amapá			
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP					
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO					
AUTORIA			ORIENTAÇÃO		
CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA			MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES		
CONTEUDO					
HABITAÇÃO - Planta Baixa - Pavimento Térreo e Pavimento Tipo					
ÁREA TOTAL DA UNIDADE HABITACIONAL	ÁREA TOTAL DO BLOCO	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA			
128,85 m²	309,88 m²	624,86 m²			
ESCALA	DATA				
1:100	18/12/20				

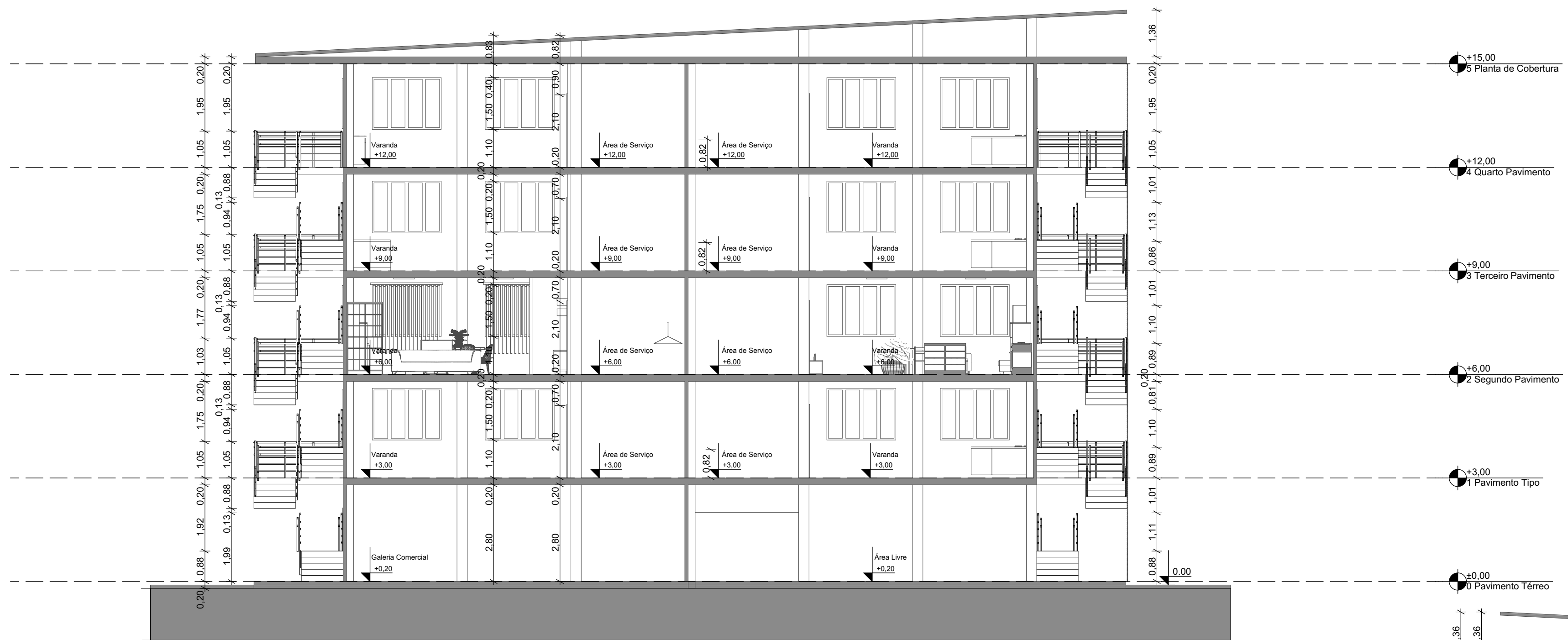


2. Layout das Habitações
Escala: 1:100



5. Planta de Cobertura
Escala: 1:100

PROJETO			ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL		
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)					
LOCAL	CIDADE	ESTADO			
Conjunto Habitacional Mucajá	Macapá	Amapá			
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP					
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO					
AUTORIA	ORIENTAÇÃO				
CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES				
CONTEUDO					FOLHA
HABITAÇÃO - Planta de Cobertura e Layout					5
ÁREA TOTAL DA UNIDADE HABITACIONAL	ÁREA TOTAL DO BLOCO	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA			
128,85 m²	309,88 m²	624,86 m²			
ESCALA	DATA				
1:100	18/12/20				



A1 Corte
Escala: 1:100

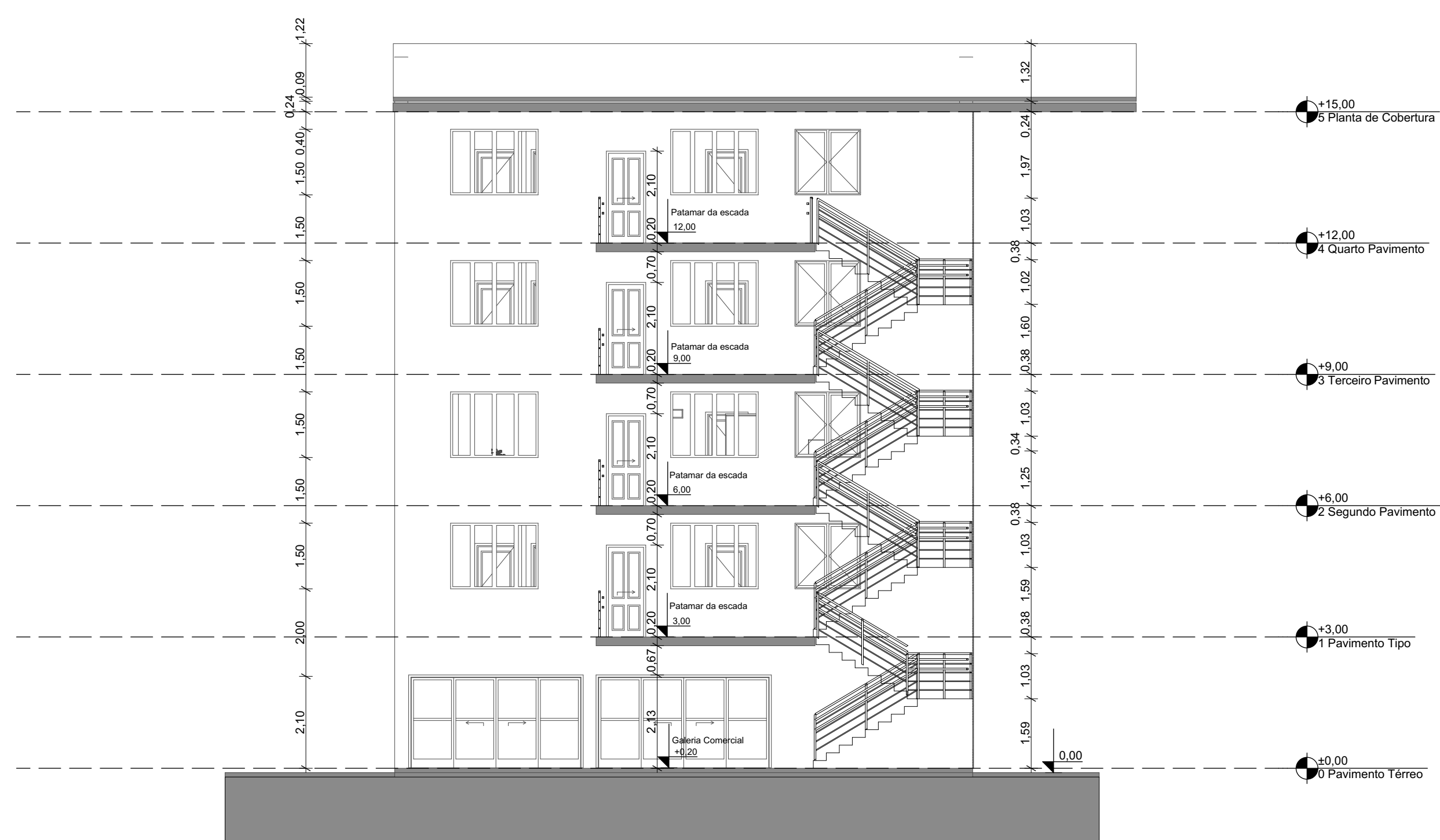


A2 Corte
Escala: 1:100

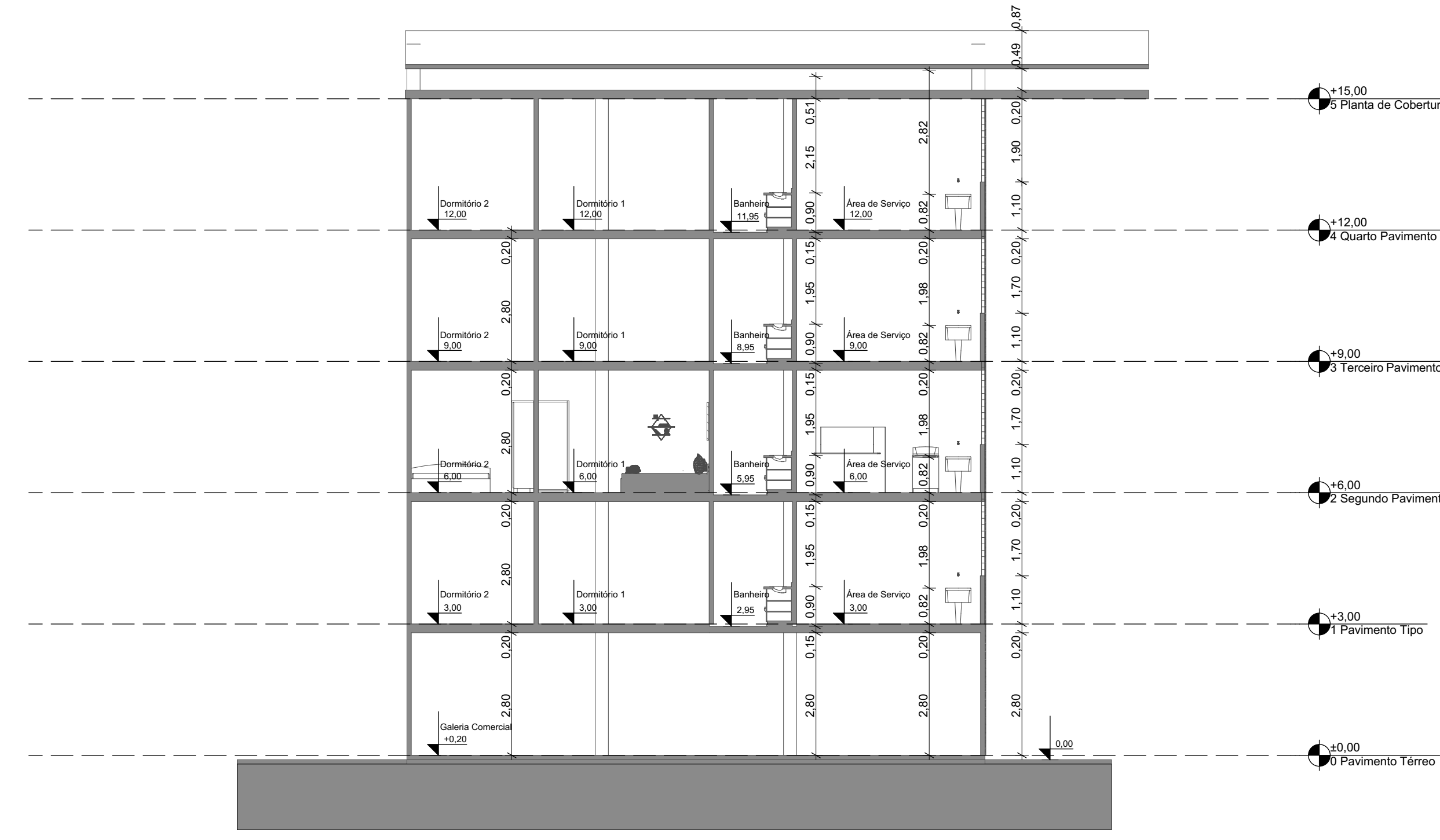


A3 Corte
Escala: 1:100

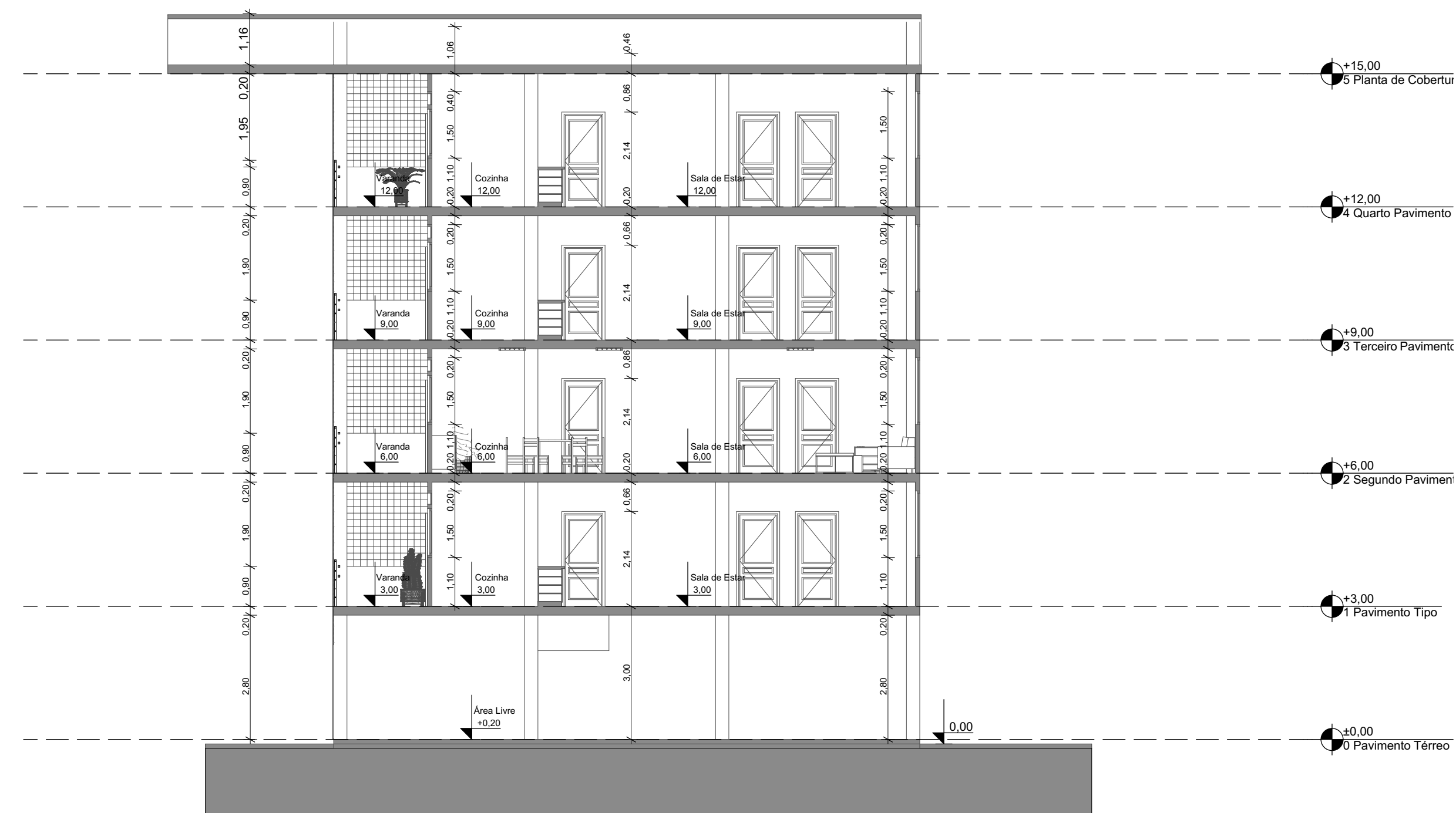
PROJETO ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEUDO HABITAÇÃO - Cortes A1, A2 e A3		FOLHA
ÁREA TOTAL DA UNIDADE HABITACIONAL 128,85 m²	ÁREA TOTAL DO BLOCO 309,88 m²	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 624,86 m²
ESCALA 1:100	DATA 18/12/20	



A4 Corte
Escala: 1:100

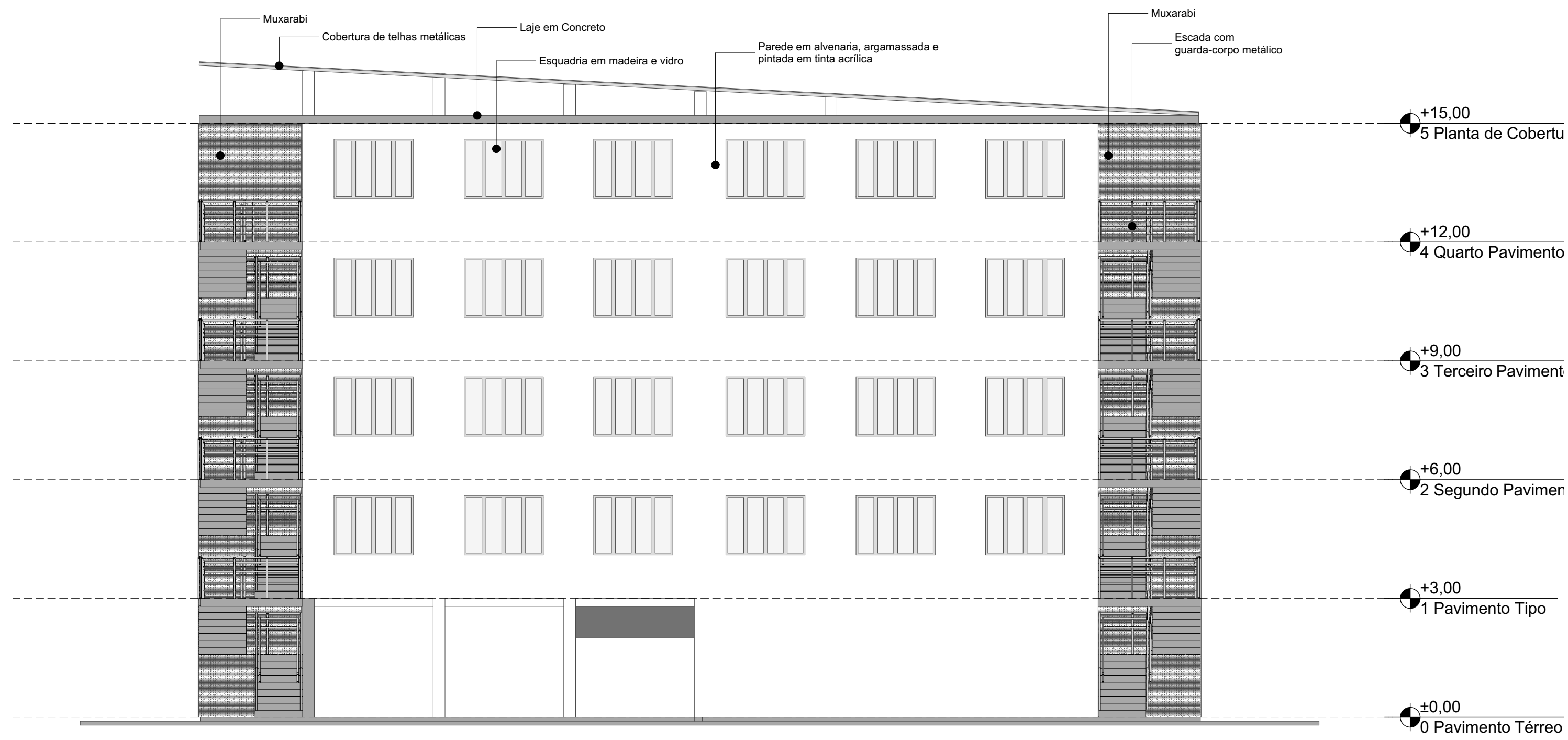


A5 Corte
Escala: 1:100



A6 Corte
Escala: 1:100

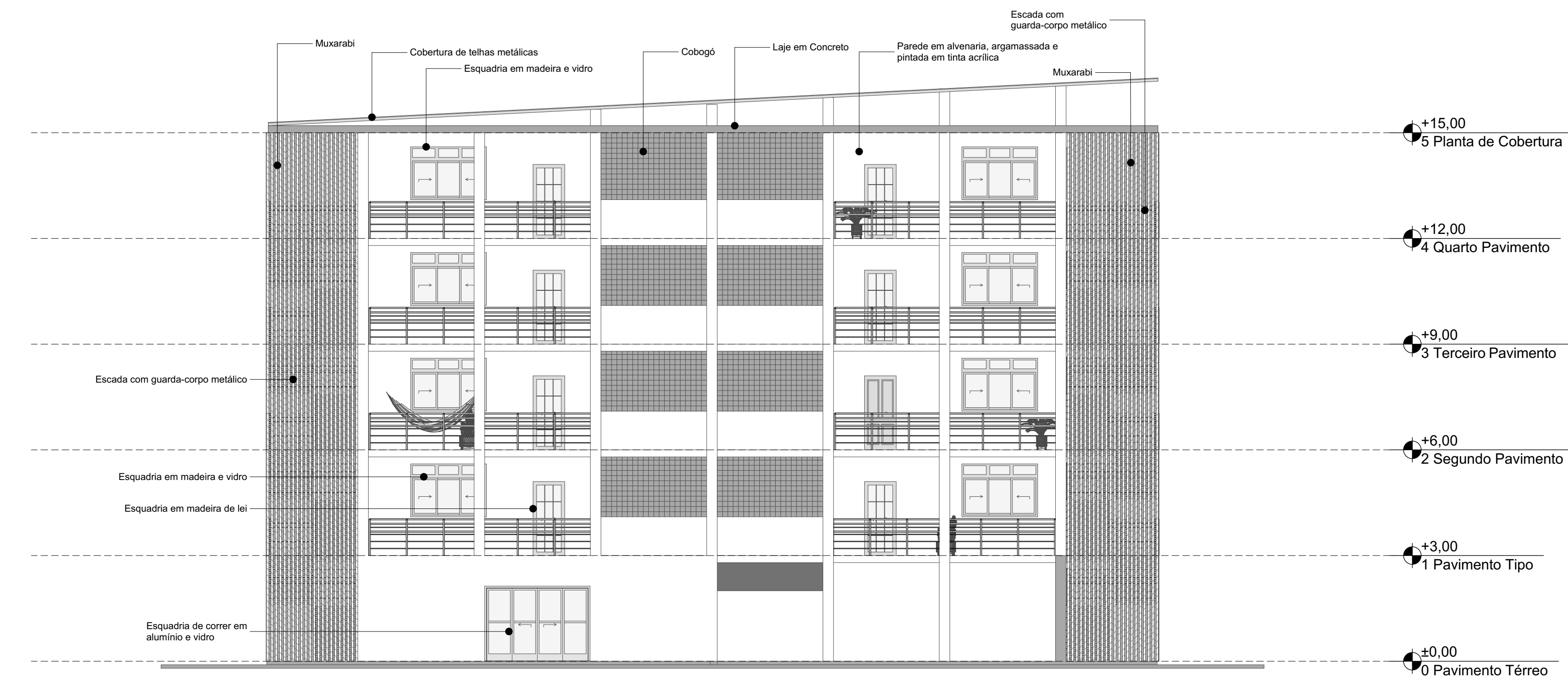
PROJETO		
ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL		
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL	CIDADE	ESTADO
Conjunto Habitacional Mucajá	Macapá	Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA	ORIENTAÇÃO	
CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEUDO	FOLHA	
HABITAÇÃO - Cortes A4, A5 e A6	7	
ÁREA TOTAL DA UNIDADE HABITACIONAL	ÁREA TOTAL DO BLOCO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA
128,85 m²	309,88 m²	624,86 m²
ESCALA	DATA	
1:100	18/12/20	



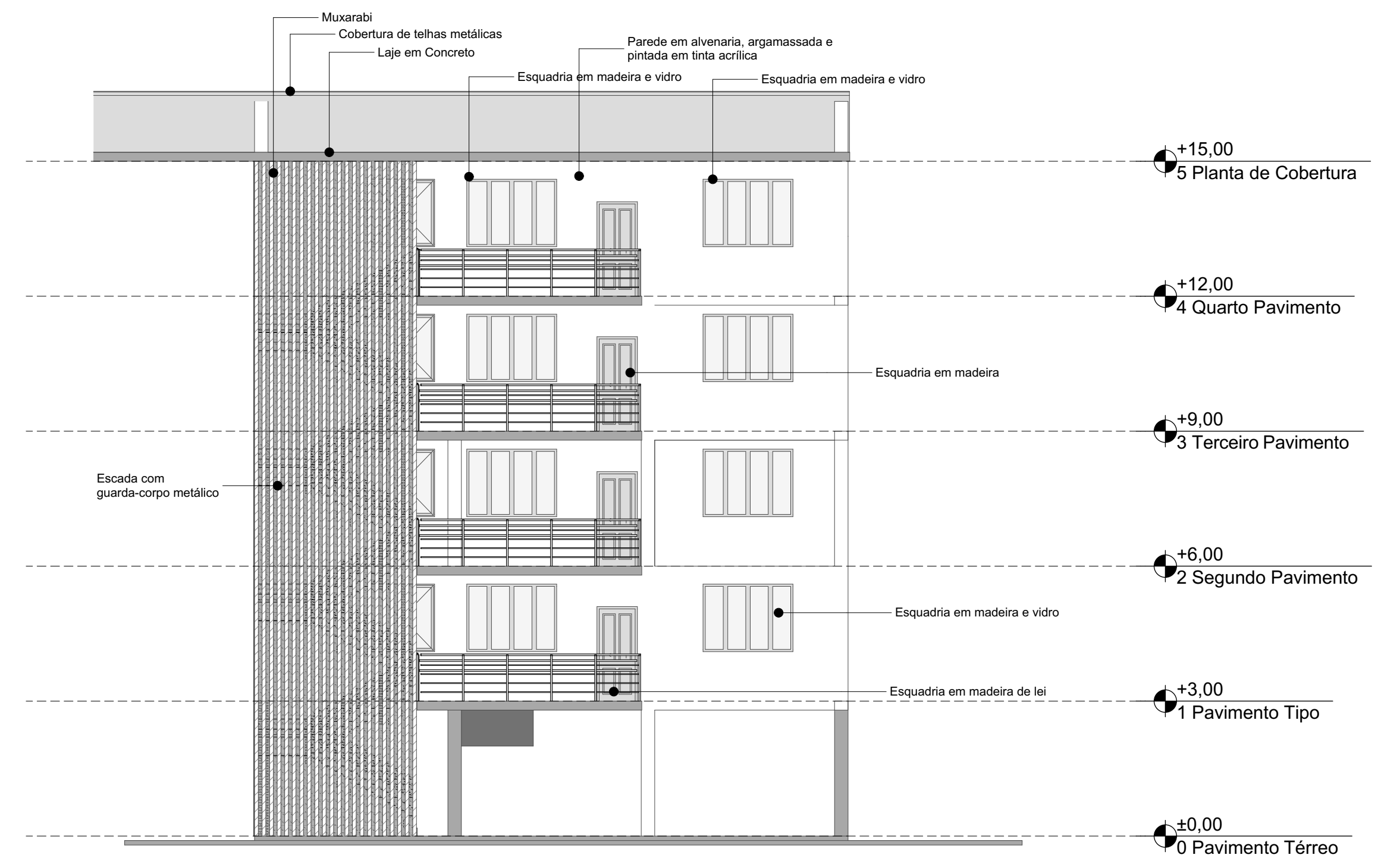
1 Elevação
Escala: 1:100



2 Elevação
Escala: 1:100



3 Elevação
Escala: 1:100



4 Elevação
Escala: 1:100

PROJETO ATRAVESSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEUDO HABITAÇÃO - Elevações		FOLHA
ÁREA TOTAL DA UNIDADE HABITACIONAL 128,85 m²	ÁREA TOTAL DO BLOCO 309,88 m²	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA 624,86 m²
ESCALA 1:100	DATA 18/12/20	



VOLUMETRIA - VISTA FRONTAL



VISTA INTERNA - COZINHA

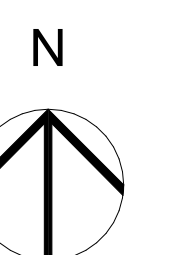
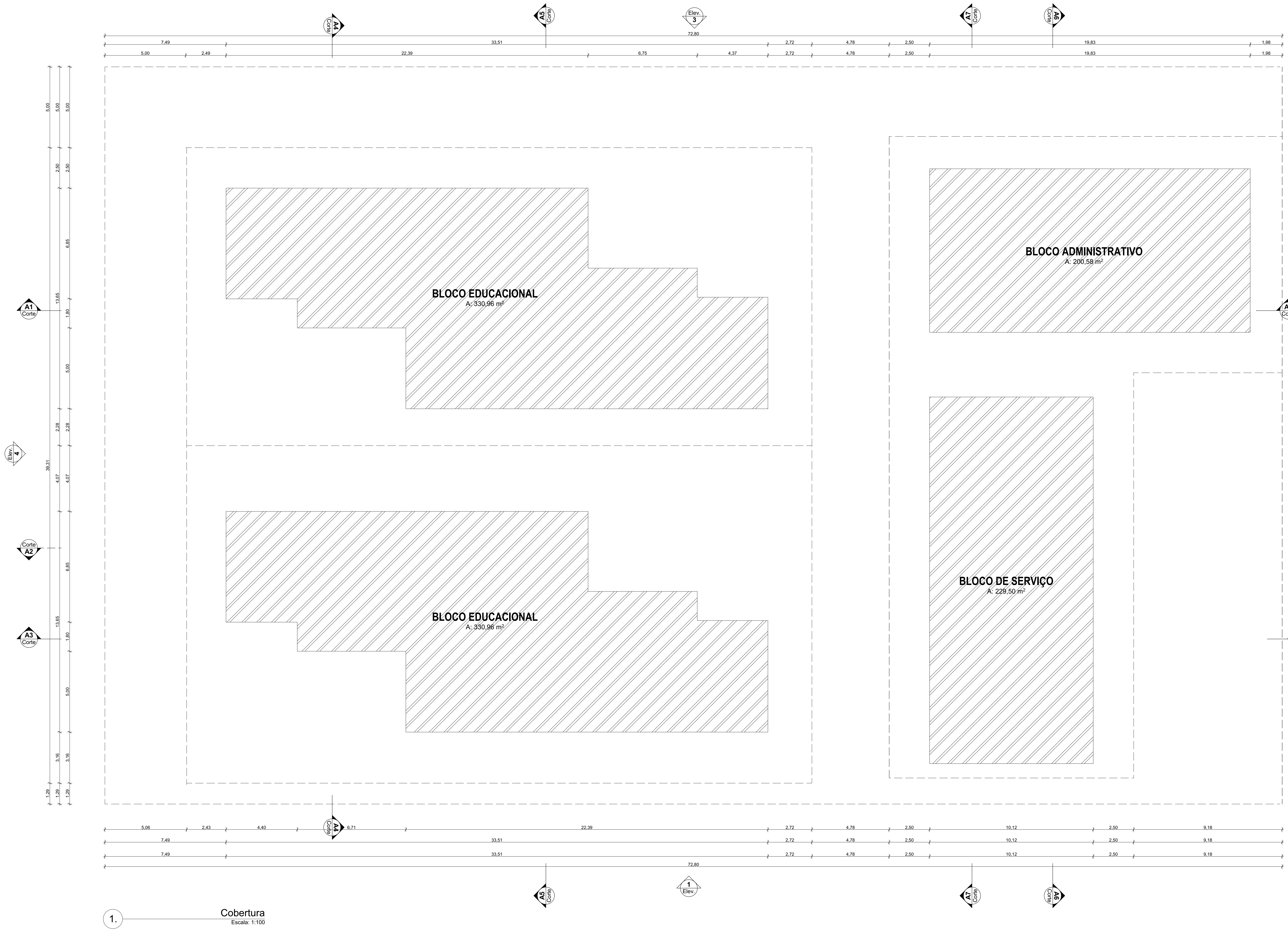


VOLUMETRIA - VISTA POSTERIOR

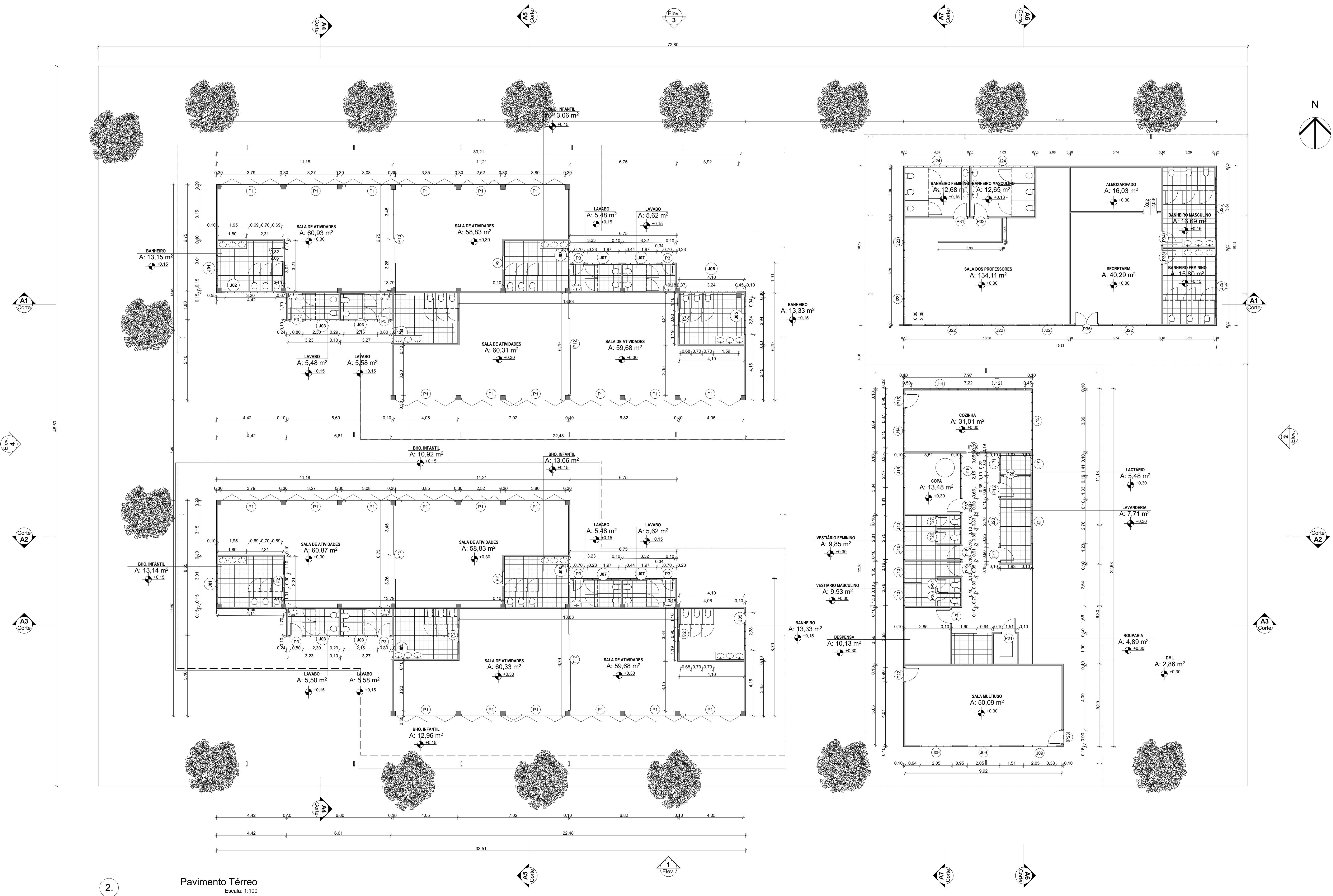


VISTA INTERNA - DORMITÓRIO

PROJETO			ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL		
			Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL	CIDADE	ESTADO			
Conjunto Habitacional Mucajá	Macapá	Amapá			
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP					
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO					
AUTORIA			ORIENTAÇÃO		
CHRYL DE ARAÚJO OLIVEIRA			MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES		
CONTEÚDO					FOLHA
HABITAÇÃO - Volumetria					
ÁREA TOTAL DA UNIDADE HABITACIONAL	ÁREA TOTAL DO BLOCO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA			
128,85 m²	309,88 m²	624,86 m²			
ESCALA	DATA				
	18/12/20				



PROJETO: ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL: Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE: Macapá	ESTADO: Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA: CHRYNS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO: MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO: Planta de Implantação		FOLHA:
ESCALA: 1:100	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA: 3.320,02 m ²	DATA: 18/12/2020



2. Pavimento Térreo
Escala: 1:100

Mapa de Portas

ID	Quant.	Dimensão	Altura da Porta	Tipo de Abertura	Material
P01	2	2,52x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P02	10	3,79x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P03	12	3,85x2,10	2,10	Correr 2 Folhas	Alumínio; Vidro
P04	2	0,80x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P05	2	0,70x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P06	2	0,70x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P08	1	0,90x2,10	2,04	Abriç Simples	Madeira
P09	1	0,90x2,10	2,05	Abriç Simples	Madeira
P10	2	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P11	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	PVC
P12	2	6,47x2,10	2,10	Correr 4 Folhas	Alumínio; PVC
P13	2	6,25x2,10	2,10	Correr 4 Folhas	Alumínio; PVC
P15	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P16	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P17	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P18	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P19	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P20	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P21	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P22	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P23	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P24	1	0,60x2,10	2,10	Abriç Simples	Alumínio
P25	1	0,60x2,10	2,10	Abriç Simples	Alumínio
P26	1	0,60x2,10	2,10	Abriç Simples	Alumínio
P27	1	0,60x2,10	2,10	Abriç Simples	Alumínio
P28	1	0,90x2,10	2,10	Correr 2 Folhas	Vidro
P29	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	PVC
P31	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P32	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P33	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P34	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P35	1	1,50x2,10	2,10	Abriç Dupla	Alumínio; Vidro
P36	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Alumínio; Madeira
P37	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Madeira
P38	1	0,90x2,10	2,10	Correr 2 Folhas	Alumínio; Vidro
P39	1	0,90x2,10	2,10	Abriç Simples	Alumínio

Quadro de Janelas

ID	Tipo de Janela	Quant.	Dimensão	Altura do Peitoril	Material
J01	Cobogó 21	2	2,49x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J02	Cobogó 21	1	3,20x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J03	Cobogó 21	4	2,12x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J04	Cobogó 21	2	1,40x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J05	Cobogó 21	2	2,38x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J06	Cobogó 21	1	3,24x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J07	Cobogó 21	4	1,87x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J08	Cobogó 21	2	1,80x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J09	Janela de Co...	3	2,05x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J10	Cobogó 21	4	1,30x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J11	Janela de Co...	1	3,60x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J12	Janela de Co...	1	3,60x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J13	Janela de Co...	1	3,60x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J14	Janela de Co...	1	2,15x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J15	Janela de Co...	1	2,15x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J16	Janela de Co...	1	2,15x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J17	Janela de Co...	1	1,00x1,00	0,90	Alumínio; Vidro
J19	Janela de Co...	1	1,00x1,00	0,90	Alumínio; Vidro
J20	Cobogó 21	1	2,76x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J21	Cobogó 21	1	2,76x1,50	0,90	Alumínio; Vidro
J22	Janela de Co...	4	2,15x1,00	0,90	Alumínio; Vidro
J23	Janela de Co...	2	2,15x1,00	0,90	Alumínio; Vidro
J24	Cobogó 21	1	4,03x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J24	Cobogó 21	1	4,07x0,60	2,10	Alumínio; Vidro
J25	Cobogó 21	2	4,00x0,60	2,10	Alumínio; Vidro

PROJETO: ATRAVESSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)

LOCAL: Conjunto Habitacional Mucajá CIDADE: Macapá ESTADO: Amapá

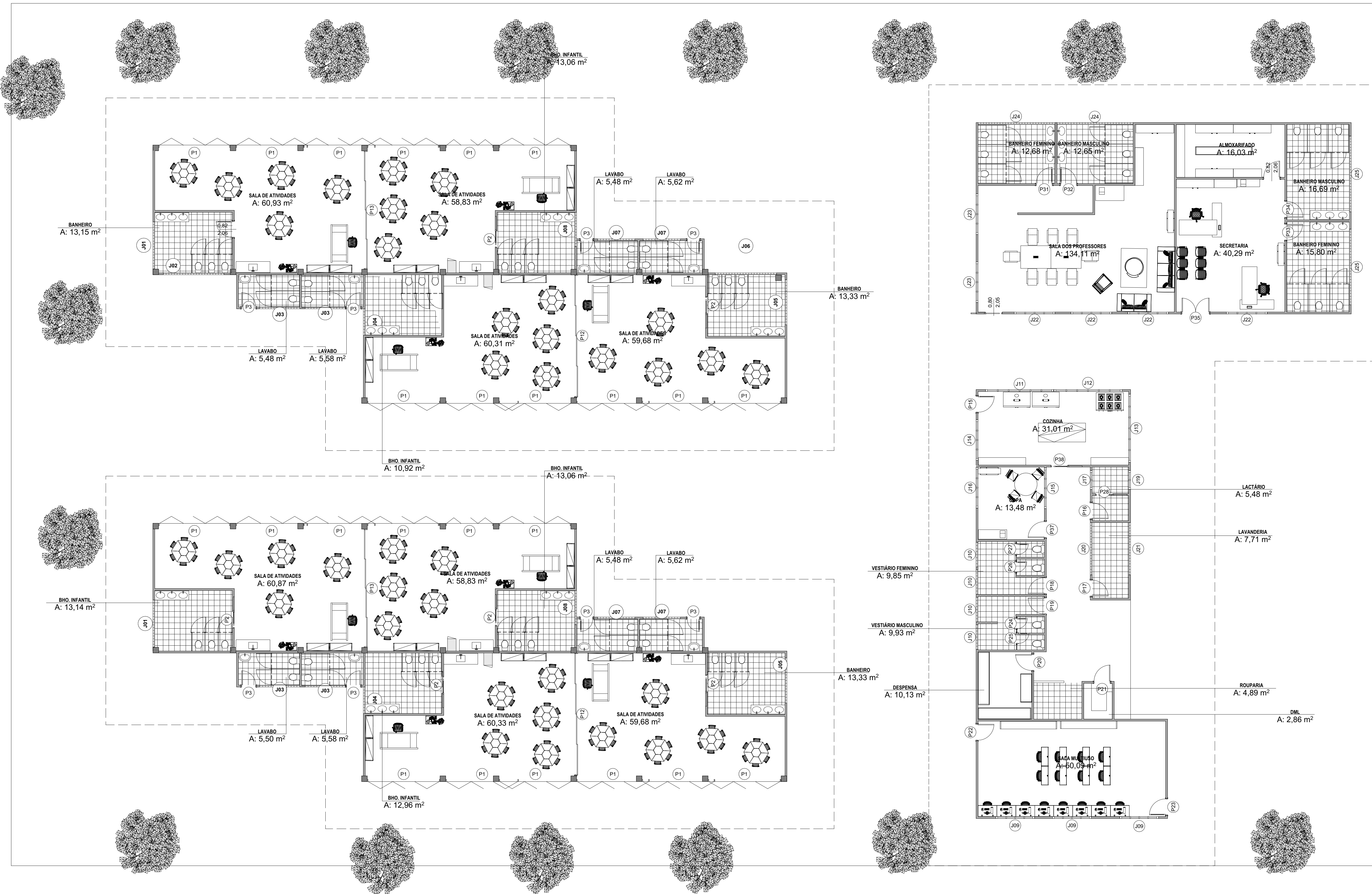
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

AUTORIA: CHRYSS DE ARAÚJO OLIVEIRA ORIENTAÇÃO: MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES

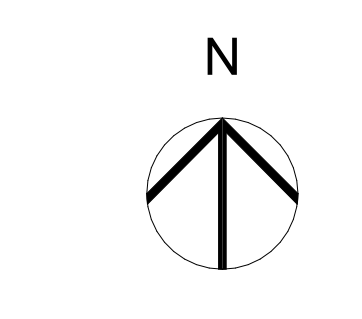
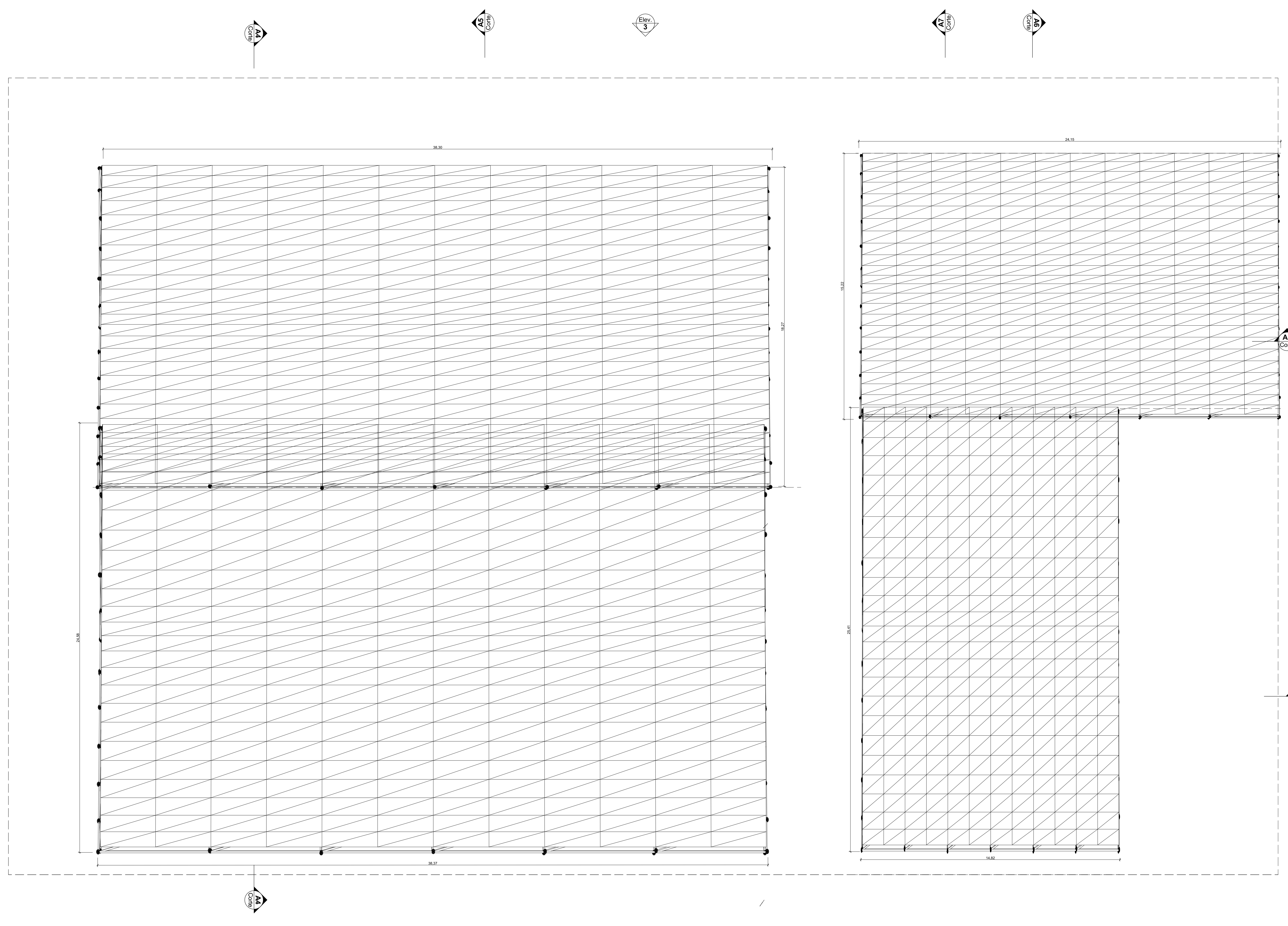
CONTEÚDO: Planta Baixa - Pavimento Térreo

ESCALA: 1:1, 1:100 ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA: 3.320,02 m² DATA: 18/12/2020

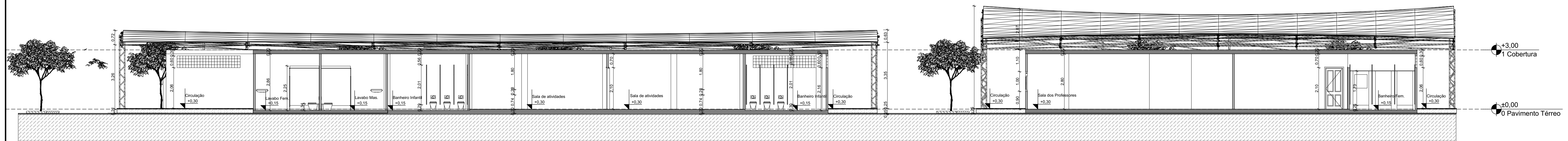


1 Layout
Escala: 1:100

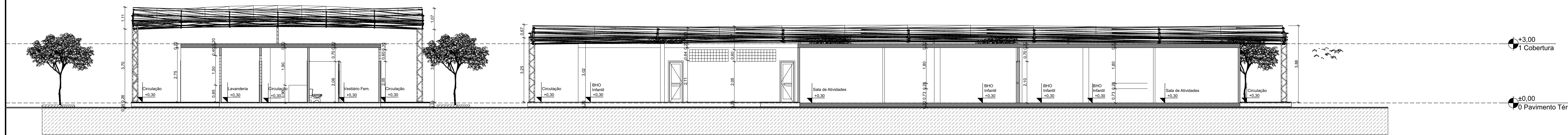
PROJETO	ATRAVSSAMENTOS ENTRE GNERO E HABITAOO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Familia do Conjunto Mucaj, em Macap (AP)	
LOCAL	CIDADE	ESTADO
Conjunto Habitacional Mucaj	Macap	Amap
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSO DE CURSO		
AUTORIA	ORIENTAO	
CHRYS DE ARAUJO OLIVEIRA	MSC. DANIELLE COSTA GUIMARAES	
CONTEUDO	FOLHA	
Layout da Creche		
ESCALA	AREA TOTAL CONSTRUIDA	DATA
1:100	3.320,02 m²	18/12/2020



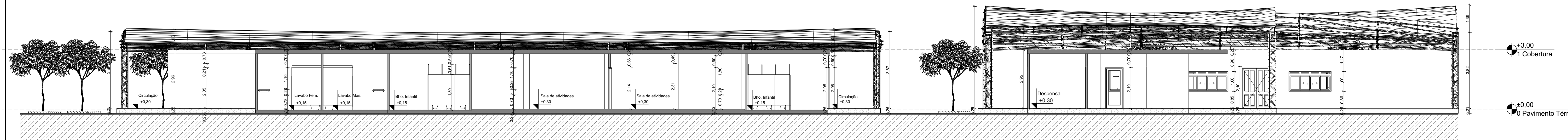
PROJETO: ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL: Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE: Macapá	ESTADO: Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA: CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO: MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO: Cobertura		FOLHA:
ESCALA: 1:100	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA: 3.320,02 m²	DATA: 18/12/2020



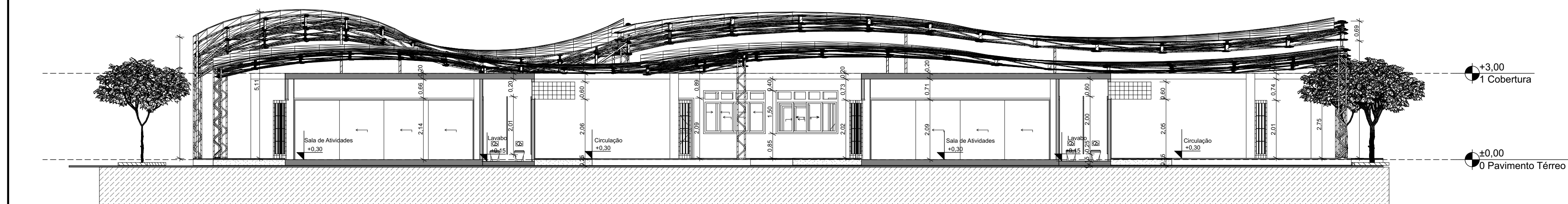
A1 Corte
Escala: 1:100



A2 Corte
Escala: 1:100

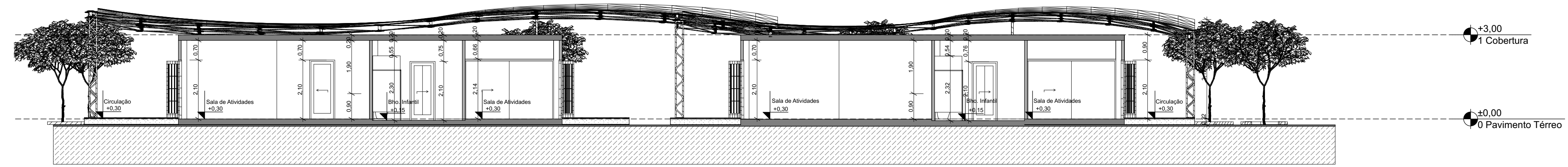


A3 Corte
Escala: 1:100

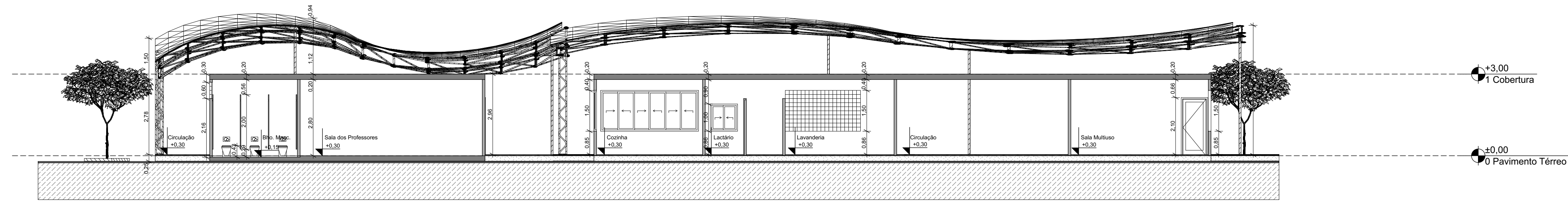


A4 Corte
Escala: 1:100

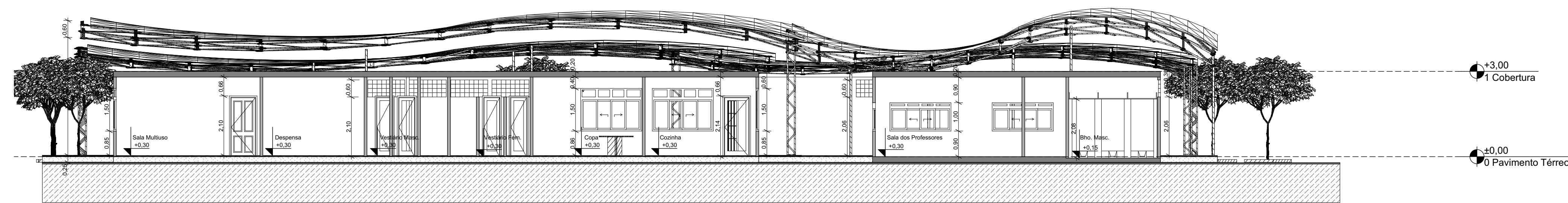
PROJETO ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Muçajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Muçajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO Cortes		FOLHA 14
ESCALA 1:100	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 3.320,02 m ²	DATA 18/12/2020



A5 Corte
Escala: 1:100

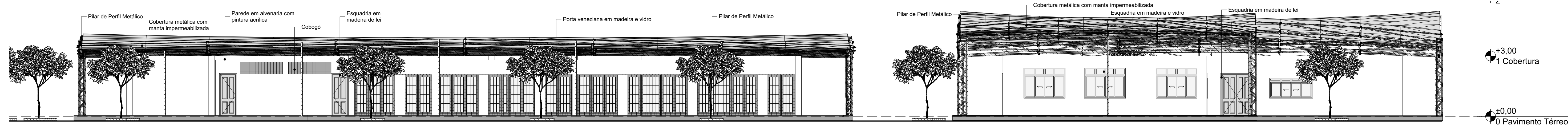


A6 Corte
Escala: 1:100

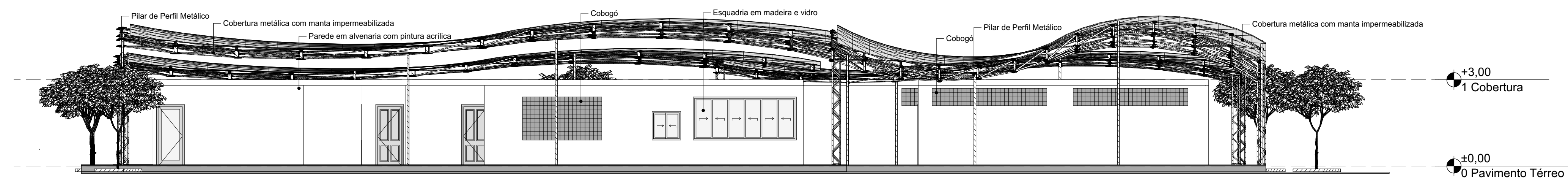


A7 Corte
Escala: 1:100

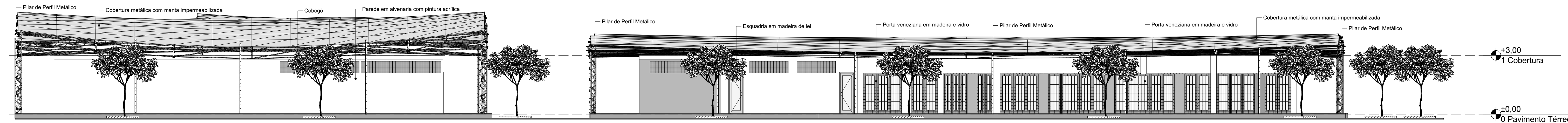
PROJETO ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO <p style="text-align: center;">Cortes</p>		FOLHA
ESCALA 1:100	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA 3.320,02 m ²	DATA 18/12/2020



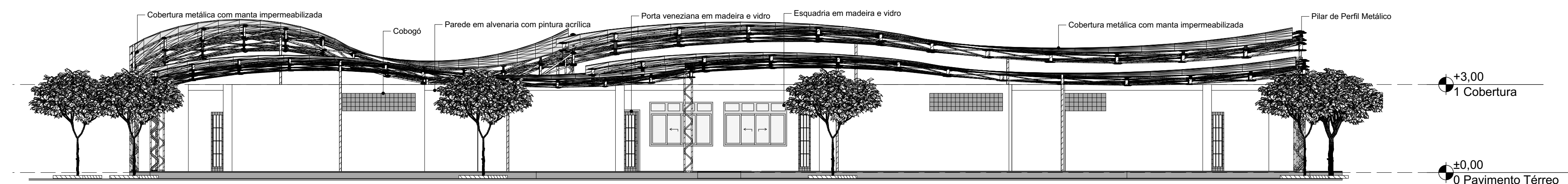
1 Elevação
Escala: 1:100



2 Elevação
Escala: 1:100

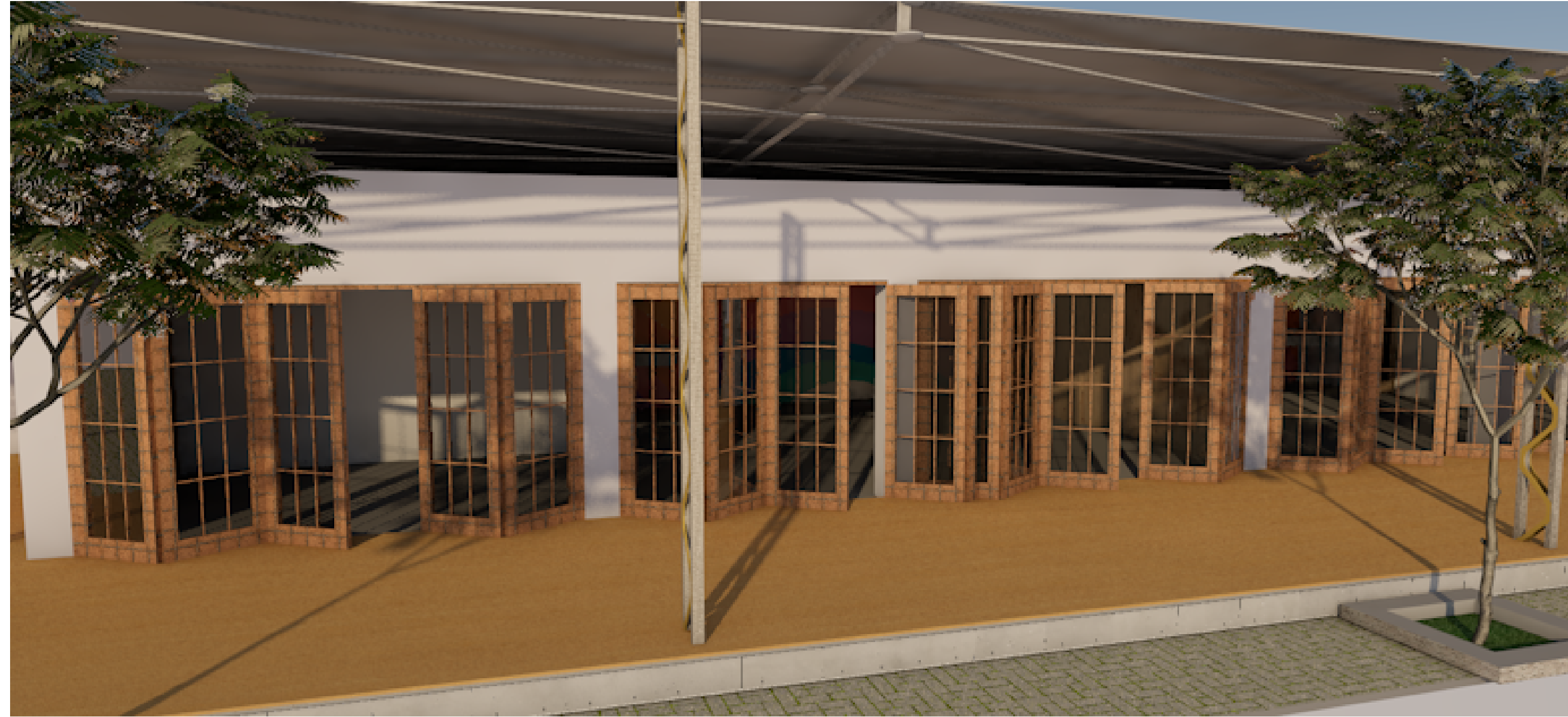


3 Elevação
Escala: 1:100



4 Elevação
Escala: 1:100

PROJETO			ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL		
			Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL	CIDADE	ESTADO			
Conjunto Habitacional Mucajá	Macapá	Amapá			
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP					
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO					
AUTORIA			ORIENTAÇÃO		
CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA			MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES		
CONTEÚDO			FOLHA		
Elevações					
ESCALA	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	DATA			
1:100	3.320,02 m²	18/12/2020			



BLOCO EDUCACIONAL - FACHADA COM PORTAS EM VENEZIANA



BLOCO EDUCACIONAL E SERVIÇO - CIRCULAÇÃO

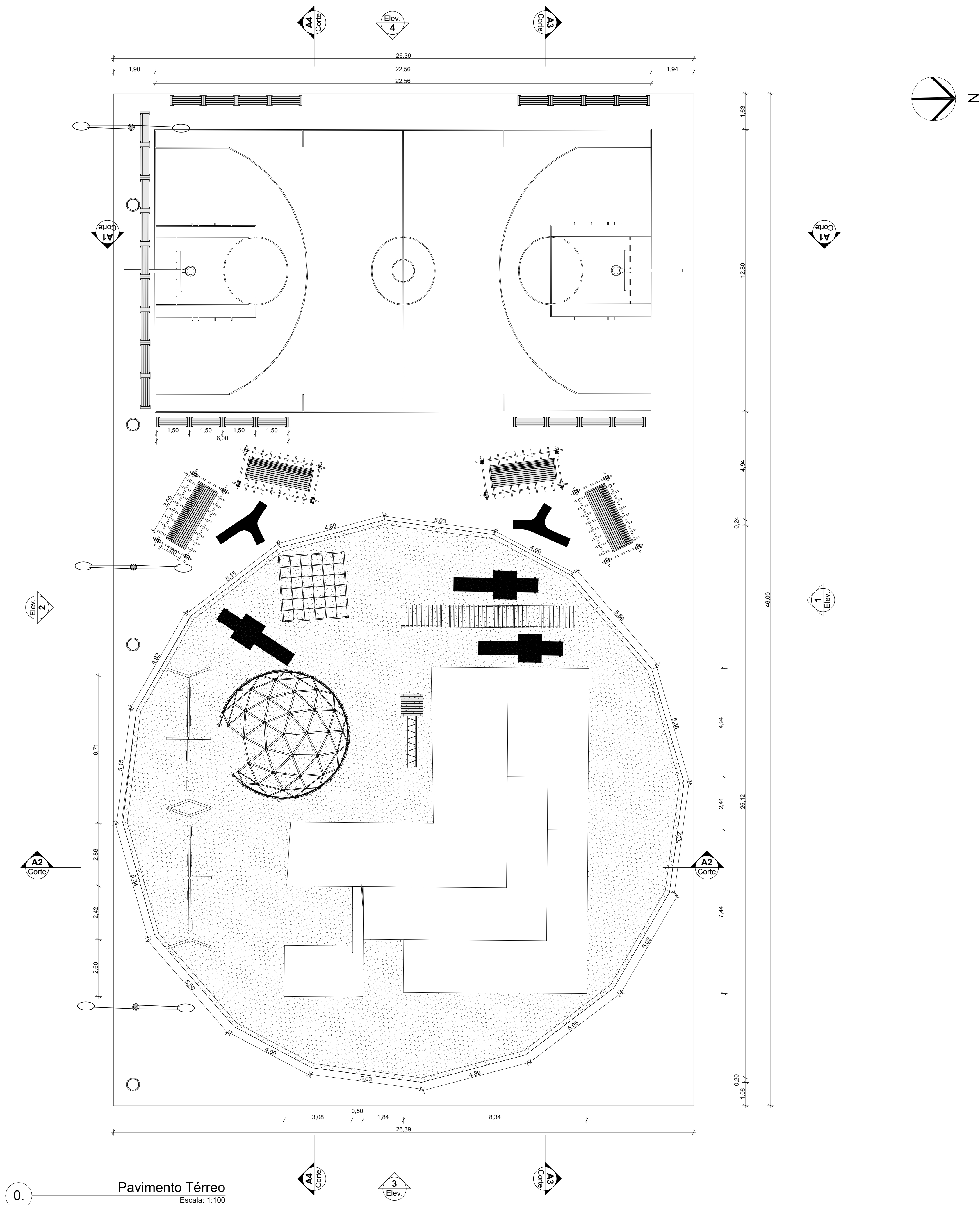


BLOCO EDUCACIONAL - ÁREA EXTERNA

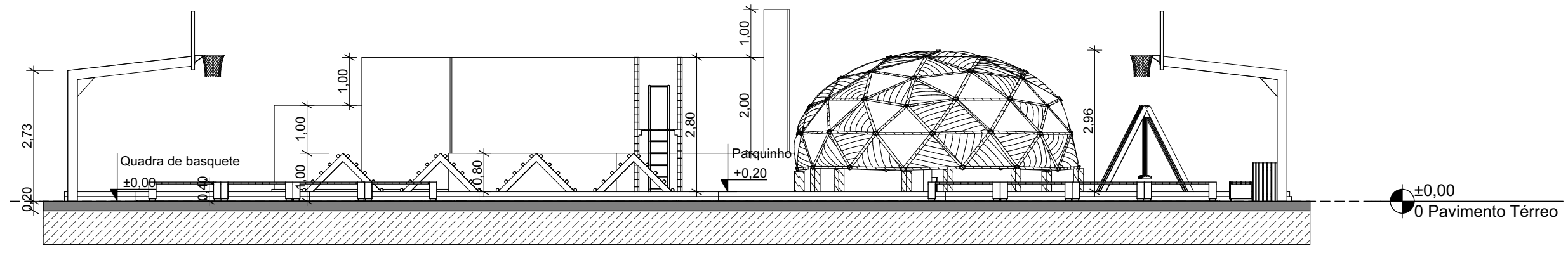


BLOCO DE SERVIÇO - ÁREA EXTERNA

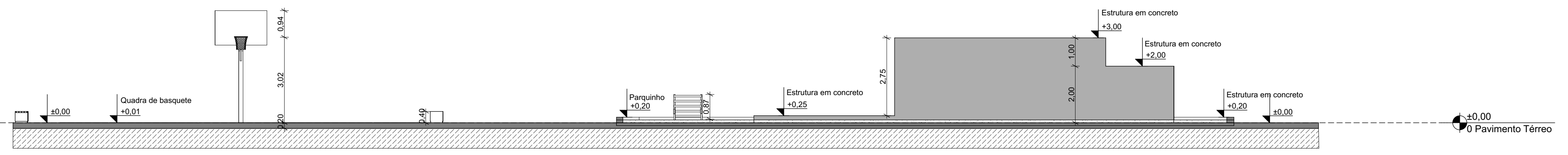
PROJETO ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO Volumetria - Creche		FOLHA
ESCALA	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA 3.320,02 m²	DATA 18/12/2020



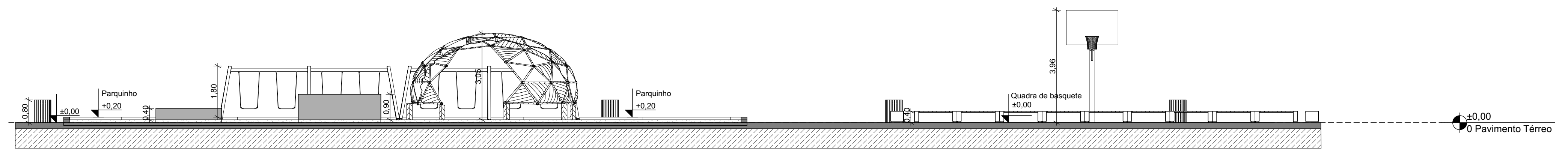
PROJETO ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRY'S DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEUDO Planta baixa - Praça do Mucajá		FOLHA
ESCALA 1:100	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 1.214,13 m ²	DATA 18/12/20



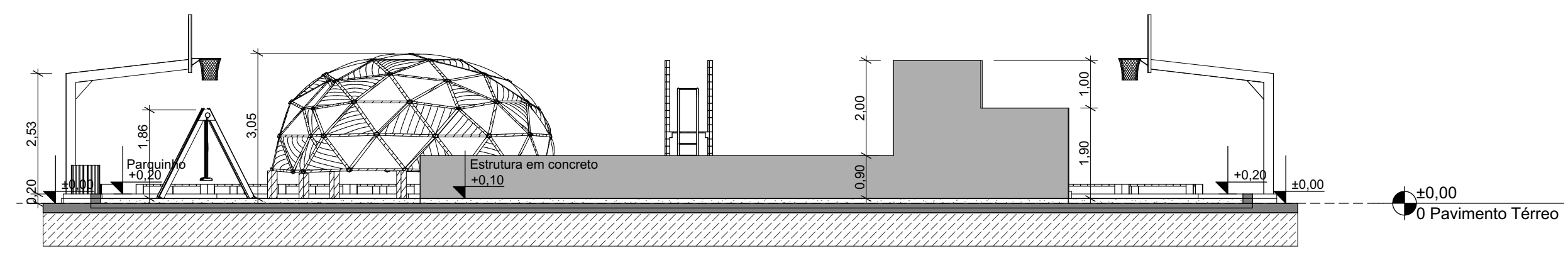
A1
Corte
Escala: 1:100



A3
Corte
Escala: 1:100



A4
Corte
Escala: 1:100

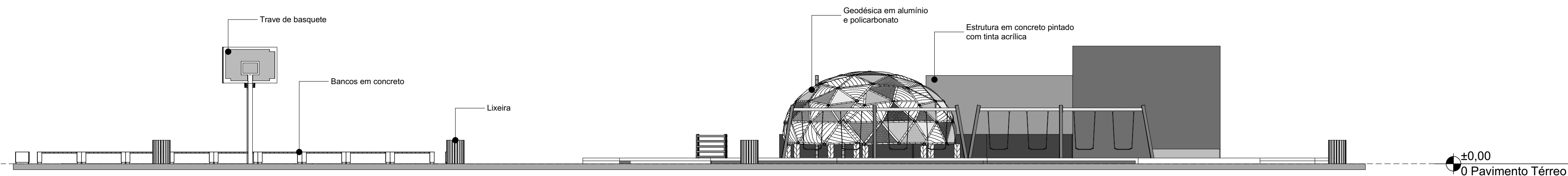


A2
Corte
Escala: 1:100

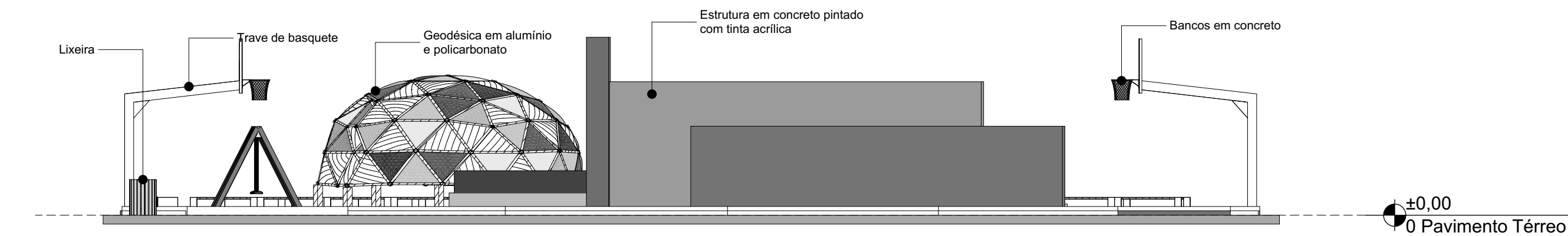
PROJETO ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO Cortes		FOLHA
ESCALA 1:100	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	DATA 04/01/2021



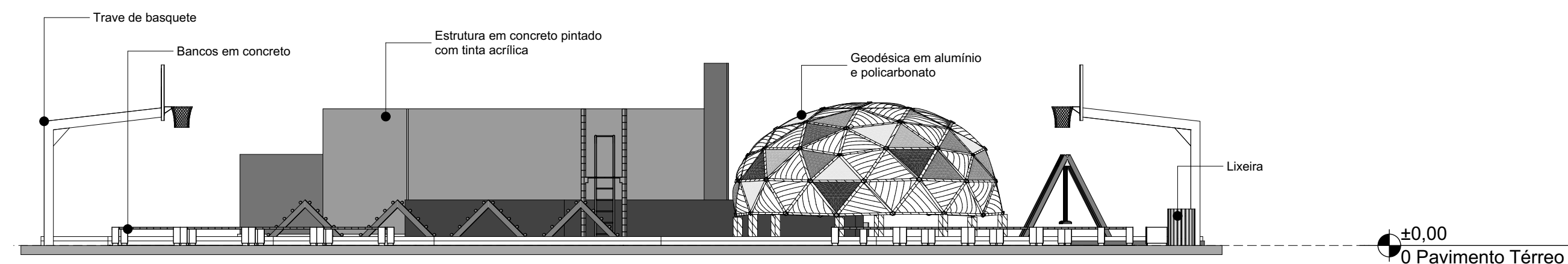
1 Elevação
Escala: 1:100



2 Elevação
Escala: 1:100



3 Elevação
Escala: 1:100



4 Elevação
Escala: 1:100

PROJETO ATRAVESSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)		
LOCAL Conjunto Habitacional Mucajá	CIDADE Macapá	ESTADO Amapá
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
AUTORIA CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA	ORIENTAÇÃO MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO Elevações		FOLHA
ESCALA 1:100	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	DATA 04/01/2021



VISTA GERAL DA PRAÇA



VISTA LATERAL DA PRAÇA

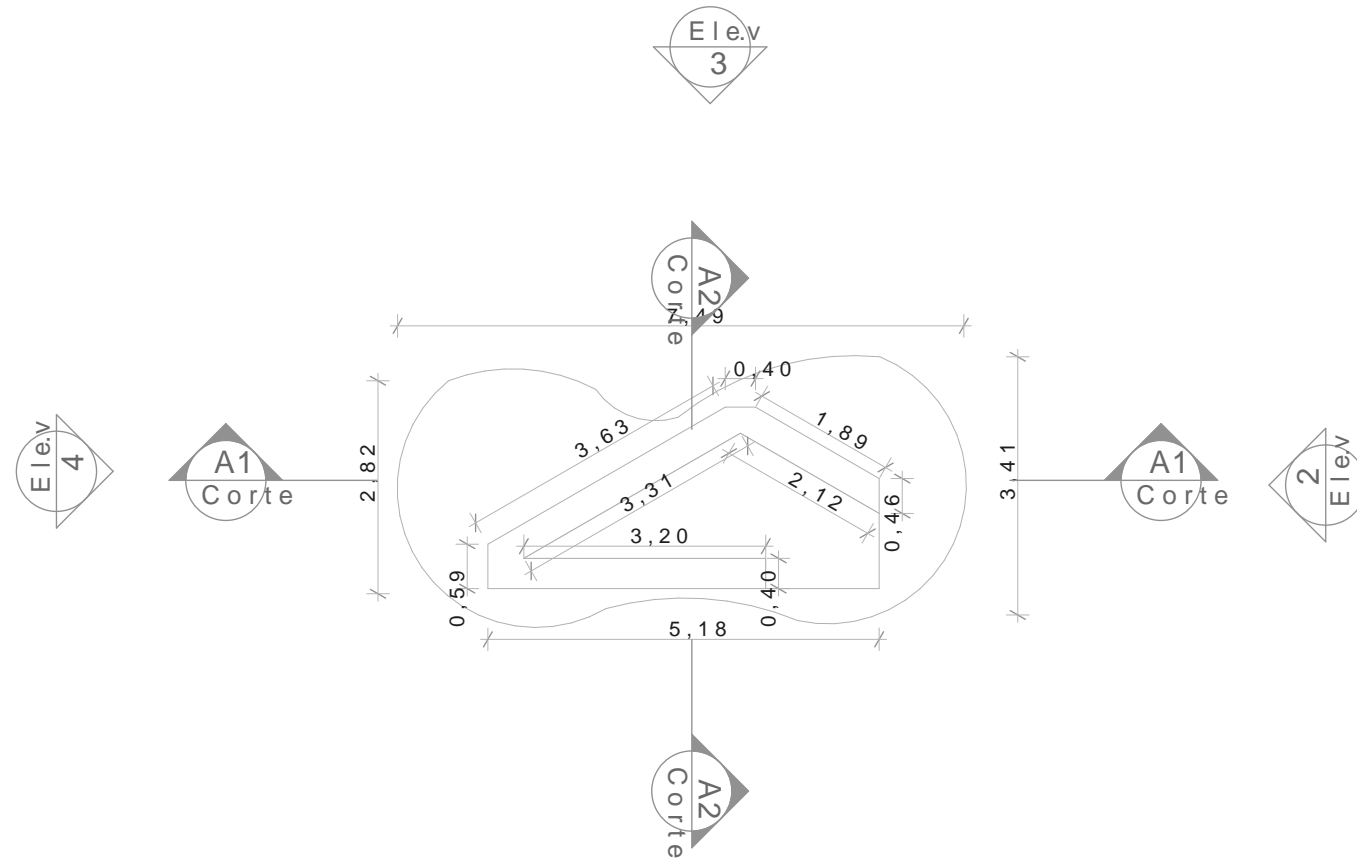


VISTA 3 - PARQUINHO

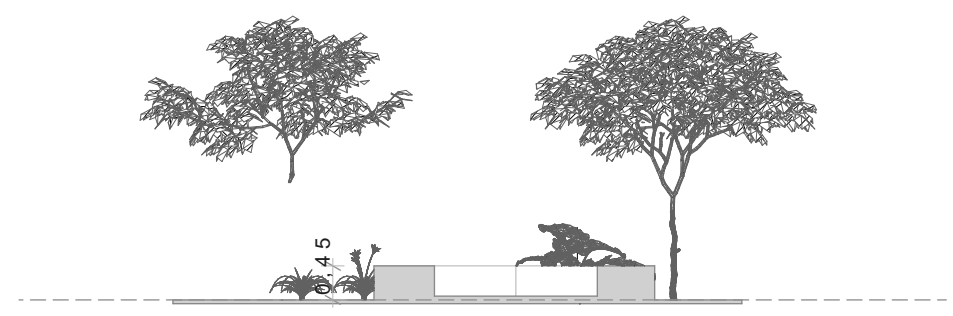


VISTA 4 - PARQUINHO

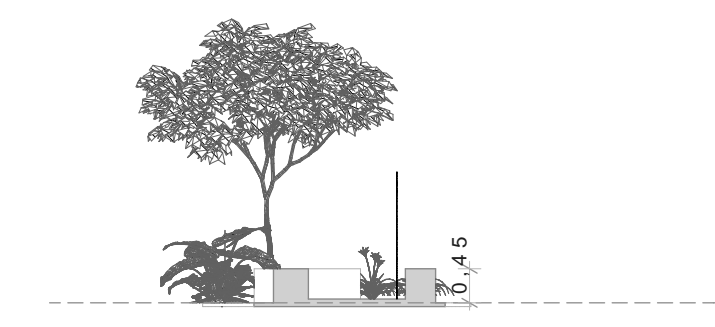
PROJETO		ATRAVSSAMENTOS ENTRE GÊNERO E HABITAÇÃO SOCIAL	
Arquitetura do cotidiano para as Mulheres Chefes de Família do Conjunto Mucajá, em Macapá (AP)			
LOCAL	CIDADE	ESTADO	
Conjunto Habitacional Mucajá	Macapá	Amapá	
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIFAP			
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
AUTORIA		ORIENTAÇÃO	
CHRYS DE ARAÚJO OLIVEIRA		MSC. DANIELLE COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO			FOLHA
Volumetria			
ESCALA	ÁREA TOTAL CONSTRUIDA	DATA	
		04/01/2021	



1. **Plan Baix-Descanso**
Escala: 1:100



A1 **Corte**
Escala: 1:100



A2 **Corte**
Escala: 1:100



1 **Elevação**
Escala: 1:100

1 **Volumetria**
Escala: 1:1

PROJETO		ATRAVESSAMENTO DE GÊNERO HABITAÇÃO SOCIAL	
Arquiteto		Arquiteto para as Mulheres e as Famílias do Conjunto Moca, Macapá	
LOCAL	CIDADE	ESTADO	
Conjunto Habitacional Macajá	Macapá	Amapá	
ARQUITETO URBANISMO UNIFAP			
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
AUTORIA		ORIENTAÇÃO	
CHRYSBEARA ÚJOLIVEIRA		MSC DANIEL COSTA GUIMARÃES	
CONTEÚDO		22	
Área de Descanso			
ESCALA	ÁREA NOTA CONSTRUÇÃO	DATA	
1:100 1:1		04/12/2021	